

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO



Romina Iebra Aizpurúa

(Des)Continuidades?

**Influências e Transições do Modelo Tradicional de Família no
Brasil e na Argentina**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Bernardo Jablonski

Rio de Janeiro, Novembro 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO



Romina Iebra Aizpurúa

(DES)CONTINUIDADES?

**Influências e Transições do Modelo Tradicional de Família no
Brasil e na Argentina**

Dissertação apresentada como requisito parcial
Para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do
Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Prof. Bernardo Jablonski

Orientador

Departamento de Psicologia – PUC-Rio.

Profa. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profa. Terezinha Feres-Carneiro

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2004.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Romina lebra Aizpurúa

Graduou-se em Psicologia na UCP (Universidade Católica de Petrópolis) em 2001. Desde a graduação, tem se interessado pela investigação em Psicologia, participando de projetos de pesquisa em Psicologia Cognitiva, Psicologia Política e Psicologia Social. Atualmente, seus principais assuntos de interesse acadêmico estão relacionados com os processos de influência social, valores e relacionamentos interpessoais, psicologia cultural e meios de comunicação de massa.

Ficha catalográfica

Aizpurúa, lebra Romina

(Des)continuidades? influências e transições do modelo tradicional de família no Brasil e na Argentina / Romina lebra Aizpurúa ; orientador: Bernardo Jablonski. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2004.

101 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia Social. 2. Família; Modelo Tradicional. 3. Intimidade. 4. Casamento. 5. Brasil. 6. Argentina. I. Jablonski, Bernardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia . III. Título.

CDD: 150

A meus pais, Nevis e David, e meu irmão, Leo.
Por terem me ensinado que família é, acima de tudo,
amar incondicionalmente.

A mis padres, Nevis y David, y mi hermano Leo.
Por haberme enseñado que familia es, más allá de todo,
amar incondicionalmente.

Agradecimentos

Ao meu querido orientador, Prof. Bernardo Jablonski, por ter sido fonte de admiração, motivação, alegria, amizade e afeto. Obrigada por esses dois anos inesquecíveis e maravilhosos.

À CAPES e à PUC-Rio, pela ajuda financeira concedida e pelo apóio à minha formação intelectual.

À diretora do curso de Pós-Graduação, Terezinha Féres-Carneiro, aos professores e funcionários do Departamento, pelo permanente carinho, confiança e amizade na convivência diária.

Ao Eduardo, pelo apoio, força e carinho incondicionais. Obrigada por ler e reler minhas páginas, pelas críticas e discussões sobre o assunto.

À Luciana (Lu), minha amiga e irmã, por vibrar com cada passo e cada vitória, e segurar minha mão em todos os momentos difíceis.

A Ana Abreu, amiga que me acompanhou de perto com doçura e carinho. Você significou uma injeção de motivação, energia e coragem para descobrir e enfrentar cada sonho e projeto novo.

Aos funcionários da Biblioteca, por estarem sempre dispostos a me ajudar com alegria e afeto.

Ao meu querido amigo Wayne, pelas sugestões, revisões e discussões sobre a dissertação. Você sempre será meu exemplo de motivação!

À Ana, Ângela e a todos os meus amigos e amigas, do Brasil e da Argentina, por terem sido a família que escolhi “a dedo” nesses 27 anos.

Resumo

Aizpurúa, Romina Iebra. **(Des)Continuidades? Influências e Transições do Modelo Tradicional de Família no Brasil e na Argentina.** Rio de Janeiro, 2004. 110 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O modelo tradicional de família - na sua forma nuclear mãe, pai e filhos - passou por inúmeras alterações ao longo das últimas décadas. As principais transformações deste modelo ocorreram, na América Latina, nos anos 80 e 90, com a marcada inserção da mulher ao mercado de trabalho e aos novos âmbitos educacionais, de forma paralela às repetidas crises econômicas e a inovadores parâmetros jurídicos e ideológicos da denominada "pós-modernidade". O presente trabalho pretende analisar as principais mudanças na estrutura familiar das últimas duas décadas em dois grandes centros urbanos do Brasil e da Argentina, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Procuramos, assim, evidenciar semelhanças e diferenças nas trajetórias que a vida íntima e familiar destes dois países percorreram até a contemporaneidade.

Palavras-chave

Psicologia Social; Família; Modelo Tradicional; Intimidade; Casamento; Brasil; Argentina.

Abstract

Aizpurúa, Romina Iebra. **(Dis)Continuities? Influences and Transitions of the Traditional Family Model in Brazil and Argentina.** Rio de Janeiro, 2004. 110 p. MSc. Dissertation – Department of Psychology, Catholic University of Rio de Janeiro.

The traditional family model - in its nuclear form: mother, father and children - has gone through innumerable alterations during the last decades. The main transformations of this model occurred, in Latin America, during the 80's and 90's, with the remarkable insertion of women into the labor market and into new educational contexts, echoing the repeated economic crises and the innovative legal and ideological parameters of the so called "post-modernity". The present work intends to analyze the main changes in the family structure of the last two decades in two of the biggest urban centers of Brazil and Argentina, Rio de Janeiro and Buenos Aires. In this sense, we seek to pinpoint similarities and differences in the trajectories of family life and intimacy in those two countries up to the present time.

Keywords

Social Psychology; Family; Traditional Model; Intimacy; Marriage; Brazil; Argentina.

SUMÁRIO

I. Introdução: A família como construção social

- 1.1. Definição de família.....11
- 1.2. Os processos de socialização da família:
A sociedade como agência articuladora de comportamentos e mentalidades..13

II. A formação do modelo tradicional de família.....15

III. A família na Argentina e suas forças influenciadoras: contexto social, político e econômico do período 1980-2000.

- 3.1. Introdução ao estudo da família na Argentina.....19
- 3.2. O contexto econômico e político da família argentina
nos últimos vinte anos.....22
- 3.3. O divórcio, o recasamento e as repercussões
nas escolhas matrimoniais.....26
- 3.4. A família da transição: a transformação da família a partir da mulher.....37

IV. A família no Brasil e suas forças influenciadoras: contexto social, político e econômico do período 1980-2000

- 4.1. Pensando a família no Brasil: breve resenha histórica.....47
- 4.2. O contexto econômico e político da família brasileira
nos últimos vinte anos.....52
- 4.3. O divórcio, sintoma moderno?.....59
- 4.4. A família da transição: a transformação da família a partir da mulher.....64

V. Homogeneização das diferenças?.....75

- 5.1.É possível generalizar as transformações da família
no Brasil e na Argentina?.....76
- 5.2. A “Globalização” da crise na intimidade: o contexto pós-moderno.....81
- 5.2.1. Analisando a família e o casamento no Brasil e na Argentina:
repensando as mulheres, os valores e a instituição familiar.....83

VI. Considerações finais: Hoje, que família?

A perplexidade contemporânea: os valores questionados e a busca de referenciais possíveis.....90

VII. Bibliografia.....94

Lista de Figuras

Figura 1 - Indicadores Sociais 1980-1999 (Argentina)	23
Figura 2 - Distribuição (%) dos matrimônios de homens e mulheres divorciados segundo o estado civil do cônjuge. Dados da cidade de Buenos Aires (Capital Federal – Argentina)	27
Figura 3 - Homens por grupo de idades segundo a convivência ou não com cônjuge. (Argentina 2001)	31
Figura 4 Mulheres por grupo de idades segundo a convivência ou não com cônjuge. (Argentina 2001)	32
Figura 5 - População de 14 anos e mais que convive com cônjuge por grupos de idade segundo o tipo de união. (Argentina 2001)	33
Figura 6 - População que convive com cônjuge em união única e recorrente segundo o tipo de união. (Argentina 2001)	34
Figura 7 - Indicadores demográficos. (Argentina - Anos 1950-2005)	38
Figura 8 - Taxa de Atividade para pessoas de 10 anos ou mais de idade (Brasil 1981-1990)	55
Figura 9 - Trabalho. Pessoas ocupadas por classe de rendimento de trabalho (Brasil)	57
Figura 10 - Porcentagem de Mulheres entre os estudantes na população de 5 anos e mais. (Brasil)	67

I.

INTRODUÇÃO: A FAMÍLIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

1.1

DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA

A diversidade de formas e de manifestações do sentimento familiar, que apresentou alterações ao longo do tempo e segundo o contexto sócio-econômico e geográfico, torna complexa e delicada a tentativa de achar uma definição conceitual única e generalizante para a família. Contudo, aceitar a diversidade de formas familiares não exclui a possibilidade de que existam modelos dominantes que servem como ideais e proporcionam paradigmas sociais para o conjunto da população.

O modelo tradicional de família - na sua forma nuclear mãe, pai e filhos - passou por inúmeras alterações ao longo das últimas décadas. Na América Latina, as principais transformações deste modelo ocorreram ao longo dos anos 80 e 90, essencialmente com a inserção da mulher ao mercado de trabalho e aos novos âmbitos educacionais, de forma paralela às repetidas crises econômicas e a inovadores parâmetros jurídicos e ideológicos da denominada "pós-modernidade".

A presente pesquisa pretende analisar as principais alterações ocorridas nas últimas duas décadas na estrutura familiar de dois grandes centros urbanos do Brasil e da Argentina, o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esperamos, assim, evidenciar semelhanças e divergências nas trajetórias que a vida íntima e familiar destes dois países percorreram até a contemporaneidade.

Acreditamos que, em primeira instância, podemos dar alguns passos firmes para delimitar o que entendemos por família.

A palavra *família*, derivada do latim "*famulus*", tem sido associada à idéia de doméstico, servidor, escravo e casa. Almeida (1987, p. 64) correlata esta definição etimológica com os valores remotos da família tradicional patriarcal, afirmando que, de fato, foi esta definição da Antigüidade que serviu como base para a posterior família patriarcal. "*Essa família tem seu modelo muito mais na família da Antigüidade, aquela cujo nome se originou de famulus, ou seja, escravo. Por essa mesma razão, um dos*

traços fundamentais do padrão ideal de família patriarcal é o pátrio-poder ilimitado do pater-famílias, um poder de proprietário”.

Na verdade, a idéia de família envolve amplas possibilidades. Como vários autores têm explicado (Ariès 1981, Flandrin, 1995) a família já foi entendida a partir de idéias de consangüinidade, parentesco, linhagem e coabitação. Segundo Ariès (1981) a família conjugal moderna seria o resultado de uma evolução, processo que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a primazia dos cuidados sobre a linhagem e as tendências à indivisão. Desta forma, segundo o autor, o sentimento de família -como o compreendemos atualmente – teria emergido somente nos s. XVI - XVII, sendo inseparável da idéia de infância e da casa como âmbito privado e viabilizador de laços afetivos estáveis. A família que surge destas transformações não só se relaciona etimologicamente à idéia de casa como também faz desta o seu lugar, seu governo, seu paraíso e seu inferno. Contudo, como Roudinesco (2003) afirma, esse tipo de estrutura de base nuclear parece ter existido anteriormente na Europa da Idade Média, antes de se tornar o modelo social dominante.

Assim, a “família” pode ser explicada a partir de múltiplas realidades. Campos [1986] (2003, p. 240) vê esta instituição, num sentido amplo, como,

“Uma organização de vários indivíduos, constituída por uma descendência comum e destinada a conservar e a transmitir no tempo certos caracteres, disposições, habilidades e tipos de vida física, mental e moral. É uma unidade de pessoas vivendo em interação, procedente, por geração, de um tronco comum. O fato que está na sua base é, pois, a geração, que dá lugar à comunidade de sangue (“consangüinidade”)”.

A fim de compreender os movimentos de mudança que o sentimento e a noção de família tiveram ao longo do tempo, a autora lembra a necessidade de elucidar as relações existentes entre a família e o contexto social inclusivo. Assim:

“É de suma importância a análise dos fenômenos de mentalidade e de ideologia em todas as suas ramificações, mas, sobretudo, nas que se relacionam com os sinais de prestígio ou superioridade: os valores morais, a linguagem, o espírito cortês, o vestuário, as tradições, as regras de comportamento no seio da família, a atitude perante a riqueza material, os passatempos, a violência real e simbólica, a relação entre os sexos, a herança. A questão fundamental é saber com que grau de efetividade esses sinais contribuíram para estruturar a família, isto é, integrá-la numa categoria distinta, estabelecendo a articulação entre ela e o meio social”. (Campos, op. cit, p. 242)

1.2

OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DA FAMÍLIA: A SOCIEDADE COMO AGÊNCIA ARTICULADORA DE COMPORTAMENTOS E MENTALIDADES

Os processos de socialização estabeleceram mudanças na organização familiar, como também esta última modificou, num processo diádico, a forma de socialização das pessoas. Os indivíduos, junto a instituições como a Escola, o Estado e a Igreja, participaram ativamente da criação de um Modelo Conjugal e Familiar a ser seguido. A família¹, principalmente a partir do século XVIII, passou a representar uma instituição social de profunda responsabilidade, encarregando-se da formação moral, afetiva e espiritual dos indivíduos, transmitindo valores, expectativas, responsabilidades e tradições sociais através das gerações e possibilitando, posteriormente, a inserção satisfatória de seus membros nas regras do grupo social mais amplo.

Conseqüentemente, as famílias passaram a ser vistas como as principais responsáveis pelo desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e de suas habilidades intelectuais e laborais. Assim, a família se tornou uma agência socializadora: um “locus” de produção da identidade social básica para a criança, um centro de inter-relacionamentos íntimos afetivos, culturais e econômicos entre os gêneros e as gerações, além de representar um aparelho ideológico dentro de uma instituição social mutável.

Na verdade, perceber a família como um “locus” ou agência de atuação privilegiada no processo de construção de subjetividades significaria, como Almeida et al.(1987, p. 21) afirmam, delimitar um tipo específico de família. Neste sentido, as autoras argumentam:

“Esta afirmação está focada numa determinada concepção de família, a nuclear burguesa, constituída de pai-mãe-e-filhos. Esta interpretação nos induz a algumas indagações. De um lado, pode-se perguntar se esse papel de agência privilegiada não deve ser relativizado ao abordarmos sociedades anteriores à emergência do

¹ Quando nos referimos à formação do modelo tradicional de família, acompanhamos as análises sociológicas e históricas da família na Europa, que se mostraram úteis como modelos de explicação geral. Esta generalização pode se mostrar válida na América Latina que, até as transformações contemporâneas, incorporou no seu discurso socializador padrões e valores europeus trazidos com as coroas colonizadoras e com os posteriores movimentos de imigração maciça. Somos cientes de que as transformações deste modelo tradicional de família ocorreram, tanto no Brasil como na Argentina, posteriormente às mudanças européias. Neste sentido, afirmamos que as maiores repercussões das modificações de valores na família começaram a ser sentidos, principalmente, a partir dos anos 60.

capitalismo, em que o trinômio pai-mãe-e-filhos era ofuscado por uma ampla e densa rede de relações sociais que o extravasavam. De outro lado, pergunta-se se esse papel não é nuançado também nas sociedades contemporâneas em que a família nuclear é complementada ou mesmo secundarizada por relações de amigos, vizinhos e criados. Além disso, cabe lembrar o caso das sociedades tribais nas quais as relações triangulares não seriam instituintes da subjetividade. Ou seja, qual o peso da família nuclear em sociedades ou segmentos sociais nos quais a significação desse grupo é apenas a de unidade reprodutiva, sendo que o espaço da afetividade, da sexualidade e da emoção é estruturado diferentemente?”

Tomamos como base para a nossa análise o modelo de família nuclear tradicional que, segundo a nossa visão, representou o modelo ideal e dominante das sociedades ocidentais basicamente a partir do século XVIII e até as revoluções e transformações que tiveram início - de um modo geral, na América Latina - no final do século XX. Acreditamos que os ideais contidos no modelo tradicional de família procuraram representar, no seu conjunto, uma verdade universalmente válida para o que era entendido como “realidade familiar”. Este processo de construção e difusão de um modelo determinado pode ser compreendido a partir de Berger e Luckmann (1999), que analisam os mecanismos de influência e pressão da sociedade em relação ao pré-determinado como modelo geral. Neste sentido,

“Qualquer desvio radical da ordem institucional toma caráter de um afastamento da realidade. Este desvio pode ser designado como depravação moral, doença mental ou simplesmente ignorância.(...) [A realidade] é em seguida interiorizada como verdade objetivamente válida no curso da socialização. Desta forma, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade.(...) A transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade. Por conseguinte, os atores potenciais de ações institucionalizadas devem tomar conhecimento sistematicamente desses significados. Isto exige alguma forma de processo “educacional”.” (Berger e Luckmann, 1999, p.102)

II.

A FORMAÇÃO DO MODELO TRADICIONAL DE FAMÍLIA

O modelo tradicional de família do século XIX seguiu uma série de parâmetros considerados como necessários e aceitáveis para a vida numa sociedade estável. Isto representa, claramente, a intenção de “controle” social das pessoas através das instituições criadas pelo próprio homem.

Como já foi mencionado, o que se entende pela noção de família deve ser adequadamente relacionado com o período histórico ao qual estamos nos referindo. Segundo Flandrin [1984] (1991), foi necessário esperar até o século XIX para que as noções de coabitação e parentesco próximo deixassem de ser as únicas variáveis relacionadas ao ideal de família. Nas palavras do autor:

“o conceito de família, tal como é hoje habitualmente definido, só existe, pois, desde uma data recente, na nossa cultura ocidental. (...) No século XVIII, é a opinião “iluminada”, que milita a favor da intimidade familiar, que apresenta a família como uma “sociedade natural” e que faz dela o lugar privilegiado da felicidade. A partir do começo do século XX, pelo contrário, os autores inovadores atacam a família defendida pela opinião conservadora” (op.cit, 1991, p. 17).

Assim, o modelo tradicional de família - como o entendemos na atualidade -, surgiu nos séculos XV e XVI na Europa, sendo mais estruturado nos séculos XVIII / XIX. Parte fundamental da socialização deste modelo é a crença no caráter “natural” da sua essência e função. Podemos ampliar esta análise com as contribuições de Berger & Luckmann (1999) sobre o “*processo de reificação*”. Os autores explicam que

“logo assim que se estabelece um mundo social objetivo a possibilidade de reificação nunca está afastada. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivando, o mundo social foi feito pelos homens, e portanto, pode ser refeito por eles. A reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não-humana” (op.cit., p.124).

Neste sentido, o casamento é analisado como um segmento da ordem institucional imposta através dos processos de socialização. Nesses processos, o casamento passaria a ser “reificado” como uma lei natural, como uma consequência

necessária da ordem biológica ou psicológica humana, e, obviamente, como uma obrigação social permitindo a perpetuação da ordem estabelecida. Por conseguinte, o casamento, e a família, passam a ser encobertos e “naturalizados” dentro do contínuo processo de geração social de modelos.

Este modelo se encontra intimamente relacionado com a família tradicional burguesa e delimita um tipo de convivência familiar íntima, fechada e reduzida ao grupo nuclear do pai, mãe e filhos. Para Almeida (1987), este seria o modelo de modernidade do limiar do século XIX na Europa. Neste contexto, entra em cena a participação de

“uma mulher, “rainha do lar”, mãe por instinto, abnegada e vivendo em osmose com os bebês, sendo ela o canal da relação entre eles e o pai, que só se fará presente para exercer a autoridade. Essa família, é bom que se diga, continua patriarcal: a mulher “reina” no lar dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar. A psicanálise fará, mais tarde, da internalização por cada filho da autoridade paterna, a condição sine qua non de sua adaptação à sociedade, de sua assimilação cultural, e de sua saúde mental.” (Almeida, 1987, p.60)

Encontraríamos, assim, como principais características do ideal tradicional, a exaltação da autoridade patriarcal, a rígida moral sexual que atormentaria as mulheres, o culto à maternidade e a clara divisão das tarefas, concentrando toda atividade remunerada e externa no homem e fazendo da vida doméstica uma responsabilidade plena e “naturalmente” feminina. Este modelo, idealizado como “normal” pelas instituições educacionais e de saúde, combinaria o grupo formado pela mãe, pai e filhos a uma forte ideologia familista, onde, segundo JELIN (1994), a consangüinidade e o parentesco seriam critérios básicos para as obrigações sociais.

Sem dúvida, a criação e a manutenção deste ideal de família da classe média burguesa só foram possíveis a um alto custo social. Contudo, nas palavras de Gay (1988-1990, p. 360) estas “prisões” sociais seriam necessárias:

“Só por meio do conflito a humanidade pode apreciar seus prazeres, e com sérias limitações aos seus desejos. O preço da sobrevivência é o sacrifício dos instintos. Assim, a sorte da humanidade é paradoxal: os homens e as mulheres não são capazes de viver sem a civilização, mas viver numa civilização sempre os deixa dolorosamente insatisfeitos. É por isso que as limitações que ela impõe são ao mesmo tempo indispensáveis e impopulares.”

Esse paradoxo afetaria, também, o ideal de amor romântico defendido fortemente a partir da era vitoriana. Os burgueses da época vitoriana aderiam a um ideal

de família dominante de domesticidade da classe média. O homem deste modelo coloca a mulher como guardiã do lar e da pureza familiar, tendo a responsabilidade e o dever – à guisa de missão sagrada - de difundir o amor no seio familiar e vendo, no casamento, a via régia para a satisfação sexual e a reprodução.

Contudo, os românticos da época defendiam um amor conjugal que permitisse o mútuo desenvolvimento das aptidões individuais, além de representar o lugar socialmente aceito para as relações íntimas. Os autores românticos afirmavam que:

“Era necessário facultar à mulher o desenvolvimento de suas aptidões. Boa parte da felicidade no amor romântico vinha da conversa inteligente e variada, de demonstrações espirituosas, de atividades conjuntas que uma mulher ignorante e deseducada, por maiores que fossem seus dotes naturais, seria incapaz de manter.”
(Gay, *op. cit.*, p.55).

Assim, ideais relacionados ao “primeiro amor” ou ao “amor à primeira vista”, ou até, ao amor em uniões arranjadas por interesses sócio-econômicos - tão freqüentes na época - se contrapõem à essência defendida pelos românticos. Para o conjunto destes autores o amor necessitaria o fortalecimento de habilidades, de experiências - com até vários parceiros - e de um amadurecimento pessoal. Na verdade, defendendo a necessidade de múltiplas experiências na vida, eles estavam também dando lugar a um tipo de união divergente do ideal tradicional de casamento para a vida inteira.

Vemos que, de fato, as contradições e ambigüidades sociais em relação aos discursos normatizadores estão presentes na sociedade desde épocas mais remotas e, portanto, muito anteriores ao questionamento contemporâneo do modelo familiar.

Uma das principais contradições da intimidade moderna, que mais tarde iremos analisar com mais cuidado, foi a "normatização" do modelo de "amor romântico" como fundamento para as relações afetivas conjugais e de família. Idealizado como a grande possibilidade para a liberdade e a auto-realização, o modelo de família baseado no amor romântico - uma união que subsiste através da presença do amor-paixão entre os cônjuges - levou os sujeitos às armadilhas da segregação por gêneros, e à clara separação entre o âmbito privado - o lar, o âmbito por excelência da mulher – e o mundo de trabalho remunerado externo, o universo masculino. Neste processo, o amor romântico reforçou a ligação estreita entre o gênero feminino e o que seria a sua função essencial e "natural", a maternidade.

A divisão de tarefas e responsabilidades entre os cônjuges foi bem delimitada no modelo romântico de família, onde diferentes formas de poder - algumas mais

"evidentes", como a supremacia masculina nas esferas econômicas e externas, e outras mais sutis, como as estratégias alternativas que a mulher, vitimizada historicamente, "aprendeu" a utilizar desde o seu recôndito lugar² - acabaram por entrar no jogo de convivência familiar.

"Com a divisão das esferas de ação, a promoção do amor tornou-se predominantemente tarefa das mulheres. As idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior. Mas o desenvolvimento de tais idéias foi também uma expressão do poder das mulheres, uma asserção contraditória da autonomia diante da privação" (GIDDENS, 1993, p. 54)

Como ainda GIDDENS (op. cit., p. 57) afirma, *"a busca do amor romântico é uma odisséia em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro"*. A frustração da concretização, na vida diária, deste ideal (utopia?) no contexto das múltiplas pressões pós-modernas é uma peça chave para poder compreender as altas taxas de adoção do divórcio e das formas alternativas para a vida íntima dos sujeitos contemporâneos.

Certamente, o discurso tradicional da "família-refúgio" do mundo ocidental, protetora durante séculos da soberania e autoritarismo paternos, sofreu os maiores impactos da crítica e da necessidade de modificação num período globalizado e pós-moderno, sendo este um momento extremamente interessante - e necessário - para focalizar os nossos intuitos de compreensão.

² Sobre as estratégias femininas, o uso do poder, suas contradições e transformações na contemporaneidade, ver ROCHA-COUTINHO (1994)

III.

A FAMÍLIA NA ARGENTINA E SUAS FORÇAS INFLUENCIADORAS: CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO PERÍODO 1980-2000.

3.1.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FAMÍLIA NA ARGENTINA

Preferimos, no presente estudo, analisar a família a partir das múltiplas formas em que esta se relaciona com o contexto social, político, econômico e temporal no qual está inserida. Acreditamos neste poderoso vínculo de relações e influências diádicas, já que a partir desta instituição é possível compreender parte da complexidade dos valores e regras da sociedade de uma época, como também, observando as normas socialmente aceitas e os movimentos de mudança advindos dos meios de comunicação e dos discursos políticos, somos capazes de vislumbrar o caminho que a família irá trilhar num futuro próximo.

O estudo da família argentina encontra-se, lamentavelmente, num estágio bastante atrasado em relação às produções advindas da sociologia, antropologia e psicologia social sobre a família brasileira, tanto do passado como da contemporaneidade³. TORRADO (2003) explica na introdução do seu mais recente trabalho sobre a história da família argentina que os objetivos do estudo por ela realizados se situam, basicamente, nas fronteiras da Sociologia e da Demografia, em decorrência da carência de conhecimentos gerais acumulados nas outras disciplinas. Afora as produções advindas do Direito, área que evoluiu progressivamente acompanhando as transformações da legislação sobre o divórcio vincular⁴, a pátria potestade e à filiação⁵, na Argentina são contados os casos compreensivos sobre a

³ Como afirma CAMPOS (in: BARG, 2003, p.7), não só as produções históricas e contemporâneas da instituição familiar são escassas na Argentina, como também é pouco freqüente a teorização sobre a prática de intervenção nas famílias, embora estas venham sendo praticadas, principalmente, pelos profissionais da área de Serviço Social.

⁴ A nova legislação de 1987 estabelece o divórcio vincular que pode ser pedido após transcorridos três anos da data do matrimônio e permite a cada membro a reincidência em novas núpcias.

⁵ As transformações de 1985, com a Lei 23.264 de “*Filiación y Patria Potestad*”, dizem respeito, por um

instituição familiar. “*Nem sequer a Antropologia (na sua vertente relacionada ao estudo das regras do parentesco), uma disciplina de antiga presença acadêmica entre nós, apresenta antecedentes de pesquisa que tenham produzido uma quantidade mínima de conhecimento*”. (TORRADO, 2003, p. 17)*

No campo da Sociologia, WAINERMAN (1994, 2003) argumenta no mesmo sentido sobre a falta de trabalhos nos últimos vinte anos.

“A família é uma instituição que até o momento tem estado ausente dos programas de pesquisa dos cientistas sociais da Argentina; muito pouco é o que se conhece sobre sua estrutura e praticamente nada de sua dinâmica (WAINERMAN, 1978). Isto, que afirmávamos há pouco menos de vinte anos, com poucas variantes, podemos continuar afirmando hoje” (WAINERMAN, 1994, p. 183)*.

Nas produções acadêmicas realizadas até o ano 2003, WAINERMAN ainda verifica esta carência e continua liderando um dos poucos grupos de pesquisa dedicado ao estudo da família e do gênero, focalizados principalmente na mulher no mercado de trabalho e no homem como pai e como esposo diante das mudanças de regras e valores nos âmbitos micro e macro social da Argentina.

Verificamos que as produções acadêmicas mais recentes sobre a evolução da família argentina e o impacto que tiveram na mesma as grandes revoluções tecnológicas, científicas, sociais e trabalhistas foram abordados, principalmente, por pesquisadores da Sociologia, Demografia e da Psicanálise. Neste trabalho aproveitaremos, fundamentalmente, as contribuições destas duas primeiras áreas.

Decidimos limitar o nosso estudo aos membros de famílias urbanas de classe média. Esta escolha pode ser justificada a partir de opiniões diversas com as quais concordamos (WAINERMAN, 2003; VELHO, 1981). Pareceria ser que é nesta camada sócio - econômica onde, em grande medida, pode ser melhor evidenciada a exposição social às ideologias características da modernização e da globalização. Seria a classe média, então, a classe social que experimentaria diretamente - não sem conflitos e ambigüidades - as oportunidades surgidas das novas regras de mercado, dos novos espaços para a mulher e dos avanços científicos e tecnológicos.

lado, à eliminação de toda forma de discriminação legal entre filhos nascidos dentro ou fora do matrimônio, equiparando seus direitos; e por outro, sobre a *patria potestad*, estabelecendo que os deveres e direitos sobre as pessoas e bens dos filhos correspondem conjuntamente ao pai e à mãe. Caso houver separação, divórcio ou anulação do matrimônio, a *patria potestad* corresponde ao progenitor que tenha legalmente a tenência do filho. No caso de filhos extramatrimoniais, a *patria potestad* corresponde àquele que tenha reconhecido à criança, se ambos o fizeram e convivem juntos, corresponde aos dois, se estiverem separados, àquele que tenha a guarda legal do filho.

Sugerimos como válida esta opção pois, nos indivíduos das famílias de classe média urbana, podem ser evidenciadas com clareza as revoluções provocadas pela inserção da mulher no mercado de trabalho sem serem, necessariamente, provocadas por uma extrema urgência econômica. Estas mulheres interagiram com uma nova ordem social e transformaram, ao mesmo tempo, o próprio ritmo de vida familiar, bem como seus valores, regras e expectativas.

Assim, esta mulher de classe média que entra no mercado de trabalho e que amplia seus horizontes educacionais segue uma tendência de renovação cultural e social que vai além da pura necessidade econômica. Isto não poderia ser verificado nas classes mais baixas, onde as mulheres que ingressaram no mercado de trabalho não perseguiram fundamentalmente novos ideais e espaços, mas procuraram equilibrar as grandes perdas advindas das subseqüentes crises econômicas que afetaram diretamente o homem, até então, principal provedor da família.

De qualquer forma, parece delicado separar e delimitar tão facilmente as forças que levaram às mulheres a ingressar em novos âmbitos, sejam estes de trabalho ou de educação. Seria muito simples indicar que a classe média perseguiu, basicamente, a concretização na própria história de vida de novos ideais culturais e não que foi, também, em alguma medida, obrigada a pensar novas alternativas advindas das graves crises cíclicas - políticas e econômicas - que a Argentina atravessou nos últimos 20 anos.

Várias pesquisas indicam que, na década compreendida entre os anos 80 e 90, as mulheres aumentaram consideravelmente a sua propensão a participar do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que os homens diminuíram a sua. Dados obtidos por WAINERMAN (2003a, 2003b) sinalizam um mecanismo de ajuste diante da crise no mercado de trabalho - fundamentalmente, industrial e da construção -, levando as mulheres a equilibrar a diminuição da renda familiar que dependia basicamente do homem, chefe do lar.

*“Em outras palavras, a incorporação de mais mulheres na atividade trabalhista não pode ser interpretada simplesmente como indicador de modernização, desenvolvimento ou crescimento, como se entendia nos anos setenta, quando da participação trabalhista dependiam as esperanças de mudança da condição da mulher”. (WAINERMAN, 2003a, p. 60)**

* A tradução é nossa

* A tradução é nossa

Procurar conhecer o contexto social, político e econômico em que está inserida a família parece ser fundamental para uma compreensão mais precisa desta instituição, âmbito de relações único para onde convergem os níveis individuais e as pressões sociais. A família, além de constituir o principal veículo para a formação de futuras gerações, representa uma permanente negociação e mediação entre o indivíduo e a estrutura social num período histórico determinado. E é neste encontro de forças que as potencialidades individuais e contextuais elaboram alternativas estratégicas de vida para enfrentar as exigências da vida urbana. Precisamente neste choque de pressões, capacidades e habilidades - em constante renovação - surgem as formas alternativas de vida familiar.

3.2.

O CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DA FAMÍLIA ARGENTINA NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS

O início de década dos anos 80 está marcado por uma forte transição da condução política na Argentina, com o retorno da democracia em 1983. O governo de Raul Alfonsín, primeiro presidente democrático após os governos militares, produz uma leve recuperação na queda salarial da população criada pelas políticas de ajuste implementadas nos anos precedentes⁶.

Durante os anos 1983-1989 não são estabelecidas estratégias de desenvolvimento específicas para equilibrar a evidente queda no poder de compra do salário. A aparente recuperação do salário real, favorecida pelo “*Plan Austral*”, não permanece por muito tempo.

A partir de 1987 o poder de compra geral cai novamente com os índices hiperinflacionários de 1989 e 1990. Esta situação geral de crise levou o presidente

⁶ “A queda do salário real tem sido constante desde 1975. Em 1976 cai cerca de 33,6% e em 1993 - quase duas décadas depois - o salário é menor que metade do de 1976. Nesse período, o salário mais alto se dá em 1984, mas mesmo assim 23,5% inferior ao salário anterior ao golpe militar” (KRMPTIC & ALLEN, 2003, p. 76). * A tradução é nossa

Alfonsín a deixar seu cargo antes de tempo, dando lugar à próxima década menemista da Argentina.

TORRADO (2003) indica que os efeitos sociais do período aqui observado (1983-1991) se resumem, basicamente, a uma drástica dessalarização (“*cuentapropismo*”) de toda a estrutura (o emprego assalariado total representava 68% da população economicamente ativa em 1980 e 61% em 1991); violenta retração do volume da classe média (queda de 47% a 38%); aumento do volume da classe obreira (de 40% a 43%) e forte incremento do estrato marginal (de 12% a 18%). Neste panorama social, observa-se que a mobilidade social, tanto da capacidade ocupacional como da distribuição dos ingressos, foi basicamente um processo de queda contínuo. Comprovamos este processo de empobrecimento da população na tabela apresentada pela mesma autora a partir dos dados do INDEC correspondentes ao período 1980-1999:

(Figura 1) - **Indicadores Sociais 1980-1999**⁷:

Indicadores (%)	1980	1985	1990	1995	1999
Taxa de desemprego (1)	2.3	5.9	6.3	16.6	13.8
Emprego em negro (2)	-	-	27.6	31.1	-
Pobreza (3)	8.7	18.4	33.8	19	26.7

(1) Total de aglomerações urbanas do país

(2) Trabalho sem carteira de trabalho assinada - áreas metropolitanas

(3) Áreas metropolitanas

Com Carlos Menem no poder, a partir de 1990, começam a ser esboçadas políticas públicas que viessem a controlar a inflação e o crescimento do produto bruto nacional. Isto foi concretizado em Abril de 1991, com o “*Plan de Convertibilidad*”, momento em que se organiza uma estratégia de desenvolvimento com objetivos e métodos de implementação específicos. Este período é visto por KRAMPOTIC & ALLEN (2003, p. 77) como um passo em direção à:

⁷ Tabela traduzida e modificada (reduzida) por nós.

*“Ortodoxia fiscal, à liberação dos mercados através da desregulamentação, à privatização e à descentralização, assim como a uma reforma institucional que conduziu não somente a uma redução do gasto público total como também, fundamentalmente, a um desmembramento da tradição institucional”**.

O período inicial de governo, os anos 1990 e 1991, traduz efeitos sociais benéficos e uma tendência à melhora dos indicadores econômicos graças ao controle imediato da hiperinflação. Este momento histórico equilibra-se no marco da estabilidade recém conquistada e na possibilidade de crescimento econômico.

Contudo, nos próximos anos o fenômeno do desemprego vai paulatinamente ficando fora de controle. No período 1991-1996, a taxa de desemprego aberto quase triplicou, crescendo de 6% a 17%, e terminando no nível de 14% em 1999⁸. Como conseqüência do modelo econômico e das políticas de ajuste implementadas, chega-se a um patamar de pobreza crítica antes desconhecida. A intensidade desta pobreza relaciona-se estreitamente com o altíssimo desemprego, à diminuição do salário real e à regressão na distribuição da renda (TORRADO, 2003)⁹.

A década dos anos 90 estava chegando a seu fim. A Argentina se deparou com uma classe média - a coluna vertebral da força sócio-econômica do país, que tanto ajudou a suavizar os conflitos sociais - gravemente ferida, não só na sua capacidade econômica, como também na sua capacidade de idealizar e sonhar com a ascensão e o progresso social. Direito e capacidade de progredir conquistados em grande parte pelos imigrantes europeus que chegaram no último século, mais tarde se tornariam um direito “roubado” pela corrupção política e pelas vicissitudes liberais. Um direito que concretizava a necessidade fundamental do homem urbano contemporâneo, e, como diz TORRADO (op.cit, p. 72) a possibilidade de *“transitar la vida en términos de un proyecto”*.

Fazendo referência à idéia de projeto, e baseados nas contribuições de VELHO (1981), é sem dúvida interessante pensar nas limitações que as decisões políticas e

* A tradução é nossa

⁸ *“Esses fatos influenciaram a distribuição da renda: em 1991, os 10% mais ricos da população detinham 34,1% da renda familiar, enquanto que os 30% mais pobres detinham somente 8,8%; em 1997, estes dados eram, respectivamente, 36,6% e 7,7%”* (TORRADO, 2003, p. 69)*

⁹ *“De fato, em relação a este fenômeno, a década de 1990 se fecha com índices alarmantes. O nível de incidência da pobreza não só é muito superior ao da Argentina em 1974, como também ultrapassa a média urbana dos países latinoamericanos em 1970. A composição social da pobreza é mais heterogenea, devido às carências que, agora, incidem em um leque mais amplo de níveis sociais. Por último, existe agora um nível de pobreza extrema (indigentes) que, embora seja mais reduzido do que em meados dos anos 70, tem agravado consideravelmente a intensidade de seu infraconsumo”.* (TORRADO, op.cit, p. 70) * A tradução é nossa.

econômicas da Argentina das últimas décadas provocaram na subjetividade e na capacidade concreta das pessoas de estabelecer e concretizar projetos de ascensão social.

“O que a noção de projeto procura é dar conta da margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Por outro lado, procura ver a escolha individual não mais apenas como uma categoria residual da explicação sociológica mas sim como elemento decisivo para a compreensão de processos globais de transformação da sociedade. Visa também focalizar os aspectos dinâmicos da cultura, preocupando-se com a produção cultural enquanto expressão de atualização de códigos em permanente mudança. Ou seja, os símbolos e os códigos não são apenas usados: são também transformados e reinventados, com novas combinações e significados” (VELHO, op.cit., p. 107).

Sem dúvida, as transformações e limitações econômicas pelas quais a sociedade argentina vem passando ao longo de vários ciclos repetitivos têm um impacto profundo nas formas e nas alternativas para a vida íntima, tanto para aqueles que já se encontram num projeto familiar como para aqueles jovens que almejam um futuro semelhante.

Pensando mais precisamente nos jovens, FERREYRA (2001) reflete sobre um futuro possível para os quatro milhões de jovens que têm entre 15 e 24 anos e vivem nas grandes cidades. A jornalista afirma que a crise dos anos 80 e as transformações econômicas e culturais dos 90 sufocaram os sonhos de ascensão social, produzindo, na realidade, um panorama cinzento onde metade dos jovens da classe mais baixa não tem trabalho e onde um em cada dez ricos tampouco. *“Hoje, devido à exclusão social, 13,4% dos jovens argentinos não estuda, nem trabalha, nem ajuda nas tarefas do lar. Estão completamente fora do sistema e as políticas sociais e educativas reparadoras não conseguirão contê-los”.**

SALVIA (1999, 2001) afirma, neste sentido, que a estrutura social argentina sofreu um forte processo de fragmentação e polarização durante os anos 90. O problema atual não se vincularia somente à magnitude da desigualdade, mas também às oportunidades de vida, que hoje são claramente diferentes. Por outro lado, os valores, as expectativas e as identificações culturais também têm passado por profundas mudanças. Neste quadro complexo e mutante se encontra a classe média urbana, que possui 60% do total dos jovens.

Não deveria, então, nos surpreender o fato de a revolução e a mudança provocadas pelas crises já apresentadas gerarem limitações nas expectativas e sonhos

* A tradução é nossa.

peçoais e, como conseqüência, provocarem o surgimento de novas trajetórias de vida e a busca de novos parâmetros para a intimidade e para a vida em família.

3.3

O DIVÓRCIO, O RECASAMENTO E AS REPERCUSSÕES NAS ESCOLHAS MATRIMONIAIS

O período histórico que aqui nos interessa deixa como legado uma série de transformações político-legais que afetaram diretamente as regras do convívio familiar. Apesar de que este movimento de modernização da legislação já estivesse sendo experimentado na Europa há um tempo, a Argentina começou a transitar por este caminho bem mais tarde.

Os argentinos tiveram o primeiro contato com a possibilidade de dissolução do vínculo matrimonial no ano 1954, com a lei 14.394. Esta lei teve uma vida muito breve, sendo revogada em 1955 por um decreto do governo militar após o golpe de Estado de setembro do mesmo ano.

A separação do vínculo matrimonial finalmente se estabeleceu em 1987, com a lei 23.515. Esta dissolução oficial, com mútuo consentimento, é viável somente após terem transcorridos três anos a partir da data do casamento. Estabelece-se oficialmente, também pela primeira vez, que ambos os cônjuges se devam mutuamente fidelidade, assistência e alimentos, em pé de igualdade, durante o matrimônio¹⁰.

TORRADO (2003) faz algumas considerações sobre as conseqüências desta transformação jurídica:

*“Para avaliar os efeitos da introdução do divórcio vincular na Argentina, deve-se lembrar que esta instituição chegou ao nosso país mais tarde do que a quase todo o resto do mundo. Tão tarde que, à época de sua chegada, já era generalizada a prática da coabitação “de teste” em relação à primeira união, e a coabitação permanente em relação às uniões posteriores. Ou seja, quando se deu a oportunidade de se divorciar, uma grande parte da população tinha chegado à conclusão de que era melhor não se casar. (...) O divórcio vincular não facilitou o desmembramento das uniões legais: esta prática já tinha sido amplamente adotada de fato por casais com problemas que preferiam viver segundo seus sentimentos do que segundo as normas legais.” (op.cit., p. 277) **

¹⁰ No novo Código Civil Argentino, pode ser decretada judicialmente a separação após o período de um ano de matrimônio.

* A tradução é nossa.

No mesmo ano, a legislação teve outras modificações: regula-se uma nova idade mínima para o casamento (16 anos para a mulher e 18 para os homens) e se modifica a denominada “Ley del Nombre” (Lei do Nome) criada no ano 1969 - lei 18.248 - que obrigava até então as mulheres casadas a modificar o sobrenome, colocando - no lugar ou depois do próprio - o sobrenome do marido precedido pela junção “de”. Com isto, as mulheres não só passaram a escolher - ou não - por esta modificação de nomenclatura como também, de forma abstrata, deixaram de ser “da” propriedade de alguém e ganharam um espaço de identidade que as diferenciava e reconhecia.

Neste mesmo período, também se permite que os filhos do casamento possam escolher levar, além do sobrenome paterno, o materno. De alguma forma, estes eventos - somados a outras modificações jurídicas - evidenciam uma sociedade que passa a reconhecer melhor a mulher nos seus direitos e funções, funções não só maternas como também sócio-econômicas e políticas.

Em relação às repercussões do divórcio, é interessante observar como este tem um impacto muito diferente dependendo do sexo. A observação do seguinte quadro evidencia a tendência comportamental de divorciados/as na área metropolitana de Buenos Aires e os tipos de uniões que se seguem após a separação inicial (dados obtidos de Torrado, 2003):

(Figura 2) - **Distribuição (%) dos matrimônios de homens e mulheres divorciados segundo o estado civil do cônjuge. Dados da cidade de Buenos Aires (Capital Federal):**

ANO	Homens divorciados			Mulheres divorciadas		
	Estado civil da cônjuge			Estado civil do cônjuge		
	solteiras	Divorciadas	Viúvas	solteiros	Divorciados	viúvos
1988	76.7	18.3	5.0	55.5	33.7	10.9
1989	74.1	20.6	5.3	55.0	35.8	9.2
1990	72.1	22.3	4.8	52.4	38.7	8.9
1991	71.1	23.9	4.9	49.6	40.2	10.2
1992	70.5	24.7	4.8	47.9	41.1	11.1
1993	70.4	24.9	4.6	48.7	41.4	9.8
1994	69.2	25.2	5.6	49.2	41.0	9.8
1995	69.7	25.6	4.7	47.0	42.7	10.3
1996	67.7	26.8	5.5	46.6	43.0	10.4
1997	67.6	27.9	4.5	48.7	42.3	9.0
1998	66.7	28.7	4.5	42.9	47.0	10.1

(Torrado, op. cit., p.278)

O fenômeno observado através destes números sinaliza a disparidade existente nas formas de recasamento para homens e mulheres. No que diz respeito aos homens divorciados e recasados, no final do período aqui observado, evidenciamos que, em geral, seus novos cônjuges são mulheres solteiras, representando uma considerável maioria, aproximadamente o 70%. Somente 28,7% dos novos cônjuges são mulheres também divorciadas. Para o caso feminino, as mulheres costumam se recasar, em primeiro lugar, com homens também divorciados (47%), em segundo lugar, com solteiros (42.9%) e por último, com viúvos (10%). Interessante notar também que os homens viúvos se recasam duas vezes mais do que as mulheres viúvas.

Observamos assim, que, neste período de dez anos, a tendência foi, para os homens, de se recasar levemente menos com mulheres solteiras (diminuição de 10%) e mais com mulheres também divorciadas (10% a mais). Para as mulheres, o movimento foi semelhante: 7% menos dos seus cônjuges são solteiros e 14% a mais são cônjuges também divorciados. Embora estes resultados indiquem uma perspectiva de homogeneização das formas de se recasar, reciclagem dos (pré)conceitos em relação às mulheres divorciadas e das possibilidades que tanto homens como mulheres têm após uma situação de divórcio, é importante notar que a diferença entre os valores relativos a cada setor é bem significativa.

No caso dos homens, as pesquisas indicam, em geral, que estes apresentam uma taxa de reincidência no casamento legal muito maior se comparados às mulheres divorciadas. Isto pode ser compreendido a partir de vários fatores, que envolvem desde a guarda dos filhos e a idade biológica dos sujeitos até a pressão exercida pelos novos valores pós-modernos.

Por um lado, esta disparidade pode ser vista como um resultado da situação pós-divórcio, onde a mulher é geralmente quem assume a responsabilidade pela guarda e criação dos filhos. Esta mulher, divorciada e com filhos, entraria em um novo casamento com uma responsabilidade diferente daquela dos homens que não ficam com eles e decidem se recasar. A responsabilidade materna, que pode ser sentida como “carga” para o futuro companheiro, também limita o tempo e o espaço que a mulher pode conceder à procura e manutenção de novos relacionamentos afetivos.

Por outro lado, a relevância social dada ao relógio biológico é bem diferente, caso se trate de um homem ou de uma mulher. BERQUÓ¹¹ (1998) denominou este fenômeno, num primeiro momento, como a “*pirâmide da solidão*”, preferindo posteriormente denominá-la como a “*pirâmide dos não casados*”. A autora faz referência à pressão social existente nas mulheres para que estas se casem (ou recasem), de preferência, com homens do mesmo grupo etário ou mais velhos que elas. Fenômeno que não aconteceria entre os homens, que têm oportunidades de escolha bem mais amplas.

Segundo BERQUÓ, “*um homem não casado - na faixa dos 50 aos 54 anos - teria uma chance trinta vezes maior de encontrar uma parceira do que uma mulher na mesma faixa etária*” (op. cit. p. 436). Em decorrência disso, as análises só revelam uma maior diversidade de formas familiares para as mulheres se comparadas com os homens, fenômeno provocado pela marcada desigualdade a que estão vinculadas no mercado matrimonial.

TORRADO (2003) apresenta valores específicos para o caso argentino que confirmam esta hipótese. Os censos realizados na Argentina (para a Capital Federal no período 1993-1995) demonstram como é relevante a diferença na idade média dos homens e mulheres segundo o estado civil anterior ao recasamento. Estatisticamente, evidenciou-se que os divorciados procuram mulheres mais jovens para reorganizar a vida conjugal. Se o homem estiver unindo-se a uma mulher que não é divorciada, normalmente existe uma diferença de idade de 7 anos entre eles, entretanto, no caso das mulheres, a mulher divorciada freqüentemente une-se a homens de idade semelhante.

“Quando ambos os membros do casal são solteiros, a idade do homem é de 28-29 anos e a da mulher 26-27 anos, ou seja, uma diferença de somente dois anos. Se os dois são reincidentes, os valores variam, respectivamente, entre 54-55 anos e 48-49 anos, i.é, a diferença de idade é de 6 anos. Se somente o homem é reincidente, esta diferença aumenta em 7 anos, enquanto que se somente a mulher é reincidente, a diferença praticamente desaparece. Está claro que, no momento da escolha da segunda companheira, os homens podem escolher a partir de um leque de idades muito mais amplo do que está aberto às mulheres”. * (Torrado, op. cit, p. 280)¹²

¹¹ Resultados de pesquisas da autora no Brasil, mas aceitos como fenômenos característicos da modernidade e válidos também para os grandes centros urbanos da Argentina. (TORRADO, 2003; WAINERMAN, 2003).

* A tradução é nossa.

¹² No Brasil, a “*Síntese de Indicadores Sociais 2003*” apresentada pelo IBGE indica que, em 2002, a idade média ao casar foi de 26,7 para as mulheres e de 30,3 anos para os homens. Na última década - período compreendido entre 1991-2001, tanto as mulheres quanto os homens adiaram em 3 anos a idade para ingressar na vida matrimonial.

O início do período que aqui nos interessa, a década dos anos 80, começou a registrar uma constante diminuição da frequência dos matrimônios, acentuada para o final desta década. Este fenômeno não só foi observado na Área Metropolitana da cidade de Buenos Aires (AMBA) como também no resto do país de uma forma geral.

A nível nacional, a “*tasa bruta de nupcialidad*” - que é entendida por Wainerman como o número de matrimônios ocorridos num ano dividido pela população total existente na metade desse ano e multiplicado por mil - caiu de 8 em 1970 a 6 em 1989¹³, sendo que na Capital Federal a diminuição foi mais marcante: de 9 para 6. Para o período seguinte não existem dados referentes à Capital, mas sim para o AMBA: análises realizadas sobre o estado civil da população no período 1980-1989 indicam uma baixa da população casada (de 58 a 54%), com um notável aumento de uniões consensuais (de 4 a 7%)

Outro dado significativo foi o aumento considerável de filhos extramatrimoniais nascidos de progenitores não casados legalmente e de mães solteiras (fenômeno muito relacionado à perda da primazia do casamento civil e ao aumento abrupto de uniões consensuais, que serão comentadas a seguir). Wainerman (1994) indica que entre 1984 e 1990 os valores cresceram de 31 para 36%, o que significaria dizer que os filhos nascidos de casamentos legais diminuíram de 67 para 62% no mesmo período. Na década compreendida entre os anos 1983 e 1993 a tendência foi a mesma: confirmou-se o aumento de 27 para 39% de filhos extramatrimoniais, o que significaria que “4 de cada 10 bebês que nascem na Capital Federal são filhos de uniões consensuais ou de mães solteiras” (Wainerman, op. cit., p. 192) *.

O divórcio, somado a outros processos de mudança sócio-cultural - como limitações econômicas e valores mais individualistas, favoreceu a proliferação de uniões consensuais no país como um todo. Na verdade, este fenômeno tem chamado a atenção da maioria dos estudiosos da instituição familiar e da intimidade contemporânea, já que, segundo os dados estatísticos, o casamento legal estaria a caminho de se transformar numa “espécie em extinção”. Em 2004, as uniões consensuais atingiram níveis históricos, 42,7% do total da população feminina do país entre 25 e 29 anos que se encontra em convivência com seu cônjuge adotou o tipo de união consensual, adiando o registro civil.

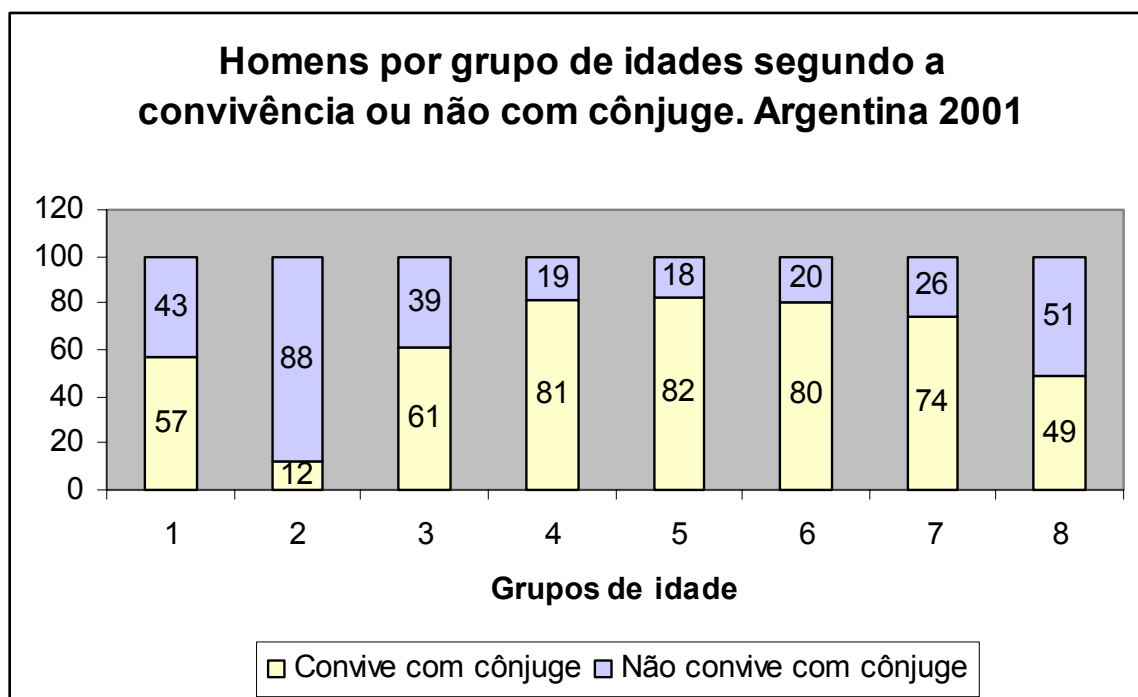
¹³ Wainerman, 1994. Dados obtidos de censos e entrevistas do INDEC (1992).

* A tradução é nossa.

Segundo as informações do último censo nacional em 2001, dentre os jovens do país (14 a 24 anos), as mulheres estariam optando mais por este tipo de união do que os homens da mesma faixa etária. No grupo que compreende a população entre 25 e 34 anos, as mulheres ainda levam vantagem nesta escolha, embora as diferenças sejam menores. Esta situação se inverte nas idades seguintes - população entre 35 e 44 anos -, com valores mais elevados de homens mantendo uniões informais. Por último, as diferenças se acentuam na faixa da população mais idosa, entre 65 e 84 anos: mais de 7 em cada 10 homens têm uma união informal, sendo que somente 4 de cada 10 mulheres fazem o mesmo. Neste último grupo, as divergências podem estar muito mais relacionadas à maior longevidade feminina e ao fato da viuvez afetar muito mais cedo e em maior proporção às mulheres.

Outro fenômeno a destacar nesta situação é a diferença, já comentada no presente trabalho, existente entre mulheres e homens após separações, divórcios ou viuvez: os homens culturalmente teriam mais vantagens para reconstituir a intimidade, fazendo-o em média, com mais frequência do que as mulheres e com companheiras mais jovens, o que não é o comum para elas.

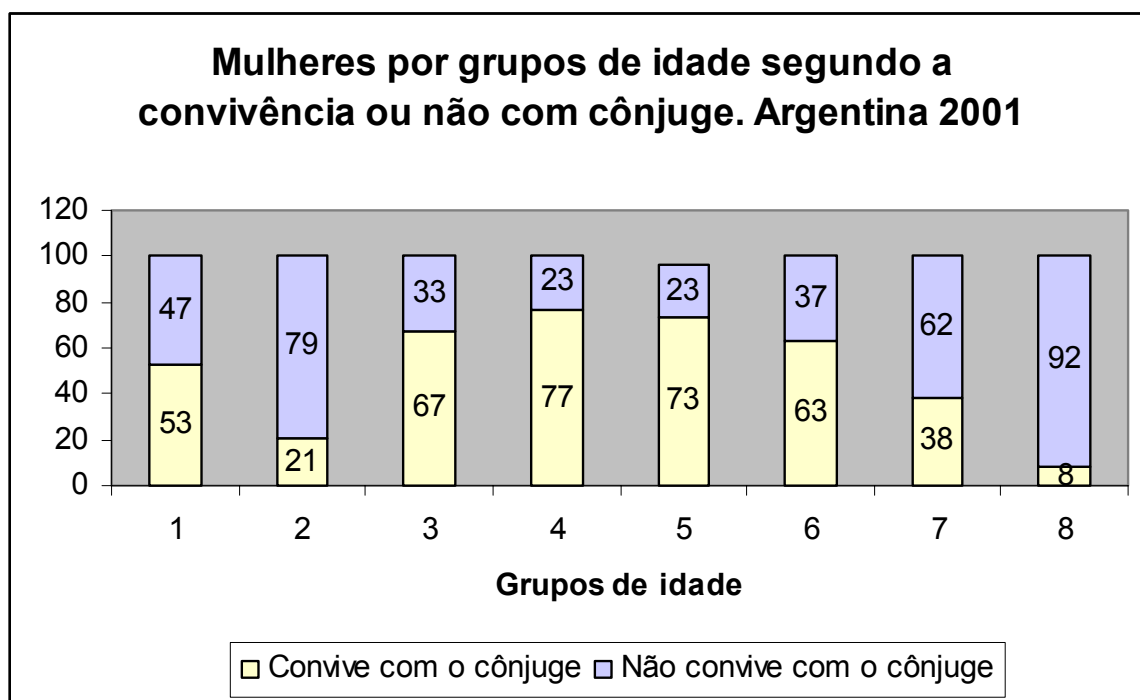
Podemos visualizar as informações acima apresentadas nas tabelas configuradas pelo INDEC (Instituto de Estatísticas e Censos da República Argentina): (Figura 3)



Os grupos de idade para cada tabela são:

1) total 2) 14-24 3) 25-34 4) 35-44 5) 45-54 6) 55-64 7) 65-84 8) 85 e mais

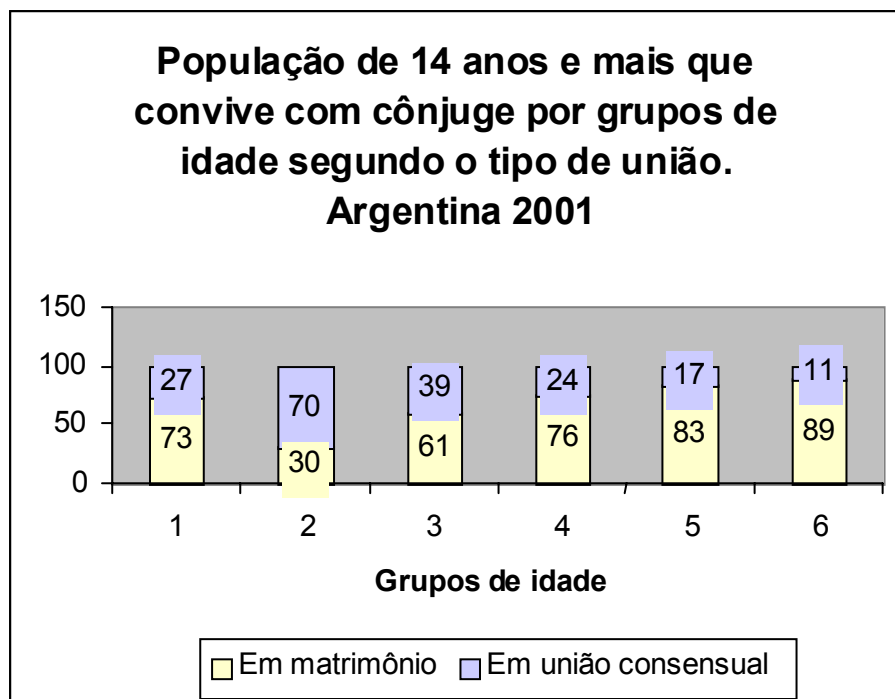
(Figura 4)



Os resultados do Censo 2001 permitiram observar a evolução geral que tiveram as uniões consensuais na Argentina durante a última década. Em 1991, os valores para a população de 14 anos ou mais indicavam que 18% das uniões eram do tipo informal, sendo que 82% da população estava unida em matrimônio. Em 2001, os matrimônios diminuíram e representavam 73% do total das uniões, e as uniões consensuais na Argentina cresceram, atingindo 27%. Os dados específicos para a cidade de Buenos Aires apresentam leves diferenças, embora tenham seguido a mesma tendência: em 2001, as uniões informais eram 22,9% do total das uniões, e 77,1% eram matrimônios¹⁴.

¹⁴ As províncias economicamente mais desfavorecidas da Argentina são as que apresentam os índices mais elevados de uniões consensuais. O grupo que lidera este tipo de união está integrado, em ordem, pelas províncias de Formosa, Chaco, Jujuy, Salta, Corrientes e Santiago del Estero - com valores que oscilam entre 48,2% a 34,4% do total das uniões. Em segundo lugar, encontramos o grupo de províncias patagônicas, Neuquén, Chubut, Santa Cruz, Terra do Fogo e Rio Negro, respectivamente, com valores

Através do gráfico apresentado pelo INDEC (2004) podemos observar como varia a adoção do tipo de união segundo as faixas etárias: (Figura 5)



Os grupos de idade da tabela são:

1) total 2) 14-24 3) 25-34 4) 35-44 5) 45-64 6) 55- e mais

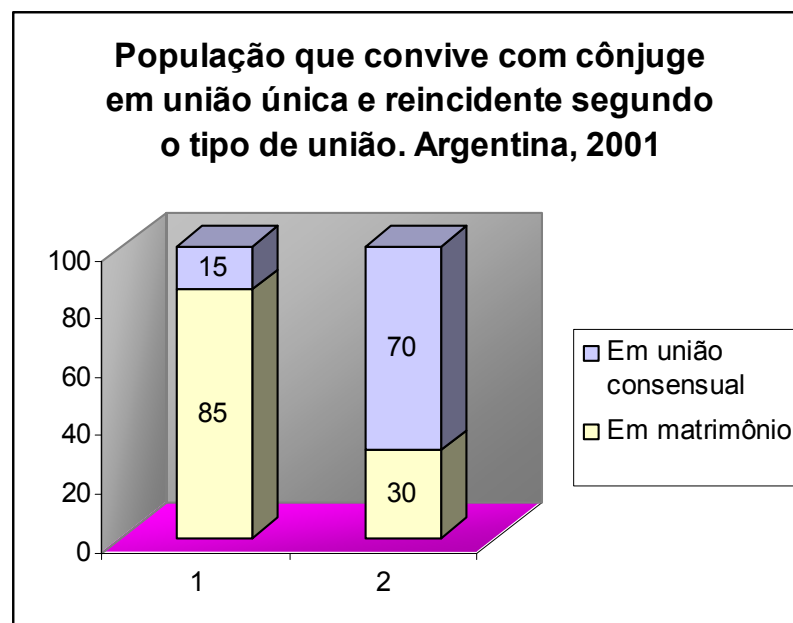
A alteração observada no aumento de uniões consensuais ao longo dos últimos anos é, sem dúvida, sinal de uma transformação social e cultural que vem atingindo a maioria dos países ocidentais, onde o casamento, como opção de vida conjugal, vem perdendo gradativamente sua força. Esta escolha está entrelaçada a motivos significativamente diferentes segundo a classe sócio-econômica observada, por um lado, e à faixa etária, por outro.

Como já foi comentado, os níveis mais elevados de consensualidade na Argentina foram observados entre os jovens, que possivelmente seguem este tipo de vínculo como uma etapa de “teste” antes da confirmação oficial no Registro Civil. Geralmente o matrimônio ocorre posteriormente, em decorrência de eventos como a chegada do primeiro filho, melhoras nas condições econômicas e na estabilidade afetiva do casal ou com a compra da casa própria. Se formos pensar em critérios puramente econômicos, entre as camadas mais pobres, as uniões consensuais são fruto, principalmente, de suas limitações. Nos setores mais altos, a união informal é amplamente adotada por indivíduos separados ou divorciados.

entre 34,9% e 32 % de uniões consensuais.

Outro dado interessante obtido através deste último levantamento nacional (INDEC, Censo 2001) indica que a consensualidade é, na sua maioria, uma opção da população que integra uma união reincidente, i.e., onde pelo menos um deles já tenha passado pela experiência de matrimônio ou de união consensual. A realidade no país, para 2001, é que 7 de cada 10 reincidentes preferiam adotar uma união consensual e somente 1,5 de cada 10 indivíduos “de primeira viagem” preferiam esta opção como forma de vínculo estável. (A seguir, gráfico do INDEC 2004)

(Figura 6)



A variável idade também representa um fator determinante para sinalizar divergências na adoção da consensualidade. As diferenças na escolha da união consensual como vínculo conjugal dependem muito, caso se trate de indivíduos reincidentes ou não. Quando a união é única (ou seja, não houve prévios matrimônios ou uniões informais), é uma escolha praticamente exclusiva dos jovens (entre 14 e 24 anos), com um percentual 25 vezes mais elevado se comparado ao grupo populacional de 65 anos e mais. Contudo, muito mais da metade dos sujeitos reincidentes, em todas as idades, prefere a união consensual a um novo matrimônio oficial¹⁵.

¹⁵ É interessante observar os dados que confirmam a escolha da união consensual dentre os indivíduos reincidentes, ao longo de todas as faixas etárias. Os reincidentes entre 14 e 24 anos chegam a um percentual de 87%; os de 25-34 anos, de 78%; os de 35-44 anos, de 72%; os de 45-64 anos, de 67% e os de 65 anos e mais, de 53%.

O que observamos sobre a baixa adoção que tem a união consensual como primeiro tipo de união estável na vida dos sujeitos, principalmente naqueles com 35 anos ou mais, sinaliza o peso que ainda tem o ideal tradicional de passar, pelo uma vez na vida, pelo casamento formal. TOUFEXIS (1996) afirma que, apesar das tantas transformações nos valores modernos, o fato de não se casar formalmente pelo menos uma vez ainda é visto como sinal problemático nos sujeitos. Esta opção não seria socialmente aceita como uma escolha pragmática do sujeito moderno, e sim como um fracasso pessoal. E é claro, a “mochila” é mais pesada quando se trata de mulheres.

Segundo a autora, as mulheres ainda são vistas - ou, melhor, ganham visibilidade - através do matrimônio, e vai além, concluindo que as mulheres facilitam muito mais a sua aceitação social quando se casam e se divorciam pelo menos uma vez. Assim, ser divorciada hoje em dia não seria mais (ou tanto) alvo de preconceito - como já foi há poucos anos atrás, mas sim nunca ter casado. Mesmo permanecendo divorciada por décadas a mulher não seria mal vista. Ao contrário, é sinal de que “ainda não recasou”. Entretanto, elas são facilmente estigmatizadas se chegarem à idade adulta sem nunca ter passado pelo matrimônio formal.

Em relação ao casamento e ao divórcio, também foram registradas diferenças não só relacionadas à classe sócio-econômica, como também ao sexo. No AMBA, os homens dos setores econômicos mais altos são os que mais adiam o ingresso no matrimônio.

*“Em 1980, enquanto 35% dos jovens entre 20 e 24 anos dos setores baixos já estavam legalmente casados, só 11% dos jovens dos setores altos também estavam; em 1989 os valores correspondentes eram 22% e 7%. Algo semelhante ocorre com as mulheres, mas a partir de idades mais jovens já que, segundo as normas culturais, as mulheres entram mais jovens do que os homens no matrimônio. Em 1980, dentre as mulheres de 20 a 24 anos, quase a metade delas dos setores baixos (48%) se declarava casada, enquanto somente o fazia algo mais da metade (29%) dos setores altos. Uma década mais tarde, em 1989, os valores tinham se reduzido a 33% e 17%, segundo a norma de adiamento da formação da família”. (Wainerman, op. cit., p. 193)**

Considerando também as uniões consensuais não registradas nestes valores, ainda é muito forte a tendência a demorar o ingresso na vida matrimonial, especialmente no grupo de jovens de 20 a 29 anos.

* A tradução é nossa.

Certamente, este fenômeno não pode estar desvinculado do progressivo aumento da expectativa de vida da população em geral, que oferece, como resultado, mais tempo para ingressar no matrimônio e mais possibilidades de se separar e divorciar ao longo da vida; do intenso ingresso, nas últimas duas décadas, das mulheres no mercado de trabalho e de educação; da necessidade de maior aperfeiçoamento e especialização educacional para ambos os sexos - o que obriga as pessoas a se dedicarem por mais tempo ao projeto de formação individual antes de estabelecer vínculos formais e estáveis; e por último, da reformulação pós-moderna dos valores de satisfação individual e de independência nos relacionamentos íntimos.

É interessante notar que, em relação às separações e divórcios, estes últimos são muito mais frequentes nas classes econômicas mais favorecidas, que certamente, podem enfrentar os gastos legais de tais separações. Segundo dados de pesquisas realizadas em 1980 e 1981, a maioria dos 535 pedidos de divórcio encaminhados na Capital Federal foram provenientes da classe média (Wainerman, 1994). Sobre as médias de divórcio nesta localidade, a autora indica que entre 1980 e 1989, a média de separados e divorciados de classes econômicas mais baixas aumentou de 2,5 para 3,5 (equivalente a 40%), sendo que nas classes mais altas, os resultados cresceram de 2,8 para 4,8 (71%).

Acerca deste fenômeno é importante ressaltar o aumento da separação e do divórcio nos homens e mulheres em idade “média” - tanto nas classes baixas como nas mais altas. Entre 1980 e 1989, as mulheres separadas de 40 a 59 anos praticamente dobraram (de aprox. 6% para 10%), contudo, menos que as mulheres de 60 anos ou mais, que quase triplicaram.

Observamos, entretanto, que nos anos mais recentes houve uma leve diminuição da tendência em alta do divórcio, fato que, segundo os autores aqui trabalhados, seria simplesmente a tradução do menor índice de casamentos na sociedade e do aumento da união consensual. Este considerável crescimento de pessoas que segue uma união informal não aparece necessariamente como uma opção de manter a vida de solteiro/a, e sim como uma conseqüência “natural” das separações ou divórcios. Verificamos, como resultado destas experiências de vida, a perda da relevância do matrimônio formal como opção frequente para os reincidentes.

Finalmente, vemos que, como WAINERMAN (op. cit., p. 194) aponta,

“Parece que aqueles que tiveram as maiores mudanças em suas formas de viver em família foram os setores de mais recursos, que se afastaram da norma exclusiva do matrimônio legal em direção à separação e o divórcio em primeiro lugar, e à convivência consensual em segundo lugar. Também sofreram grandes mudanças as mulheres de idades média e madura, tanto dos setores altos como dos baixos, que tornaram a separação e o divórcio um fenômeno mais cotidiano”. *

3.4

A FAMÍLIA DA TRANSIÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DA FAMÍLIA A PARTIR DA MULHER

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E NO MUNDO DA EDUCAÇÃO

A análise das causas do desemprego na Argentina apresenta variantes segundo a localização geográfica (diferenciamos a região metropolitana da capital federal do interior do país). A nossa atenção está focalizada nos dados referentes à classe média da Área Metropolitana de Buenos Aires, um dos maiores e mais modernos centros urbanos da Argentina. Neste caso, o aumento do desemprego encontra-se vinculado diretamente tanto à destruição de vagas no mercado de trabalho como também ao aumento vertiginoso da atividade global, superior ao ritmo do crescimento da população, provocado principalmente pelo maior número de mulheres entrando no sistema produtivo (WAINERMAN, 2003).

Este processo de transformação da participação no mercado de trabalho é, na Argentina, um fenômeno que caminha de mãos dadas a outras mudanças relacionadas com a maior esperança de vida¹⁶, o envelhecimento geral da população, a ampliação dos horizontes educacionais, as quedas nos níveis de natalidade e de matrimônios legalizados, o aumento da idade para se casar, e o vertiginoso aumento das uniões consensuais, dos divórcios e das separações.

* A tradução é nossa

¹⁶ Os resultados do INDEC (Indicadores demográficos 1990-2001) apontam que a expectativa de vida em anos é, para o país como um todo, de 71.93 (homens 68.44 e mulheres 75.59), e para a Cidade de Buenos Aires, o valor total seria de 72,72 (homens 69,17 e mulheres 76,45).

Outros índices que podem interessar: a taxa de natalidade (por mil) na Argentina é de 18.2 e na Cidade de Buenos Aires, de 13,9; a taxa de mortalidade nacional (por mil) é de 7,6 e na capital de 11,1.

Fenômenos observados com maior antecedência em países desenvolvidos e posteriormente encontrados, concomitantemente, em vários outros países em vias de desenvolvimento, como é o caso, por exemplo, na América Latina, do Brasil e da Argentina.

Esta repercussão das influências demográficas, científicas e tecnológicas sobre as mulheres pode ser evidenciada nos resultados apresentados pelo INDEC para o período 1950-2005 sobre as taxas de fecundidade e de natalidade na Argentina:

(Figura 7)

Indicadores demográficos. Argentina. Anos 1950-2005					
Período	Taxa de reprodução (por mulher)		Taxa de fecundidade (por mil mulheres)		Idade Média da fecundidade em anos
	Brut		Global	Geral	
	a	Neta			
1950-1955	1,5	1,4	3.154,0	97,6	28,3
1960-1965	1,5	1,4	3.089,5	92,7	28,3
1970-1975	1,5	1,4	3.145,5	94,5	28,0
1980-1985	1,5	1,5	3.150,0	97,0	27,8
1990-1995	1,4	1,3	2.828,0	85,7	27,6
2000-2005	1,2	1,2	2.444,0	76,2	27,4

Fonte: INDEC - CELADE 1995,
Série Análisis Demográfico 5.

O movimento em direção ao âmbito externo de mulheres casadas e unidas com altos níveis de educação merece a nossa atenção como principal catalisador das mudanças no âmbito da vida privada. WAINERMAN (op.cit, p. 58) afirma:

*“Os resultados são claros: a proporção de mulheres dentre todos os trabalhadores (homens e mulheres) de 14 anos ou mais cresceu de 22% no momento do censo de 1960, para 25% em 1970 e 27% no censo de 1980. As responsáveis pela mudança foram mulheres de idade entre 25 e 55 anos, cuja participação passou de 23% para 33% e, dentre elas, mais especialmente as mulheres de 35 a 55 anos, que cresceram de 20% para 31%, o que representa um aumento do 55% (enquanto os homens entre 25 e 55 anos diminuíram sua participação de 96% para 93%). Trata-se, especialmente, de mulheres casadas e unidas, em sua maioria cônjuges de chefes do lar de nível médio e, sobretudo, alto de educação”.**

O Censo nacional de 1991 registrou mudanças significativas, ao longo dos anos 80, no aumento da participação feminina no mercado de trabalho. No período 1980-1991, as mulheres passaram a representar de 27% do total da PEA nacional para 36%. Nos anos noventa atingiram 41%. Durante esta última década, aumentou a participação de mulheres ocupadas em todas as idades, mas fundamentalmente daquelas entre 25 e 49 anos (de 50,5% a 53,9%) e entre 50 e 59 anos (35,9% a 42,8%). Esta alteração nas taxas de atividade feminina surge, essencialmente, não como um aumento das possibilidades no mercado de trabalho, e sim como sinal geral de deterioração na situação do emprego para ambos os sexos no país¹⁷.

Os valores mais recentes sinalizam que, por exemplo na cidade de Buenos Aires, atualmente, os índices totais de atividade econômica são, para as mulheres, de 50,4% e para os homens, 73,9%. Dentre as mulheres, os valores mais altos foram encontrados no grupo entre 30 e 64 anos de idade, com 69,5% de atividade, seguido de 52,5% de mulheres até 29 anos. Os mesmos índices para os homens confirmam que 95% da população masculina entre 30-64 anos está ocupada, bem como 62,1% da população até 29 anos (dados do INDEC, 2003).¹⁸

Até aproximadamente a década dos anos 70, a força de trabalho feminina estava constituída, na sua grande maioria, por jovens mulheres solteiras ou casadas sem filhos, que assumiam a experiência de trabalho como uma alternativa de crescimento pessoal temporária. O que ocorria, geralmente, era uma retração do âmbito trabalhista, uma vez casadas, ou com o nascimento do primeiro filho. Os valores e funções de gênero nesse sentido se apoiavam na tradicionalidade patriarcal, onde o homem não tinha opção entre trabalhar ou não, a ele cabendo a função primordial de servir de sustento econômico da

* A tradução é nossa

¹⁷ No mesmo sentido deveriam ser analisadas as estatísticas sobre os indicadores de desocupação por sexo em 2002. Como aponta o informe do Instituto Social e Político da Mulher, embora a proporção de mulheres desempregadas sempre tenha superado a dos homens, os dados mais recentes para a Capital do país indicam que 23,2% dos homens está sem emprego enquanto que entre as mulheres, somente 20,1%. Segundo o informe, este resultado deve-se diretamente à destruição de postos de trabalho da indústria, construção e transporte (setores tipicamente masculinos) ao mesmo tempo em que houve maiores índices de ocupação na saúde, educação e serviços sociais, funções com maior presença feminina.

¹⁸ Segundo os indicadores de trabalho e rendimento para 20002 no Brasil - apresentados pelo IBGE na *Síntese de Indicadores Sociais 2003* - a tendência de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, confirmada nas décadas anteriores, não se deteve.

Em 2002, o percentual feminino do total da PEA era de 42,5%, sendo basicamente um fenômeno urbano e concentrado nas Regiões Sul e Sudeste. A maior presença no mercado de trabalho de mulheres em idade adulta também foi confirmada no Brasil. O grupo que apresenta maior número de representantes no mercado nacional possui entre 30 e 39 anos de idade, com um total de 63,9% de mulheres; seguido de 62,4% de mulheres entre 40 e 49 anos e em terceiro lugar, 55,5% de mulheres dos 20 aos 29 anos. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os índices de participação são, na mesma ordem, de 59,9%, 56,9% e 51,9% de mulheres ocupadas no mercado de trabalho.

família. Já a mulher, geralmente, pareceria transitar pelo mercado de trabalho por opção passageira, até o cumprimento das suas mais “altas e puras” funções como mulher, a maternidade e a administração do lar.

Os posteriores ciclos de crise econômica na Argentina produziram, sem dúvida, grandes modificações no que diz respeito ao modelos norteadores da sociedade, e isso foi verificado na necessidade de “reajuste” do modelo socio-econômico patriarcal tradicional tido como “natural” até poucas décadas atrás. Assim, uma profunda necessidade econômica, junto com o movimento de revoluções ideológicas da época, abalou normas, papéis, funções, valores e, de forma mais geral, a configuração em que os gêneros se relacionam dentro e fora do lar.

Verificamos que, na década dos anos 80, não só aumentou a quantidade de mulheres que procuraram o trabalho remunerado como forma de vida, como também aumentou o tempo em que elas permaneceram no mercado de trabalho e a quantidade de mulheres que reingressaram no mesmo, na faixa dos 30 a 40 anos. Na área metropolitana de Buenos Aires verificou-se que o nível de atividade das mulheres no mercado de trabalho aumentou de 32% em 1980 para 37% em 1991, enquanto os homens permaneceram com o mesmo grau de participação de 75%.

Na década seguinte, as tendências anteriormente comentadas vieram a se intensificar. No período seguinte à instalação do novo modelo econômico (1991-1996) a média de mulheres ativas da Área Metropolitana de Buenos Aires entre 15 e 64 anos, cresceu três vezes mais do que a dos homens (de 38% para 53%, sendo que os homens se estabilizaram aprox. nos 85%). Este processo representou claramente uma tendência em aumento à “feminização” da força trabalhista, constituída basicamente de mulheres casadas e unidas.

O evidente aumento da participação econômica das mulheres na década dos anos noventa, processo iniciado nos oitenta, representa não somente um sinal de ampliação de oportunidades como também a necessidade de compensar a desocupação dos chefes da família. Assim, *“o crescimento da participação econômica das mulheres não aparece vinculado à melhoria de sua situação na sociedade mas a processos de ajuste estrutural e reestruturação econômica”* (WAINERMAN, 2003, p.65).*

Além das vicissitudes econômicas, uma das principais forças provocadoras de transformação destas mulheres - agora dentro do mercado de trabalho - foi a expansão dos horizontes educacionais, tanto no nível secundário como no superior.

Esta evolução se reflete nos dados obtidos para o ano 1988, quando as mulheres chegaram a representar mais da metade das matrículas universitárias na Universidade de Buenos Aires, atingindo, em 1994, 52,2% da população de todas as universidades nacionais. Este fato está caracterizado também pelo notável ingresso em cursos vistos até então como tipicamente masculinos, tais como Engenharia, Direito, Medicina, Arquitetura, Veterinária ou Economia (TORRADO, 2003). De fato, já para o início da década dos anos 80, as mulheres representavam, por exemplo, 47% do total das matrículas do curso de Medicina, 48,4% em Direito, 43,3% em Arquitetura e 33,4% em Economia. Atualmente, é curioso observar como são poucos os cursos universitários onde não representam a maioria estudantil.¹⁹ São inegáveis os progressos das mulheres no mundo educacional, sobre tudo daquelas que fazem parte de um arranjo familiar nuclear completo com filhos: ao longo das últimas décadas, os cônjuges femininos com um curso técnico ou universitário (completo ou incompleto) passaram de 17,5% em 1980 a 40,3% em 2000, no país como um todo²⁰.

Sinal de novos tempos, esta revolução na sociedade não se limita à transformação no ritmo do mercado de trabalho e nos níveis educacionais para as mulheres. A revolução se ramifica para o âmbito da intimidade, gerando novas formas de viver em família. Por exemplo, na área metropolitana de Buenos Aires, foi possível evidenciar em 2000 o aumento considerável (50%) de famílias monoparentais com filhos (6,7% a 12,2%) e a leve diminuição do tipo familiar completo sem filhos (18,8% a 17%). Entretanto, o tipo familiar nuclear completo com filhos permaneceu forte ao longo das últimas duas décadas, oscilando em 50% do total dos arranjos na região.

* A tradução é nossa

¹⁹ “No total do país, em 1991, a escolarização das mulheres no nível primário chegou aos mesmos índices da escolarização masculina (considerando-se 95,7% para ambos; no nível secundário a proporção feminina levou vantagem (61,9% vs. 56,6%), da mesma forma no nível superior não universitário - cursos técnicos - (11,2% vs. 4,3%) e no superior universitário (14,4% vs. 13,4%)”. Os dados se referem à totalidade da população. (Wainerman, 2003, p. 83) * A tradução é nossa .

²⁰ As mulheres do mesmo tipo familiar com 2º Grau completo ou incompleto também cresceu, de 31,2% a 36,9%, e diminuiu a quantidade de mulheres com apenas a instrução básica (51% a 22,8%). Os homens cônjuges e pais, por sua vez, também se educaram mais: 20% a 33,8%, 26,6% a 37,6%, e 53,4% a 28,6%,

Este contexto social favoreceu uma mulher que preferiu adiar a idade para se casar - muitas vezes, permanecer solteira -, diminuir o número de filhos - ou decidir não tê-los, ou tê-los bem mais tarde. Como afirma WAINERMAN (2003, p. 66)

*“A possibilidade de mulheres receberem seu próprio dinheiro e de atingirem algum grau de independência econômica - favorecido por níveis mais altos de educação - é um motor de mudanças potenciais na distribuição do poder conjugal, na tomada de decisões, na educação dos filhos e, é claro, na formação e dissolução das famílias”**.

Vemos assim, que, a partir destas novas mulheres, ingressamos num mundo de novas famílias...

O HOMEM E A NECESSIDADE DE SE TRANSFORMAR: NOVO PAI, VELHO MARIDO...

“Da mesma forma que durante muito tempo os homens têm se encarregado de determinar o papel da mulher na sociedade, penso que hoje está ocorrendo um fenômeno inverso. As mulheres têm se pensado a si mesmas e aos homens. Desta forma, os homens não só devem se deparar com o desafio de redefinir sua própria identidade, como também devem lidar com a versão masculina que elas querem impor” (Diário "La Nación", 27/10/76, autor desconhecido)*

As transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas no âmbito sócio-econômico afetaram diretamente a organização da instituição familiar. Este processo levou ao palco a cena mais íntima da contemporaneidade, caracterizada pelo questionamento, crítica e negociação da conjugalidade. Momento também caracterizado por expectativas frustradas, pela perda de velhos ideais e pela busca de novos parâmetros que viabilizem, na melhor das hipóteses, uma convivência mais igualitária dos gêneros dentro e fora do lar. Este questionamento relaciona-se profundamente com um repensar da masculinidade e da feminidade, tanto no que diz respeito às potencialidades biológicas e psicológicas, como também aos lugares, funções e

respectivamente para os níveis universitário, 2º Grau e educação básica. (WAINERMAN, 2003)

* A tradução é nossa

* A tradução é nossa

responsabilidades que cabem a cada membro no casamento, na família e no contexto social maior.

Acreditamos que a força motriz deste “repensar” dos gêneros tenha sido impulsionado fundamentalmente por e a partir da mulher, cuja identidade fora “reconstruída” seguindo os modernos valores e ideais feministas. Entretanto, nas últimas duas décadas, o homem também passou a ocupar o interesse de vários estudiosos que procuraram analisar o “colapso do bom provedor”²¹ diante da revolução ideológica feminista, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho e com o subseqüente questionamento que estes fenômenos provocaram no exercício do poder e nos deveres conjugais.

O que pode ser observado até o presente sobre a relação entre os gêneros, é que, como diz COLTRANE (2000)

“Apesar de as crenças em relação às funções apropriadas a homens e mulheres na força de trabalho tenham sofrido grandes mudanças nas últimas décadas, aquelas a cerca de quem deve realizar o trabalho não remunerado na família têm mudado mais lentamente e as mudanças na conduta doméstica o fizeram ainda mais lentamente” (p.1208).*

Pareceria, então, que a cultura sobre o que é ser homem e mulher no casamento e na família tivesse se alterado no ideal coletivo, mas não na esfera concreta da modificação de condutas. É como se ainda existisse uma enorme brecha entre o discurso correto e a ação pertinente.

Diante de tantos questionamentos modernos sobre o lugar dos gêneros na formação da intimidade, problemas como a divisão do trabalho e o uso do poder na conjugalidade têm sido o alvo de inúmeras pesquisas. O que estes trabalhos vêm assinalando, como resenha WAINERMAN (2003) é que, na verdade - com as devidas desculpas aos otimistas da modernidade - na vida cotidiana, apesar de leves mudanças, as atividades que se levam a cabo dentro do lar continuam estando fortemente diferenciadas por gênero, reforçando a permanência de uma mulher prisioneira da dupla (ou tripla) jornada de trabalho.

Embora no que diz respeito aos cuidados dos filhos seja possível evidenciar uma maior colaboração entre homens e mulheres, ainda existe uma clara diferenciação entre quem, no casal, deve se encarregar das atividades domésticas. Na esfera da paternidade,

²¹ Furstenberg (1988) apud WAINERMAN, 2003.

as mudanças começam a ser sentidas a partir de um maior engajamento e conscientização do homem como sustento emocional e não só econômico da família.

Como já mencionamos com antecedência, os estudos sobre o panorama familiar na Argentina - em suas mais diversas facetas - têm sido pouco explorado pelos acadêmicos deste país vizinho, o que impossibilita grandes conclusões quantitativas sobre determinados fenômenos contemporâneos. Entretanto, as repercussões das transformações femininas - entre elas, o incentivo ao exercício de novas formas de maternidade-paternidade e do poder na conjugalidade, a divisão de tarefas e funções dentro do lar, dentre outros fatores -, podem ser evidenciadas em algumas pesquisas de WAINERMAN (2003, 2004). Um estudo da autora com 35 famílias nucleares do setor médio²² revela conclusões interessantes.

Ambos os membros do casal foram entrevistados em separado sobre uma série de atividades domésticas, procurando responder se faziam tudo, grande parte, uma parte, um pouco ou nada de cada uma das atividades apresentadas²³. Na maioria dos casos, as atividades domésticas permaneciam fortemente diferenciadas por gênero, o que sustenta a idéia de “dupla jornada” ou de “*revolução estancada*” das mulheres, indicada por HOCHSCHILD²⁴. Este fenômeno relacionado às atividades domésticas tem sido analisado por certos autores (BLUMBERG, 1989; COLTRANE, 2000) como um dos aspectos da vida familiar que mais resiste às transformações das mulheres na posição econômica e na força de trabalho.

Seguindo a pesquisa de WAINERMAN, foi possível comprovar que ainda existem atividades que, de fato, “não são tarefas ou responsabilidades de homens”, como cozinhar, lavar a louça, limpar a casa e passar a roupa. Estas tarefas ainda são realizadas 90 a 100% das vezes por mulheres, ou na sua impossibilidade, por parentes, filhos mais velhos ou empregadas domésticas.

²² Pesquisa realizada com casais de classe média com altos níveis educacionais, cujos membros têm entre 25 e 45 anos de idade, com pelo menos um filho, e seguindo o modelo econômico de dois provedores (e não o tradicional de um provedor) de forma a evidenciar o impacto de maiores restrições de tempo - devido à inserção da mulher no mercado - e das demandas para articular a família e o trabalho.

²³ As atividades eram, no âmbito doméstico: cozinhar, lavar a louça, arrumar a mesa, passar roupa, limpar a casa, fazer as compras, pagar contas, se encarregar da manutenção do carro, fazer consertos na casa, contratar o pintor ou o pedreiro, marcar saídas com os amigos; no cuidado com os filhos: trocar fraldas, dar de comer, dar banho, vestir, fazer dormir, fazê-los escovar os dentes, levá-los à escola, ajudá-los nos deveres da escola, organizar festas de aniversário, falar com os mestres, ir às reuniões de pais na escola, castigá-los, ficar em casa quando estiverem doentes, levá-los ao médico e comprar roupa.

²⁴ O autor denomina de “*revolução estancada*” o aumento de mulheres com dupla jornada (trabalhista e doméstica) não acompanhada por uma semelhante participação dos homens na esfera doméstica.

É interessante observar como, mesmo com a participação de “ajudantes” neste tipo de tarefas, estas continuam a ser responsabilidade da mulher, que devido à falta de tempo, ou por dispor de meios econômicos, terceiriza a tarefa para outra pessoa. Isto quer dizer que a empregada doméstica entra em cena para dar conta de uma função feminina não cumprida, ajudando na dupla jornada doméstica feminina que não é redefinida como “responsabilidade mútua do casal”. É cômico (ou ao contrário) verificar que ainda, segundo estes casais entrevistados, praticamente não existem “tarefas que não sejam de mulheres”. Claro que as responsabilidades domésticas ocasionais como aqueles tradicionais consertos dentro de casa ou a manutenção do carro ainda estão reservadas ao homem, que entra em cena cumprindo na maior parte das vezes, se não todas, com estas funções.

Ainda são poucas as evidências de atividades domésticas equilibradamente compartilhadas e onde não seja possível distinguir tanta segregação de gênero. Dentre estas atividades, os resultados da pesquisa indicaram ações como planificar a vida social do casal, fazer as compras - compartilhadas pela metade ou mais dos entrevistados - e pôr a mesa diariamente.

A realidade nestas famílias de classe média muda bastante quando se trata do cuidado dos filhos. Observou-se que, na maioria dos casos, não existe uma segregação de gênero marcada no exercício da maternidade-paternidade. A situação é interessante: nos momentos em que é preciso dar limites aos filhos, freqüentar reuniões escolares, levá-los ao médico ou, com menos freqüência, fazê-los dormir ou vesti-los, aprox. metade ou $\frac{3}{4}$ dos maridos entrevistados dividem as responsabilidades com suas esposas. Entretanto, a situação muda no momento de dar banho, trocar fralda, dar de comer, comprar roupa, organizar festas de aniversários, falar com os mestres e ajudá-los nos deveres da escola. Nestas situações, somente $\frac{1}{3}$ dos pais compartilham as funções com as mães. Os restantes $\frac{2}{3}$ não fazem nada ou somente um pouco, deixando as responsabilidades para o lado feminino.

Como conclui WAINERMAN (2003, p. 212)

*“Nas famílias de setores médios, em que os dois membros do casal trabalham, o comportamento dos homens está menos marcado pelo gênero quando atuam como pais do que quando o fazem como esposos. Os homens se envolvem mais com os filhos do que com o lar. O âmbito de trabalho doméstico é definido como feminino, enquanto o cuidado dos filhos é definido como uma empresa compartilhada”**

* A tradução é nossa

Nestes casos, embora o modelo econômico predominante seja o moderno de dois provedores, ainda prevalecem marcadas diferenças:

“É verdade que enquanto a maioria deles trabalha em expediente integral, e até mais, somente 1/3 das mulheres o faz com a mesma intensidade, sendo que a metade trabalha meio expediente, e 1/5 só umas poucas horas por semana. Mas todas elas têm um ou dois, ou até três filhos pequenos em casa. Pouco menos da metade tem ajuda doméstica paga, enquanto que ¼ trabalha somente uma, e em casos isolados, duas vezes na semana, por apenas 3 a 5 horas ao dia” (WAINERMAN, op. cit., p. 214).*

Este é um típico panorama contextual dos casais modernos de classe média na Argentina. Difícil afirmar se a mulher trabalha menos horas por causa da “revolução estancada” dentro do lar, com pouca divisão de tarefas com o parceiro e por isso sente-se obrigada a “optar” entre o mercado de trabalho em tempo integral ou o cuidado dos filhos, ou se é ainda um ideal feminino - ligado a culpas e responsabilidades “naturalmente” maternas - preferir ficar mais em casa do que no mercado de trabalho; ou se é, ainda - ou também, sinal de tempos economicamente desfavoráveis onde não só resulta difícil permanecer no mercado de trabalho como também pagar por assistentes domésticas para cuidar dos filhos. Fronteiras que se cruzam e entrelaçam a ponto de resultarem praticamente indistinguíveis.

O resultado desta situação provoca controvérsia: estes maridos trabalham (fora do lar) em média 5 horas a mais do que as mulheres. Em praticamente todos os casos, nem os homens nem as mulheres se questionaram sobre as bases que definiram esta divisão das responsabilidades e atividades. Os casais parecem “naturalizar” este fato sem questionar o contexto que, na nossa visão, provoca mais segregação de gênero através das gerações.

Por outro lado, este fenômeno dá sustento à argumentação masculina que justifica a pobre participação nas atividades do lar devido à menor disponibilidade de tempo. Acreditando que é justo trabalhar menos tempo dentro de casa por fazê-lo mais do que elas no âmbito externo, apóiam a idéia de que sejam as mulheres as responsáveis, então, por essas atividades domésticas. Esta afirmação, embora contraditória para casais de dois provedores com leves diferenças na carga horária, sustenta ainda, em muitos casos, os pilares da subjetividade familiar. Isto nos leva a afirmar que a redefinição da posição das mulheres no âmbito externo não tem sido acompanhada por uma mudança semelhante do homem como parceiro e marido no mundo interno.

IV.

A FAMÍLIA NO BRASIL E SUAS FORÇAS INFLUENCIADORAS: CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO PERÍODO 1980-2000

4.1.

PENSANDO A FAMÍLIA NO BRASIL: BREVE RESENHA HISTÓRICA

A história social que o Brasil percorreu desde a época da Colônia deixou como legado não só um país multifacetado em suas formas de representação étnica, religiosa, cultural, econômica e política, como também desenhou a herança de intensas marcas pinceladas no imaginário e no cotidiano da instituição familiar com a qual hoje nos deparamos. Viajantes, pensadores e acadêmicos, desde os primeiros tempos em que o Brasil começava a ser “descoberto” foram deixando seus registros sobre o panorama da vida íntima e social com que se deparavam, miscelânea de costumes, tradições, valores e regras importados não só do hegemônico Velho Mundo, como também infiltrados através dos escravos negros e índios nativos.

Poder compreender e conhecer melhor as revoluções que estão nos afetando social e intimamente hoje representa, sem dúvida - mas não só - analisar as tendências sócio-econômicas totalizadoras, massificantes e globalizadoras da pós-modernidade. Precisamos também, embora não seja o intuito do presente trabalho, redescobrir a trilha que deu origem à formação dos valores sociais relacionados à família e ao casamento. No Brasil, este caminho analítico conta com vários contribuintes, que acertadamente ou não, procuraram elaborar um quadro panorâmico dos vínculos íntimos brasileiros.

Gilberto Freire abre o caminho para os estudos e análises dedicados exclusivamente à vida privada na “*Terra Brasilis*”. Não só nesta área suas contribuições foram vanguardistas. A obra de Freire foi, certamente, um marco na bibliografia internacional sobre o assunto. *Casa-Grande & Senzala* sai para o mundo em 1933, e *Sobrados e Mocambos* em 1936, divulgando um pouco do que o autor entrevia das relações patriarcais e tradicionais de família, isto é, sobre a realidade da vida íntima: seu tamanho, formas e regras domésticas, a condição - segundo ele

basicamente submissa e passiva - da mulher no âmbito privado, e as fortes relações estabelecidas entre a família e a vida sócio - econômica do país desde o início do período colonial²⁵, dentre vários outros fenômenos.

Não pretendemos analisar o mérito de Freire sobre suas afirmações relacionadas com a primazia da família patriarcal extensa - com tendências altamente conservadoras - no Brasil e sobre o jogo de poder, por ele descrito, entre o homem e a mulher no âmbito doméstico. São numerosos os autores que têm apresentado críticas argumentativas contundentes sobre a possível distorção de modelos únicos generalizadores do fenômeno²⁶ (dentre eles, podemos citar os trabalhos de MESQUITA SAMARA, NIZZA da SILVA, MEZAN ALGRANTI e VAINFAS). Acreditamos no valor das contribuições de Freire, indo além de sua própria obra. Devido a sua relevância, motivou a proliferação de estudos da instituição familiar e da vida privada no Brasil através dos mais diversos prismas - sociológico, antropológico, psicológico, demográfico, histórico, político, econômico, legal. Com esta constatação, conservamos um olhar nostálgico ao lembrar a dívida sócio-histórica que as produções acadêmicas sobre o assunto guardam na Argentina.

Outras contribuições são dignas de nota, como por exemplo, os trabalhos de Oliveira Vianna e mais recentemente, nos anos 50, de Antônio Cândido²⁷. Os estudos sobre a evolução histórica da família paulista foram bastante prolíficos, mais

²⁵ Citamos outras obras publicadas no Brasil (somente algumas dentre a grande produção Freire): *Nordeste*, 1937; *O mundo que o português criou*, 1940; *Interpretação do Brasil*, 1947; *Ordem e progresso*, 1959; *Homem, cultura e trópico*, 1962; *Brasis, Brasil e Brasília*, 1968; *Novo mundo nos trópicos*, 1971.

²⁶ “Os trabalhos recentes, de extrema importância para conhecermos os arranjos familiares de nossos colonos, criticaram o modelo monolítico de Gilberto Freire acerca da família patriarcal, apontando para inúmeras práticas que se inserem no universo das contravenções às normas impostas pela Igreja e pelo Estado, que fez do casamento sacramentado o bastião da família, da união dos corpos e conseqüentemente das relações sexuais. Por meio destes estudos recentes, vêm à tona os adultérios e concubinatos freqüentes e o grande número de filhos ilegítimos, que os registros paroquiais e notariais comprovaram à luz das novas técnicas da demografia histórica. (...) Essa “não - família” que conforme tais estudos teria predominado na nossa sociedade, não excluiu, por outro lado, a família propriamente dita, aquela composta pelos membros da elite. (...) Muitas vezes ela se formou paralelamente à família legítima, a qual, cabe lembrar, não deve ser excluída das análises da sociedade colonial pela predominância de outros modelos.” (MEZAN ALGRANTI, 1997, p. 136)

“No plano conceitual, outra séria dificuldade enfrentada pelos pesquisadores liga-se ao próprio conceito de família brasileira e da necessidade de revisão, pois a utilização de uma concepção única e genérica revelou-se historicamente insuficiente para abarcar toda a complexidade social do Brasil, da Colônia ao Império” (MESQUITA SAMARA, 1987, p. 30)

²⁷ OLIVEIRA VIANNA, *Evolução do Povo Brasileiro* (1923); CÂNDIDO, Antônio, *The Brazilian Family* (1951).

recentemente cuidadosamente resenhados por ARRUDA CAMPOS²⁸. Como MESQUITA SAMARA indica,

“A retomada decisiva da família deu-se na década de 70, momento em que começam a aparecer novas pesquisas sobre o assunto, que têm principalmente por intuito rever as antigas propostas feitas pelos estudiosos, buscando novas perspectivas de entendimento da sociedade brasileira do passado” (1987, p. 27).

Os trabalhos sobre a problemática familiar no Brasil, basicamente a partir dos anos 70, emergiram essencialmente, como a autora indica, da área da demografia e da história social. Este projeto de análise se viu fortemente associado a um projeto acadêmico maior, vinculado ao resgate das próprias raízes do “ser brasileiro” e dos marcos sociais que, ao longo do tempo, moldaram a identidade individual e familiar. Felizmente, somos testemunhas, com a evolução dos estudos e pesquisas, que

“A riqueza e ineditismo das fontes primárias, associados à pluralidade de assuntos que o tema aborda (mulher, criança, sexualidade, educação etc.), colocaram definitivamente a História da Família no Brasil, na década de 80, como um ramo específico de conhecimento e pesquisa, com sua própria área de atuação, mas sem dúvida utilizando os recursos técnicos e metodológicos da Demografia Histórica e das demais ciências afins” (MESQUITA SAMARA, op. cit, p.29).

Desde então, os esforços acadêmicos até o presente ramificaram seus interesses de compreensão e se “familiarizaram” com a complexidade do fenômeno. Não só foi uma tarefa árdua conceituar o que significava a idéia de “Família” para um país tão extenso e plural, como também foi extremamente delicado analisar o jogo de regras e o uso do poder que estava na base da relação homem-mulher dentro do casamento.

Como ROCHA COUTINHO tem afirmado nos seus trabalhos, o modelo tradicional de Família que tanto influenciou os valores sociais - e, como veremos adiante, continua a permear a subjetividade contemporânea - não representou somente o lado opressivo feminino e a sua reclusão no âmbito doméstico. A mulher, num modelo definido e pouco flexível sobre as relações de gênero dentro e fora do âmbito privado, soube fortalecer, perpetuar e aproveitar, consciente ou inconscientemente, a sua identidade de “rainha do lar”.

²⁸ ARRUDA CAMPOS, Alzira Lobo de. *“Casamento e Família em São Paulo Colonial”*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Desta forma, as últimas décadas de pesquisas no Brasil trouxeram luz sobre fenômenos variados que dizem respeito à intimidade do brasileiro, tais como a repercussão de novos ideais defendidos pelos movimentos feministas; a lenta, mas contínua inserção da mulher não somente no mercado de trabalho como um todo, mas em âmbitos tipicamente definidos como masculinos; a profunda transformação do significado e da prática sexual com a adoção da pílula; o ingresso maciço das mulheres em novos patamares educacionais; a revisão da maternidade, da feminilidade; e, por conseqüência, do tradicional papel exercido pelo homem até agora, como marido e pai de família.

Mais recentemente, o interesse tem crescido em torno da repercussão e influência social de determinados discursos transmitidos através dos meios de comunicação de massa. A televisão, o cinema, a rádio, a imprensa e as tendências econômicas do mercado passaram a ser bússolas potenciais - e interessantes - para podermos guiar a nossa compreensão sobre as transformações contemporâneas nos ideais de intimidade e de relacionamento. Sobre esta relação complexa entre meios de comunicação e modelos de intimidade JABLONSKI afirma que

“A impressão é que estamos diante de um processo pelo qual realidade, espelhamento da realidade e a presença de reflexos inovadores interagem numa tal intrincada rede de conexões, que até lembram a natureza do nosso próprio objeto de estudo: o casamento contemporâneo” (1998, p. 193).

Certamente, numa época de profundo questionamento de padrões e normas referenciais para a intimidade, de alta valorização à individualidade - fortalecida também pelo maior convívio com modernas tecnologias que ajudam a isolar - nem que seja temporariamente - o indivíduo do grupo, pela característica sensação - pós-moderna - de falta de modelos hegemônicos, de líderes e heróis, e da enfraquecida influência religiosa, os múltiplos meios de comunicação entram em cena com inovadores conceitos e comportamentos ou reforçando outros já conhecidos. JABLONSKI afirma:

“Se é verdade que vivemos em uma época de grande insegurança, fruto de muitas e bruscas transformações, em que o novo ainda mal digerido compete com o velho assentado, porém ameaçado, a mídia terá um papel destacado neste processo. Não apenas plantando profecias auto-realizadoras, mas como guia confiável a ser seguido em meio à crise” (op. cit, p. 196)

Vemos como o momento contemporâneo está sendo o nosso foco de interesse como pesquisadores, e muitas vezes, fonte de busca, angústia e desconcerto como indivíduos responsáveis pela reconstrução de uma identidade conjugal e familiar. Talvez a nostalgia por tempos passados, defendidos pelos membros mais velhos de nossas famílias, que sempre parecem ser melhores do que o presente, não seja somente sinal de uma memória fantasiosa. Talvez a presença marcada - e praticamente incontestável - de um modelo tradicional hegemônico, e o não vislumbre de horizontes alternativos para as mulheres mães e esposas, tenha sido, quem sabe, fonte de menos frustrações. Isso é difícil de confirmar. Entretanto, o que podemos aferir é a complexidade dos questionamentos contemporâneos e a perplexidade e dificuldade em que muitos indivíduos se encontram na hora de repensar, e não só seguir, um ideal de vida privada.

A maioria das pesquisas realizadas nos principais centros urbanos do Brasil²⁹ indicam o alto grau de insatisfação e frustração das mulheres no casamento e na família de hoje, devido, basicamente, à falta de divisão eqüitativa de tarefas dentro do lar, sobrecarregando as funções da mulher, que busca conciliar a vida profissional e a maternidade. Esta realidade, levada de forma plena e equilibrada, até agora só foi possível de ser confirmada na ficção do cinema ou da televisão. A situação com a qual nos deparamos é outra.

Sobre o assunto, JABLONSKI (2003, p.151) afirma que

“Esta tendência à insatisfação feminina presente nos dias de hoje parece corresponder a características diferentes daquelas do início do século XX, pois nos sugere que atualmente as maiores dificuldades para a mulher ocorram justamente pelo fato de existir a expectativa de uma vida com mais liberdade e igualdade entre os gêneros, em contraposição a uma realidade ainda desigual. Neste sentido, lidar com a privação a que uma mulher era submetida no início do século XX remetia a menos insatisfação do que quando se aumentam as possibilidades sociais. O aumento do horizonte das mulheres e a sua não realização na prática parecem despertar então um grande sentimento de frustração e, conseqüentemente, maior insatisfação, como observamos em nossa pesquisa”.

²⁹ Algumas contribuições sobre o assunto podem ser evidenciadas em ASSMAR (2000), FÉRES-CARNEIRO (2001, 2002), GOLDENBERG (2000), JABLONSKI (1998, 1999, 2001, 2003), ROCHA-COUTINHO (1994, 2003) e VAITSMAN (1994).

GOLDENBERG (2000), por outro lado, tem contribuindo para a análise da nova mulher que ingressa no mercado de trabalho e revoluciona o âmbito familiar. Apesar de muitas conquistas, nos lembra que

“Séculos de uma cultura escravagista e de silêncio feminino não mudam em dez ou vinte anos e que, mais do que uma ruptura definitiva com o passado, estamos vivendo um processo, até bastante acelerado, de transformações dos papéis masculinos e femininos na sociedade brasileira” (p. 117).

O eixo do questionamento sobre as transformações nas relações íntimas teve como base a ruptura da dicotomia entre público e privado segundo o gênero, que, segundo VAITSMAN (1994)

“Não resolveu os dilemas das desigualdades e diferenças entre homens e mulheres, mas mudou seus fundamentos de legitimação. Não eliminou as distintas funções no casamento ou na família, mas deixou em aberto, como objeto de consenso ou disputa (pensamos que ainda mais como disputa do que consenso) quem deve desempenhá-las e quando elas devem ser desempenhadas” (p. 192)

A partir da análise do material produzido nas últimas duas décadas sobre a instituição familiar e a revolução que atingiu normas e valores da intimidade esperamos elaborar algumas conclusões sobre as conquistas, perdas, continuidades e a permanência do que acreditamos ser e estar em família, hoje no Brasil.

4.2.

O CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DOS ÚLTIMOS VINTE ANOS

A década dos anos 80, também conhecida como a “*década perdida*”³⁰, apresenta-se às análises como um período onde a economia brasileira sofreu uma das mais graves crises da história, basicamente caracterizada pela estagnação do Produto

³⁰ “O PIB per capita, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retomar os níveis observados no início da década, de forma que se populariza a idéia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na “*década perdida*” (In: OMETTO, 1995, p. 404)

Os impactos sociais (especialmente as repercussões no casamento e no divórcio dos brasileiros) foram muito bem apresentados por BERQUÓ e OLIVEIRA (1992)

Bruto Interno (PIB) *per capita* e altíssimas taxas de inflação, levando a um marcante aumento da desigualdade social. Uma das primeiras repercussões da crise consistiu na queda abrupta do nível de emprego formal e dos salários vigentes, levando as famílias a utilizarem mão de obra “secundária” (essencialmente cônjuges e filhos) para fazer frente ao desequilíbrio econômico - doméstico.

Uma série de políticas adotadas pelo governo militar na década dos anos 70 conduziu o país a um profundo endividamento externo, fundamentalmente pelas opções de manter o crescimento econômico após as crises do petróleo e buscar saldos definitivos no processo de substituição de importações. Desta forma, o desequilíbrio na economia brasileira partiu da transferência de recursos e se agravou pelo fato dos superávits terem sido obtidos principalmente pelo setor privado, enquanto a responsabilidade da dívida coube ao setor público. Como consequência, evidenciou-se a queda abrupta dos investimentos, dando lugar à recessão e ao desemprego prolongado, fenômenos combinados à instalação da inflação. Assim,

“Incapazes de produzir superávits, os governos, ao contrário, aumentaram seus déficits, pois haviam se comprometido na década de 70 - durante o "milagre brasileiro"- com o gerenciamento global da economia às custas do maior endividamento externo e interno, e ampla estatização” (CINTERFOR, p.1).

Neste período a inflação se expandiu vertiginosamente. Os primeiros sinais aparecem em 1983, tendo uma queda considerável em 1986 - devido à implementação do Plano Cruzado - crescendo novamente, e consideravelmente, no período final da década. A repercussão social pode ser observada não somente a partir das taxas de desemprego, tanto masculina quanto feminina (em 1983, contamos com 4,9% de desocupação para os homens e 4,8% para as mulheres) como também pelo crescimento na proporção de trabalhadores informais.

Foi característica da década dos anos 80 a incorporação progressiva de mais e mais mulheres casadas ao mercado de trabalho, fato que pode ser compreendido tanto por necessidades de enfrentar o desequilíbrio econômico, de tendências ideológicas modernizantes, ou - muito provavelmente - do encontro espaço-temporal ideal de ambos os fatores. Segundo as análises de OMETTO (1995, p. 406)

“A participação da mulher na População Economicamente Ativa - PEA - se elevou de 21% para 28% e as taxas diferenciadas de crescimento verificadas segundo o estado civil, favorecem o aumento da participação do cônjuge feminino

na força de trabalho. Desta forma em 1980 as mulheres casadas passam a constituir 36% da PEA feminina, enquanto em 1970 eram apenas de 27%. A crise dos anos oitenta não interrompe esse processo”.

É um fato, então, que as famílias procuraram reorganizar seu funcionamento interno, sendo obrigadas a criar soluções para a crise econômica através da incorporação de mais membros ao mercado trabalhista.

Diante desta crise, confirmou-se que, dentre os “*trabalhadores secundários*” que “ganharam” o espaço público, a maioria era formada por mulheres cônjuges, grupo que cresceu a taxas muito mais elevadas se comparado aos filhos, parentes ou agregados. É este um dos fatores que nos permite pensar na relação entre necessidades econômicas e valores e idéias revolucionárias, estas últimas ganhando maior representatividade social, sobre tudo, junto às mulheres. A falta de variação na permanência das mulheres no mercado de trabalho em momentos significativos de melhoria econômica apoiariam a hipótese da forte influência destes novos ideais.

Neste sentido, os saltos significativamente maiores registrados por essa taxa nos períodos de 1981 a 1983 e em 1990 apareceriam como uma resposta direta às crises. Entretanto, esses valores não refluem nos períodos de recuperação, fenômeno que pode nos indicar a presença de motivos ou influências de outro tipo, possivelmente vinculados a novos contextos sócio-ideológicos.

Isto nos conduz ao que JABLONSKI já mencionou a respeito dos novos horizontes que se abriram para as mulheres, como resultado das revoluções ideológicas e das novas oportunidades no mercado de trabalho. Esta mulher, que saiu de casa - não sem dificuldades - por motivos complexos e multideterminados, uma vez conhecendo o sabor da independência, do poder e do reconhecimento - frutos que o trabalho externo remunerado trouxe - escolheria deixá-lo, num movimento de regressão ao passado? Certamente, uma vez dado o passo adiante - tanto ideológica como economicamente, não havia como voltar atrás.

Apresentamos alguns valores levantados pelo IBGE para o período 1981-1990 que representam o aumento considerável na incorporação de mão de obra feminina, acompanhado somente por uma mudança leve no equivalente aos homens.

(Figura 8) **Taxa de Atividade para pessoas de 10 anos ou mais de idade, 1981-1990 - Brasil:**

	Homens	Mulheres	Total
1981	74,6	32,9	53,4
1983	74,8	35,6	54,8
1984	74,6	35,6	54,8
1985	76,0	36,9	56,1
1986	75,7	36,8	55,8
1987	76,6	38,6	57,1
1988	75,9	38,7	56,8
1989	75,8	38,7	56,7
1990	75,3	39,2	56,7

Fonte: Informações de 1981-1989 - IBGE. Indicadores de Pesquisa Básica da PNAD de 1981-1989.

As informações mais recentes apontadas pelos indicadores sociais do IBGE para 2002 sustentam que as mulheres atingiram 41% do total da PEA do Brasil e os homens 58%³¹.

Outro dado relevante para a década dos anos 80 é que não somente o grupo que foi incorporado ao mercado de trabalho em taxas muito mais elevadas foi o feminino, como também o fato de que foram as mulheres de renda mais elevada que lideraram esta transformação. O movimento de busca de remuneração fora do lar para os trabalhadores secundários foi notadamente menor para as famílias de poder aquisitivo mais baixo. Este pode ser outro elemento a considerar quando analisarmos o impacto real dos desequilíbrios econômicos e da ideologia feminista na hora de provocar a saída das mulheres do âmbito privado, sendo que esta ideologia teve como berço, essencialmente, as classes econômicas mais instruídas.

Vemos, assim, que esta década se registrou como um período sem precedentes em relação aos níveis de inflação, com uma grave intensificação das desigualdades sociais e com uma rápida incorporação de outros membros da família como fontes de renda. Paradoxalmente, outros dados vinculados aos níveis de saúde geral se apresentam como sinais de expressiva melhora nas condições de vida do brasileiro. Alguns destes

³¹ A PEA no Brasil, 2002, contou com um total de 83 243 239 pessoas, das quais, 48 390 475 eram homens e 34 852 754 mulheres. Os mesmos valores para a região metropolitana do Rio de Janeiro em

sinais estão representados pelo aumento na esperança de vida³² ao nascer e pela queda da taxa de mortalidade³³.

Portanto, o panorama político e econômico, no final dos anos 80, se caracterizou basicamente pela presença de fenômenos como a transição para a democracia, a promulgação da Constituição de 1988³⁴, o crescente pluralismo de interesses cívicos e econômicos, o legado de políticas voltadas para a substituição de importações, a política externa globalista, o populismo macroeconômico sujeito à descentralização política e as taxas de inflação crescentes (CASTRO & CARVALHO, 2002).

É este o panorama social com o qual se defronta Fernando Collor de Mello no momento em que assume a presidência (1989-1992). O estilo de governo por ele utilizado seguiu a tendência à liberalização comercial e à privatização de empresas do setor público, sendo, no entanto, em pouco tempo levado ao *impeachment* por acusações de participação em práticas de corrupção. Isto obrigou Collor a abandonar o governo em 1992. De uma forma geral, as políticas de liberalização comercial que se seguiram ao longo dos anos 90 tiveram como eixo principal a detenção dos altos índices inflacionários, assim como a promoção do aumento da indústria doméstica. Verificamos que, no período abarcado entre os anos 1979 e 1992, foram adotados 10 diferentes planos de estabilização econômica, nenhum deles conseguindo atingir resultados satisfatórios que pudessem aliviar o impacto da hiperinflação na sociedade³⁵.

2002 apontavam que a PEA dividiu-se em 56% para os homens e 43% para as mulheres.

³² *Expectativa de Vida ao nascer (Fonte IBGE, Censo Demográfico de 1980)*

	1950/60	1960/70	1970/80
Brasil	52,37	52,67	60,08
Sudeste	56,96	56,89	63,59

Os indicadores sociais do IBGE para o ano 2000 sustentam progressos em matéria de saúde: as mulheres atingiram uma expectativa de vida de 72,7 anos e os homens – com oito anos de diferença – 64,8 anos.

³³ Entretanto, estes sinais devem ser considerados com precaução. Como diz OMETTO (op. cit., p. 412) “*Deve-se evitar otimismo descabido, atentando-se para o fato de que os ganhos obtidos, em relação aos mencionados indicadores, não estabelecem para o país posição confortável na área social, nem mesmo quando os demais países da América Latina são tomados como referência. Apesar do Brasil ser considerado a principal economia industrial da região, e dos bons resultados obtidos no tocante à cobertura das vacinações e assistência médica nos partos, ainda assim é o que apresenta maior desigualdade de distribuição de renda, uma das maiores proporções da população abaixo da linha de pobreza e consideráveis taxas de mortalidade e analfabetismo, maiores inclusive do que as de países sem nenhuma expressão econômica*”.

³⁴ A Constituição de 1988 teve implicações diretas para a questão familiar que aqui nos interessa: foi a primeira legislação brasileira que desvinculou a instituição familiar do casamento. Desta forma, a família passou a ser representada por qualquer união estável entre homem e mulher, ou entre qualquer um dos pais e seus filhos.

³⁵ Planos Econômicos: 1979- Primeiro Plano Delfim, 1983- Terceiro Plano Delfim, 1985- Plano Dornelles, 1985- Plano Dornelles, 1986- Plano Cruzado, 1987- Plano Bresser, 1988- Plano Feijão com Arroz, 1989- Plano Verão, 1990- Primeiro Plano Collor, 1991- Segundo Plano Collor

O Plano Real entra em cena quando Fernando Henrique Cardoso é ministro de Economia no governo de Itamar Franco (1992-1994), com resultados altamente positivos principalmente nas áreas de política fiscal e monetária. A preocupação central da posterior presidência de F.H. Cardoso (1994-2002) recaiu essencialmente no controle das tendências inflacionárias e nas relações externas do país, em detrimento dos problemas relacionados com a renda, o emprego e o incentivo ao crescimento acelerado. Este, de fato, é indicado como o grande sintoma das políticas adotadas por este último governo, segundo CASTRO & CARVALHO (2002, p. 125)

“O calcanhar-de-aquiles da política de Cardoso, contudo, permaneceu o aspecto social: a capacidade limitada de seu governo de enfrentar a situação da pobreza no Brasil. Essa é uma área em que a sociedade brasileira nunca passou por qualquer transição. Apesar de todo o virtuosismo dos governos na área de formulação e implementação de políticas econômicas, tanto sob o populismo macroeconômico quanto sob o pragmatismo macroeconômico, o Brasil permanece com níveis extremamente altos de desigualdade social e pobreza. As promessas originais dos tempos da transição para a democracia, de se “combater a inflação sem punir os mais pobres”, parecem ter se perdido sob as engrenagens do gerenciamento macroeconômico e de seus condicionamentos externos”

O aumento da pobreza e das gravíssimas disparidades na distribuição de renda na população brasileira são fenômenos que permearam as duas décadas que aqui nos interessam, provando a ineficácia dos planos econômicos e de suas implementações. Podemos evidenciar estas conseqüências nos resultados obtidos através do IBGE para os anos mais recentes:

(Figura 9) **TRABALHO –**

Pessoas ocupadas por classe de rendimento de trabalho:

Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho	1999	2001	2002
Até ½ salário mínimo	6,0	8,0	9,8
Mais de ½ a 1 salário mínimo	14,6	16,6	17,9
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,7	26,1	26,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,4	12,9	12,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	11,1	10,9	9,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9,6	7,7	7
Mais de 10 a 20 salários mínimos	4,2	3,3	2,7
Mais de 20 salários mínimos	2,0	1,4	1,2
Sem rendimento	14,3	11,7	11,8
Sem declaração	1,2	1,4	1,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001

Segundo estes dados, podemos confirmar o aumento considerável da pobreza como fenômeno geral, com um crescimento importante no grupo específico da população que recebe entre ½ a 2 salários mínimos e uma queda globalizada do poder econômico em todos os outros subgrupos mais elevados. Os efeitos da crise econômica no Brasil também podem ser sentidos através do aumento de mão de obra feminina no mercado de trabalho, fenômeno surgido primordialmente nos anos 80.

Como já foi mencionado, a crise econômica no Brasil correu paralelamente à recepção de novos ideais feministas, o que gerou como resultado o aumento maciço das mulheres como pessoas ativas no mercado de trabalho. Sobre este fenômeno, GOLDENBERG & TOSCANO (1992, p. 13) atribuem um peso decisivo aos movimentos ideológicos que intervieram nas transformações da sociedade:

“Há uma tendência a diminuir, ou até mesmo ignorar, a importância do movimento feminista nas transformações e avanços dos padrões de comportamento masculino e feminino em nossa sociedade, atribuindo-se essas mudanças a fatores como a modernização, a industrialização, o movimento da contracultura e, principalmente, à vulgarização de teorias e terapias psicanalíticas. Não desconhecemos o peso de tais fatores, mas apontamos como um fator decisivo dessa transformação a maior participação e conscientização feminina, em todas as instâncias da vida social. Defendemos que o feminismo é um elemento crucial na mudança de comportamentos que se observam hoje, em diferentes níveis: sexualidade, casamento, filhos, trabalho, política...na verdade, em todos os níveis da vida de cada homem e mulher deste país”

A tendência a incorporar progressivamente mais mulheres no mercado de trabalho não se deteve nos últimos anos. A década compreendida entre 1992 e 2002 apresentou alterações neste sentido: 47,2% das mulheres trabalhava em 1992, passando a 50,3% em 2002. Os valores de atividade para os homens, entretanto, diminuíram no mesmo período, de 76,6% a 73,2%.

Nos anos mais recentes, 2002-2003 não houve mudanças significativas para os indicadores de trabalho e rendimento, essencialmente no que diz respeito à redução da desigualdade social. Os resultados apresentados pelo IBGE em 2003 apontam que *“com a queda do rendimento, o desemprego, e a população passando por um processo de transformação sociodemográfica, a pressão sobre o mercado de trabalho tem aumentado.”* (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003, Trabalho e rendimento). Comprovou-se neste último ano analisado o leve aumento da taxa de atividade geral para o país, de 60,5% para 61,3%. Neste processo, as mulheres também aumentaram a

sua participação no mercado de trabalho, de 41,9% em 2001 para 42,5% em 2002, fenômeno característico basicamente dos centros urbanos das regiões sul e sudeste.

4.3

DIVÓRCIO, SINTOMA MODERNO?

“O contrato incondicional do casamento foi substituído pela incondicionalidade do amor. A união dura enquanto ele existir. Isso torna ainda mais difícil alcançar um ideal de família. Se a família é regida pelo amor, espera-se muito mais do que se esperava da família tradicional. Segurança, reprodução social ect. podem continuar sendo valores, mas não são mais as peças-chave. Se me junto por amor, estou esperando dessa união a felicidade amorosa e sexual. Portanto, a família se torna frágil não por ter perdido importância, mas por ser mais importante do que nunca, e portanto carregar uma aposta enorme” (CALLIGARIS, p. 18, In: DATAFOLHA, 1998)

Somos parte de uma sociedade que ainda vê o casamento como a fonte potencial da felicidade eterna, estabelecendo relações - das quais dificilmente conseguimos nos livrar - entre a vida conjugal e familiar e a busca de satisfação pessoal plena. Segundo JABLONSKI (em entrevista à revista ÉPOCA, 2004) não existiriam, na sociedade atual formas alternativas de relacionamento amplamente aceitas que possam substituir o modelo de casamento tradicional como opção de realização na vida afetiva pessoal. Ainda o casamento é o ideal das histórias românticas consumidas na maioria dos filmes, telenovelas e histórias de ficção. Ficção que sempre chega ao seu ápice no momento do altar. Quem gostaria de voltar para casa com o sabor amargo das últimas cenas de uma separação ou de um divórcio? Quem não prefere comprar o ideal fantasioso de que tudo pode se manter exatamente da mesma forma como entramos no casamento, até que a morte nos separe?

Muitas podem ser as respostas para a constatação do vertiginoso aumento de separações e divórcios no Brasil nas últimas duas décadas, mas certamente, algo de verdadeiro há na possibilidade de estarmos “comprando” uma ficção inconsciente na hora de ingressar no terreno conjugal. Segundo FÉRES-CARNEIRO (2002, p. 14),

“O que constatamos é que os indivíduos têm se divorciado, não por considerarem o casamento menos importante mas, justamente, porque sua importância é tão grande que eles não aceitam que a vida conjugal não corresponda às suas expectativas. Com o aumento das separações, crescem também, em número e em diversidade, as novas configurações familiares”.

Qual seria a força motivadora de tantos vínculos e sonhos perdidos? Expectativas equivocadas? Pessoas menos tolerantes? Múltiplas pressões do mundo de trabalho dificilmente harmonizadas com a vida familiar? Novas mentalidades? Novos desejos?

Acreditamos que grande parte da crise do casamento moderno encontre suas raízes em processos de cunho macro-social, advindos tanto de novos contextos sócio-econômicos como de valores sociais, muitos reciclados e muitos novos. JABLONSKI (2001, p. 84) dá um lugar de significativa repercussão individual a movimentos de modernização e urbanização da sociedade, às conseqüências do processo de secularização, ao crescimento do individualismo, ao menor tamanho das famílias, ao aumento da expectativa de vida e ao elogio constante que a sociedade faz de valores como o amor e a paixão ligados à sexualidade constantemente renovada, transformando-os na base (e justificativa) de - praticamente - toda união romântica.

Sem uma necessária análise sobre o que nos leva a repetir este círculo vicioso de ideais fantasiosos na vida conjugal, estaríamos facilitando e perpetuando a proliferação de expectativas dificilmente alcançáveis:

“Ao tornar sinônimos amor-paixão e casamento, este ainda visto pela maioria das pessoas como indissolúvel e monogâmico, a cultura em que vivemos, ela própria, cria armadilhas para os jovens nubentes, gerando expectativas que não poderão se cumprir, com todas as frustrações que advêm de esperanças alimentadas e em seguida suprimidas. O fato de se pretender sedimentar uma relação com todas as implicações que tem o casamento, em basicamente um sentimento fundamentalmente efêmero, intenso, curto e arrebatador, é no mínimo uma opção muito arriscada”. (JABLONSKI, op. cit., p. 85)

Os índices de divórcio no Brasil seguiram uma tendência de constante aumento desde a sua legitimação, em dezembro de 1977³⁶. Segundo as estatísticas do IBGE, em

³⁶ Algumas alterações recentes no Código Civil no Brasil indicam que o prazo para o divórcio é de dois anos após a separação de fato ou um ano depois da separação judicial. Outra norma nova é o fim da proibição do divórcio antes do término da partilha de bens. Quem pede o divórcio sem comprovar a culpa do outro não perde o direito à pensão alimentícia. Por outro lado, no que diz respeito às separações, o novo Código Civil permite a mesma após um ano da realização do casamento. O Código de 1916 permitia a separação voluntária do casal (o desquite) apenas depois de dois anos, mas as disposições a respeito disso foram revogadas pela Lei do Divórcio, em 1977. (Fonte: Código Civil de 1916, Código Civil de

1995, um de cada quatro casamentos realizados nos últimos dez anos terminou em divórcio. O panorama geral para o país indica que o total de divórcios cresceu 55,9% entre 1991 e 2002, sendo que as separações aumentaram 30,7% e os casamentos registraram uma queda de 4%.

Os brasileiros pareceriam estar seguindo um modelo “extra-oficial” de “*monogamia serial*”, como JABLONSKI tem mencionado nos seus trabalhos, permanecendo no casamento numa média de dez anos e meio, dado também confirmado pelo IBGE em 2002³⁷. De forma muito generalizada para os tempos de hoje, os sinais das primeiras crises no casamento estariam surgindo já nos primeiros 36 meses de convivência. Outros resultados apontados pelo IBGE para o Brasil no ano 2002 mostram que, em média, a idade dos cônjuges no momento da separação judicial foi de 37,7 anos para os homens e 35 anos para as mulheres. Entretanto, a idade média de um casal no momento do divórcio é superior, fato que pode estar relacionado diretamente com a maior burocracia necessária para a concessão do mesmo (exige-se, no mínimo, um ano de separação judicial ou dois anos de separação de fato para que o processo de divórcio possa ser começado). Isto faz com que a idade média dos indivíduos no momento do divórcio seja de 40,7 anos para os homens e de 38 anos no caso feminino.

Contudo, esta realidade não parece ser suficiente para produzir mudanças concretas nas expectativas individuais, já que, paradoxalmente, ainda a grande maioria dos jovens espera que o próprio casamento dure para sempre³⁸. Apesar da separação e o divórcio geralmente estarem relacionados a experiências de fracasso na vida das pessoas, o casamento ainda se mantém como o sonho de estabilidade da ampla maioria.

Os resultados no país indicam que mais da metade dos divorciados segue em direção a uma nova união, embora existam diferenças significativas entre homens e mulheres. O IBGE indica que o número de recasamentos passou de 47 mil em 1984 para 95 mil em 2002 (isto é, um aumento de 102% em praticamente duas décadas). Se há algo de verdade no ditado de que “*o segundo casamento é a vitória da esperança sobre a experiência*”, então, o brasileiro estaria extremamente confiante na sua busca de

2002).

³⁷ Ainda não existem informações estatísticas correspondentes ‘a duração média dos casamentos na Argentina.

³⁸ Pesquisa de JABLONSKI (2003) realizada com jovens cariocas obteve informações interessantes. 77% dos jovens que eram filhos de pais casados achavam que o casamento iria durar para sempre, sendo que 71% dos filhos de pais separados esperava o mesmo. Dentre outros resultados, a pesquisa também evidenciou que 86% do total de jovens entrevistados desejavam se casar nos próximos dez anos. Esta realidade também foi apontada por YALOM (2002) para o caso norte-americano, onde, apesar da ampla divulgação das estatísticas sobre o divórcio, em 2000, 86% das pessoas afirmou ter o desejo de que

novas chances de ser feliz, seguindo um ciclo de “reciclagem” de parceiros e não de crítica aos valores da instituição que os acolhe, e muitas vezes, aprisiona.

Uma ampla pesquisa publicada na FOLHA DE SÃO PAULO em 1998³⁹, dedicada exclusivamente à Família no Brasil, indicou que

“Os brasileiros se casam jovens, na maioria das vezes por amor, têm em média três filhos e ficam juntos por mais de dez anos. Quando se divorciam, o fazem, na maior parte dos casos, por infidelidade⁴⁰. Os que resolvem arriscar um novo casamento levam cerca de três anos para assumir o compromisso.” (DATAFOLHA, op. cit., p. 2).

A infidelidade, sem procurar enquadrá-la como doença ou sintoma do casamento contemporâneo, é sem dúvida um fenômeno que não pode ser deixado de lado na hora de pensar sobre os problemas da conjugalidade nos dias de hoje. Um estudo sobre a Vida Sexual do Brasileiro, realizado em 2003, com mais de 7 mil pessoas em 13 Estados, concluiu que metade dos homens e um quarto das mulheres no Brasil confessaram ter tido pelo menos uma experiência extraconjugal, obviamente com variações entre as regiões. O Estado do Rio de Janeiro, segundo esta pesquisa, teria o maior índice de infidelidade feminina do país, com um 35% de “adeptas”, sendo o equivalente masculino de 57%, na 7ª posição do “ranking” nacional⁴¹.

Este levantamento vem reforçar os resultados acima mencionados do DATAFOLHA que afirmam que a infidelidade é um fenômeno de muito difícil assimilação gerando, como consequência, um terço dos divórcios no Brasil. FÉRES-CARNEIRO (1999) também chegou às mesmas conclusões, através da análise de casais homossexuais e heterossexuais, indicando a insatisfação sexual e a infidelidade como as principais causas - apontadas pelos entrevistados - de separação conjugal⁴².

O que a maioria das pesquisas aponta é que, em grande número, são as mulheres as que têm entrado com o pedido de divórcio nos últimos anos. Isto pode estar relacionado a múltiplos fatores, mas, sem dúvida, evidencia a intensa repercussão que teve a sua inserção no mercado de trabalho. Este novo panorama, caracterizado por altos investimentos em matéria educacional e novos ganhos trabalhistas, possivelmente

o seu casamento seja “para sempre”.

³⁹ Neste levantamento, foram entrevistadas 2038 pessoas em 94 municípios em fevereiro de 1998.

⁴⁰ Lilian VIVEROS, no seu livro “*O livro da traição feminina*” indica um fenômeno contrário, constatando a partir de pesquisas próprias que 90% dos casais que enfrentam o conflito da infidelidade não se separam e apenas 11% das mulheres traem por vingança (entrevista dada a Jornal O GLOBO em 09/03/2001).

⁴¹ Os valores mais altos de infidelidade masculina foram registrados na Bahia, com 64%.

favoreçam uma mentalidade feminina mais independente e menos disposta a suportar um casamento desfavorável ao preço de um ideal tradicional⁴³.

Uma das repercussões mais evidentes que pode ser associada aos altos índices de divórcio na nossa sociedade é a crescente adoção de vias alternativas para “testar” este ingresso na vida conjugal, descartando o casamento tradicional como único modelo viável. As uniões consensuais no Brasil tiveram um aumento progressivo nos últimos tempos. No início da década dos anos 80, os valores para este tipo de união já eram de 11,1%.

A revolução ideológica relacionada com a mudança no casamento legal teve como cenário principal as regiões mais favorecidas do Brasil, como os setores médios urbanos do Sudeste e do Sul, embora a união consensual - motivada por outras forças, basicamente econômicas - seja um fenômeno altamente adotado por setores mais pobres do país. A descrença no casamento civil e religioso encontra-se relacionada, certamente - mas não só - à presença maciça de indivíduos com experiências de divórcio. Este fenômeno vincula-se, sem dúvida, a tendências de experimentação menos compromissadas, de uma - aparente - maior facilidade de término, ligadas a ideais mais individualistas e auto-satisfatórios da sociedade contemporânea e, é claro, à menor influência de valores religiosos e tradicionais na prática diária das pessoas.

Segundo GREENE (1992, p. 177), *“morar em área urbana é outro fator que aumenta a possibilidade de se ter um casamento informal⁴⁴(...) cada vez mais os casamentos informais estão sendo usados como casamentos experimentais por mulheres urbanas, sejam elas independentes financeiramente ou não”*. Os resultados do Censo de 2000 apontaram o aumento do número de uniões consensuais, passando de 18,3% em 1991 para 28,3% em 2000.

Não só este fenômeno representou uma das principais transformações da intimidade brasileira nos últimos anos, como também a tendência em alta de famílias monoparentais e dentre elas, de famílias com uma referência feminina como “chefe” do lar⁴⁵. Estas mudanças foram observadas ao longo da década passada: em 1991, a

⁴² Pesquisa com 160 sujeitos heterossexuais e 116 sujeitos homossexuais.

⁴³ O IBGE evidenciou que as mulheres normalmente apresentam mais anos de estudo se comparadas aos homens no Brasil. O 23,2% das mulheres teria 11 anos ou mais de estudo, sendo que o mesmo seria aplicado a somente 20,1% dos homens. Dados do IBGE para pessoas de 10 anos ou mais. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

⁴⁴ Historicamente, o Brasil apresentava maior índice de casamentos informais entre as camadas mais pobres das zonas rurais, mas a partir das últimas duas décadas tem havido um movimento expansivo para as cidades.

⁴⁵ O IBGE (2003) indica que o termo “referência” pode ser associado ao papel de responsabilidade pela

proporção de mulheres que se declarou como pessoa de referência das famílias era de 22%; em 2002, foi praticamente de 30%. No Brasil foram identificadas, em 2002, 14,6 milhões de famílias com uma mulher como referência de chefia, sendo um fenômeno muito mais característico das aglomerações urbanas.

O tipo de família monoparental com uma referência feminina representou 2,4 milhões de unidades em 2002. Um dado relevante deste último levantamento destaca o fato de que 70,7% dessas famílias pertencem à faixa etária acima de 50 anos, sendo que a média para os tipos monoparentais com chefia masculina, na mesma idade, representou somente 46,1%.

4.4

A FAMÍLIA DA TRANSIÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DA FAMÍLIA A PARTIR DA MULHER.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E NO MUNDO DA EDUCAÇÃO.

O Brasil começa a sentir a revolução da participação feminina no mercado de trabalho principalmente a partir da década dos anos 70. Como já foi mencionado no presente trabalho, este processo esteve orientado tanto por desequilíbrios domésticos em relação à renda masculina, como também pela presença de valores feministas, de novas ordens econômicas e de consumo, da queda da fecundidade e de maiores índices de escolaridade para as mulheres.

A partir dos anos 80, vislumbramos uma mudança progressiva na captação de mão de obra feminina no mercado trabalhista, basicamente mulheres casadas e em idade adulta - entre 30 e 39 anos. Em 1980, 31% das mulheres brasileiras trabalhavam, em 1990, 40%, e no ano 2000, a estimativa era de 50% ou mais (GOLDENBERG, 2000). Constatou-se, no mesmo período, que quanto maior o índice de escolaridade, maior os índices de participação da mulher no mercado remunerado. As mulheres com 9 ou mais anos de instrução formal apresentaram um índice de 64% de participação ativa no

unidade familiar ou à sua chefia.

mercado, sendo que a parcela feminina menos instruída apresenta um equivalente a 28%.

Dentre os resultados evidenciados sobre o fenômeno (ROSENBERG, 1994, GOLDENBERG, 2000), não só foi possível relacionar os níveis de escolaridade com a participação feminina no mercado de trabalho, como também se evidenciou que isto não foi suficiente para modificar significativamente a estrutura dos empregos e o nível salarial por elas recebido, não correspondendo nem ao grau de aperfeiçoamento nem ao que um homem, na mesma posição, receberia.

“Não só a PEA⁴⁶ feminina em seu conjunto é superqualificada em relação à masculina, mas também quando se confrontam entre si os diferentes setores de atividade: em quase todos os setores de atividades (com exceção das atividades agrícolas e de prestação de serviço), os níveis de escolaridade atingidos pelas mulheres que trabalham fora são superiores aos dos homens. No setor da administração pública, as mulheres apresentam índices duas vezes maiores de instrução de 2o Grau e superior que os homens. Aí encontramos as professoras de pré-escola, 1o, 2o e 3o Graus”. (Rosemberg, op. cit., p. 54)

Apesar destas disparidades fortemente marcadas por valores sociais e de gênero, as mulheres, principalmente de regiões urbanas modernizadas, não detiveram o seu processo de participação no trabalho externo. A PNAD de 2002, apresentada pelo IBGE, sustenta que, analisando as variações do período 1981-1990, pode-se concluir que, no final desta década (1990), havia 23 milhões de mulheres participando no mercado de trabalho (18 milhões concentrados nas grandes cidades).

Enquanto a incorporação de mão de obra masculina -embora com índices de atividade muito superiores aos das mulheres - mantém níveis estáveis, a atividade feminina aumenta constantemente nessa década (de 32,9% para 39,2% no país de uma forma geral, e de aprox. 60% somente nos centros urbanos). Apesar de todos estes progressos, e de representarem a metade da população do país, as brasileiras, no início da década dos anos 90, não chegavam a representar 40% do total de trabalhadores do país. Mais recentemente, os indicadores sociais para 2002 comprovaram que a participação feminina na população economicamente ativa do país era de 42,5%.

Como foi observado de forma semelhante para o caso argentino, o maior grupo que aumenta a sua atividade no mercado de trabalho é o de mulheres maduras e casadas - em 1990, praticamente 50 de cada 100 mulheres entre 40 e 50 anos trabalhava. Os

⁴⁶ PEA: população economicamente ativa

anos 80 evidenciam o aumento de mulheres cônjuges trabalhando, passando de 20% em 1980 a 37,6% no final da década. Os indicadores nacionais mais atuais apontam para a presença de 63,9% de mulheres entre 30 e 39 anos ocupadas no mercado de trabalho em 2002, sendo o grupo etário de maior representatividade. Em seguida, encontra-se o grupo de mulheres entre 40 e 49 anos de idade, com 62,4% de participação, e por último as mulheres entre 20 e 29 anos, com 55,5% de seus membros economicamente ativos.⁴⁷

As especulações sobre a falta de redivisão das responsabilidades domésticas e familiares dentro do lar entre os cônjuges encontram eco nas estatísticas que delatam a queda da participação feminina no trabalho externo quando elas têm o primeiro filho. Analisando os efeitos da maternidade somente nas regiões urbanas, vemos que - por exemplo, na cidade de São Paulo - os índices de atividade externa feminina para 1980 caem de 49,3% para 33,1%.

É interessante notar que estas tendências conservadoras, relacionadas com a divisão de funções e responsabilidades características do modelo tradicional patriarcal, não são exclusividade das camadas mais pobres e menos instruídas do país. Paradoxalmente, aquelas mulheres de renda mais elevada - mais expostas às tendências modernizadoras e às constantes mudanças típicas das grandes cidades - se afastam do mercado de trabalho quando têm filhos, caindo de 55% na sua participação externa antes do primeiro filho para 38,6% após o nascimento, e para 30,5% quando têm mais de um. Sem dúvida, como afirma JABLONSKI (1998, p. 155), *“as pessoas não se modernizam ou pós-modernizam por igual em todas as facetas de suas vidas”*. Parece ser que convivemos ainda numa época de discursos modernos ideais, com práticas tendenciosamente conservadoras.

Em matéria exclusivamente escolar, notamos que as últimas décadas foram testemunhas de uma expansão constante da formação feminina, permitindo que as mulheres entrassem no sistema educacional básico na mesma proporção que os homens. ROSENBERG (op. cit., p.37) indica que para o ano 1989, do total de 36,6 milhões de estudantes de 5 anos ou mais, 51,4% eram mulheres. Nesse processo, um fenômeno a destacar foi o aumento considerável da presença de mulheres das camadas mais elevadas da oferta escolar - 2º Grau e níveis superiores - como o quadro a seguir indica.

⁴⁷ Os valores para os grupos de mulheres entre 10 e 19 anos é de 19% de participação na PEA total e para o grupo de 50 anos e mais, de 32,3%.

(Figura 10) **Porcentagem de Mulheres entre os estudantes
na população de 5 anos e mais.**

Grau Escolar	1970	1980	1989
1º Grau	49,2	50,1	50,9
2º Grau	50,7	53,4	57,1
Superior	42,4*	49,2	52,9*
Mestrado	--	46,0	--

*Inclusive mestrado e doutorado.

Fonte: Censos 1970 e 1980; PNAD 89. In: Rosenberg, 1994, p. 38.

Segundo GOLDENBERG (2000), as mulheres brasileiras, ainda hoje, estariam fortemente segregadas em guetos educacionais que reforçariam a diferença marcante nas escolhas de cursos superiores, por exemplo, entre homens e mulheres. Escolha que, aparentemente, estaria influenciada por valores de gênero conservadores. ROSENBERG et al (op. cit.) dedicaram especial atenção a este fenômeno, chegando a conclusões semelhantes. Apesar das mulheres representarem em 1980 cerca de 52% do total da população universitária do país, a sua presença manifestou-se fundamentalmente na área das Ciências Sociais. Esta seleção diferencial, reforçando a guetização sexual educacional, preocupou os estudiosos. LEWIN (1980, p. 48) afirma que “*ao analisar a feminização de carreiras anteriormente masculinas e que se transformaram em mistas⁴⁸, seu efeito é muito mais ilusório que real, porque grande parte dos egressos vão ocupar funções de magistério ou administrativas dentro destas profissões*”. Estudos mais recentes têm indicado que até praticamente inícios da década de 90, a guetização sexual das carreiras era um fenômeno ainda vigente.

“Por vezes, o tom que envolve a verificação desta guetização é lamuriante, pois as carreiras escolares femininas conduzem a profissões pouco valorizadas no mercado de trabalho, que redundam em salários menos vantajosos para as mulheres. É como se fosse desvelada uma armadilha, pois a discriminação que vivencia a mulher no sistema educacional muda de rumo: ela não se efetua mais através do impedimento de acesso ao sistema educativo, mas se transferiu para seu interior” (in: ROSENBERG, op. cit., p. 49).

A autora indica que uma das formas de tentar compreender esta divisão sexual na formação escolar seria a partir da aceitação de três aspectos correlacionados: valores assimilados através do processo de socialização tradicional, o mercado de trabalho

segregacionista e os ganhos secundários que estas escolhas tipicamente femininas podem viabilizar às mulheres, que procuram conciliar as exigências da vida profissional com as responsabilidades do lar e da maternidade.

A situação das mulheres, apesar de muitos ganhos nas últimas décadas, ainda está longe de se equilibrar com a dos homens, sobretudo no que diz respeito à remuneração no mercado de trabalho. Os indicadores sociais para 2002 do IBGE salientam que ainda as mulheres recebem, em geral, 70% do salário dos homens. Estas variações também dependem muito do grau de escolaridade das mulheres, mas também se verificou uma situação mais favorável para os homens.

Observou-se que, em 2002, as mulheres brasileiras apresentavam em média um ano a mais de estudo do que os homens; entretanto, comprovar a disparidade salarial é alarmante: as mulheres das classes econômicas mais desfavorecidas com até 4 anos de estudo recebiam R\$ 0,40 a menos que os homens por uma hora de trabalho, enquanto para as mulheres de classes mais altas, com mais de 12 anos de estudo, a mesma diferença chegou a R\$ 5,40. Ser testemunha desta disparidade, ainda hoje, é surpreendente e terrível.

Não só as mulheres estudam mais do que os homens, como também o grupo de mulheres com mais anos de estudo apresenta taxas mais elevadas de participação no mercado do que os homens. Em 2002, nos níveis mais altos de escolaridade, a proporção de mulheres ocupadas com mais de 11 anos de estudo era de 37,1%, e a de homens de 26,5%. Este fenômeno reforça o argumento aqui apresentado que aponta maiores pressões para as mulheres como preço para sobreviver no mercado de trabalho, níveis de escolaridade que não se exigem da mesma forma no caso masculino.⁴⁹

Como resultado das múltiplas responsabilidades que a mulher “somou” nestas últimas décadas, das limitações econômicas e dos novos valores que entraram em cena,

⁴⁸ Dentre elas: arquitetura, matemática, química, medicina, odontologia e estatística.

⁴⁹ Interessante observar que no Brasil, em 2002, o contingente feminino que mais integrou o mercado de trabalho é aquele de mulheres com 11 anos ou mais de estudo, com 37,1% de população ocupada. A seguir, está o grupo de mulheres com 4 a 7 anos de estudo, com 26,8% de participação, depois o de mulheres com até 3 anos de estudo, com 20,7% de participação, e finalmente, 15,3% de participação das mulheres com 8 a 10 anos de escolaridade. Na região metropolitana do Rio de Janeiro 49,9% das mulheres com mais de 11 anos de estudo participa do mercado de trabalho.

Os mesmos dados para os homens indicam os desequilíbrios apontados anteriormente: no Brasil, em 2002, o contingente de homens que mais participava no mercado de trabalho foi aquele com 4 a 7 anos de estudos, com 30,8% de seus membros ocupados. O grupo mais educado, com 11 anos ou mais de estudo, tinha 26,6% de seus membros ocupados. Há uma diferença significativa para os mesmos índices masculinos na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde os homens com mais educação têm uma representação de 40,4% no mercado trabalhista.

não só as formas alternativas de famílias foram um fato evidente, como também o foi a redução de seus membros. Este último aspecto vincula-se estreitamente com a intensa queda da fecundidade no Brasil a partir da década dos anos 70. Em 2002, o tamanho médio de uma família era de 3,3 (dez anos atrás, em 1992, o mesmo índice era de 3,7).

Os últimos levantamentos do IBGE indicaram que ainda hoje, a família nuclear (mãe, pai e filhos) é a forma predominante no Brasil e, embora apresente índices moderados, equivale a 52,8% do total dos arranjos familiares⁵⁰. Entre 1992 e 2002 evidenciou-se uma queda de 11,2% da família nuclear, sendo o único tipo de família que diminuiu. Em 2002, no Rio de Janeiro, a situação é bem diferente da média nacional: a família nuclear representa somente 44,4%. Por outro lado, os tipos de família no Brasil que seguiram tendências em constante aumento, durante esta última década, são: as famílias unipessoais (7,3% a 9,3%), casais sem filhos (12,9% a 14,1%) e as mulheres sem cônjuge com filhos (15,1% a 17,9%). Observou-se, também, que 19,4% dos grupos familiares do país estavam constituídos por mulheres sem cônjuge com filhos, 16,1% por casais sem filhos e 13,7% por famílias unipessoais.⁵¹

O HOMEM E A NECESSIDADE DE SE TRANSFORMAR

“A situação de disparidade de papéis é vivenciada pelas mulheres de forma bastante dolorosa, uma vez que há uma promessa no ar de igualdade de funções e, o que é pior, alimentada por atitudes dos próprios homens. Um respeitável contingente de mulheres urbanas de classe média sente-se traído e iludido por estas promessas não cumpridas, o que ocasiona uma expressiva fonte adicional de conflitos dentro de uma área já suficientemente carregada de problemas. Para elas, isoladas, com poucos parentes e tendo como companhia constante apenas vizinhos quase que indiferentes, o que resulta é um agravamento de sentimentos negativos: solidão, tédio, aborrecimento, cansaço e tensão”. (JABLONSKI, 1999, p. 174)

⁵⁰ Para o caso argentino, em 2000 o arranjo familiar nuclear completo com filhos representava 50% do total na Área metropolitana de Buenos Aires (sendo que em 1980, era de 49,9%). Nas últimas duas décadas, a região dobrou a quantidade de famílias monoparentais com filhos, 6,7% para 12,2%. O tipo nuclear sem filhos diminuiu levemente, 18,8% para 17% (WAINERMAN, 2003).

⁵¹ Analisando a família a partir da pessoa de referência e da presença do cônjuge, no caso das chefias femininas, o arranjo predominante foi o do tipo sem cônjuge (Brasil, com 88,5% e Rio de Janeiro com 95,2%). Entre as chefias masculinas, continua sendo o contrário, o de homens com cônjuge (Brasil com 88,8% e no Rio com 86,5%). Dados para 2002-IBGE.

Apesar de que muitas esferas do mundo feminino se enriqueceram e se abriram aos avanços modernos, muitas outras - basicamente aquela que diz respeito à convivência familiar - não acompanharam, na prática, os discursos defendidos por homens e mulheres. É evidente o espaço público que ganharam os ideais do movimento feminista e as reivindicações que a partir deles se sucederam em outros âmbitos macro-sociais. Contudo, vários autores têm destacado que o Brasil ainda “*passa por um período de transição, no qual coexistem o velho e o novo, o complementar e o contraditório, o vago e o concreto*” (BARDWICK, apud ASSMAR; FERREIRA; NOVAES e TOMAZ, 2000, p. 3).

O que podemos nos aventurar a afirmar é que, para os cônjuges masculinos, favorecer a “saída de casa” de suas companheiras se aproximou muito mais à condescendência “politicamente correta” com ideais de tempos modernos, do que ao verdadeiro questionamento sobre o lugar da mulher no mundo, seja este privado ou público. Esta hipótese encontra eco no desmedido mal-estar que reina na vida da mulher urbana moderna, com a junção de pressões contraditórias de uma vida afetiva estável, a carreira e os filhos. Mal-estar que se resume, basicamente, no somatório e acumulação de responsabilidades que agora lhe cabem, sendo ainda poucos os casos contemporâneos que vivenciam uma equilibrada distribuição das tarefas domésticas entre os cônjuges.

São vários os trabalhos que salientam esta ocorrência no Brasil (dentre eles, JABLONSKI (1998), GOLDENBERG (2000), ASSMAR et al. (2000), ROCHA-COUTINHO (1994, 2003), FÉRES-CARNEIRO (2001, 2002), VAITSMAN (1994), todos destacando o fato de que os homens ainda não sentem as responsabilidades domésticas - relacionadas com a limpeza, organização, manutenção da casa e com a educação e cuidado diário dos filhos - como sendo próprias. Ainda hoje, na maioria dos casos, realizar alguma atividade deste estilo significa uma contribuição excepcional, um “*hobby*” de fim de semana, uma ajuda que se faz esporadicamente como sinal de “*mentalidades e comportamentos modernos*”⁵².

⁵² Pesquisas realizadas por JABLONSKI, num primeiro momento com 400 indivíduos de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, em 1998, e reproduzida em anos posteriores, ressaltaram este fenômeno: “*Em nossa pesquisa, a análise qualitativa das respostas mostrou que mesmo os espíritos masculinos mais liberais e esclarecidos definiam sua participação como uma “ajuda”: “eu ajudo no que eu posso”, “eu ajudo muito”, “minha ajuda é grande”...Ora, o verbo “ajudar” deixa implícito que a tarefa não lhes cabe absolutamente e que as patroas deveriam urrar de satisfação por terem maridos e companheiros que auxiliam, socorrem, favorecem ou prestam favor em casa*” (1998, p. 156).

ASSMAR e sua equipe de pesquisa (2000) procurou analisar com mais cuidado a permanência de valores de gênero tradicionais, pensando encontrá-los em maior medida em homens e idosos e não nas gerações mais recentes, devido ao surgimento de novas crenças sobre o papel da mulher na sociedade de hoje. O resultado, obtido a partir de uma amostra de 393 estudantes universitários e do 2º Grau⁵³, foi inesperado, não confirmando as hipóteses sobre a capacidade de reciclagem de valores sobre a família e suas relações.

“Os resultados obtidos corroboraram a hipótese em relação à variável sexo, uma vez que os homens endossaram mais fortemente que as mulheres três das cinco dimensões culturais subjacentes às premissas (dominação masculina, valores tradicionais da família e virgindade). Evidencia-se, assim, que apesar do movimento feminista ter abalado as normas e condutas cristalizadas na sociedade, não foi suficiente, ainda, para provocar mudanças substanciais nas crenças e valores dos homens que integraram o grupo estudado. Percebe-se que eles resistem às mudanças, mantendo-se presos a valores tradicionais, o que pode ser explicado pelo processo histórico, que durante décadas, privilegiou-os como figura central da família, cabendo-lhes todos os direitos e prerrogativas”. (ASSMAR et al, op. cit., p. 94)

Além de constatar a falta de mudanças significativas na subjetividade e na prática masculina, a surpresa radicou na tradicionalidade revelada nos valores da juventude. Apesar de as mulheres, de forma geral, apresentarem maiores índices de aceitação e concordância com as mudanças defendidas pelos movimentos sociais modernos, os resultados para o grupo feminino ressaltaram maior grau de tradicionalismo no que diz respeito à dimensão cultural “abnegação feminina” - quando comparadas aos homens. Esta situação paradoxal nos leva a pensar que - apesar dos discursos terem mudado, pelo fato da reorganização e divisão do trabalho doméstico no Brasil não terem acontecido na vida prática, as mulheres permanecem atreladas aos valores do único modelo conhecido, aquele que as relaciona diretamente com a exclusividade das atividades domésticas e com a forma de poder que este “reinado” proporciona.

Ainda não podemos ser tão otimistas quanto gostaríamos sobre as possibilidades das gerações mais novas estarem mudando concretamente suas premissas tradicionais

⁵³ Instituições da rede pública e privada do Rio de Janeiro. 35% do total eram do sexo masculino e 65% do sexo feminino, com uma média de 28,52 anos de idade, e pertencendo, na sua maioria, à classe social média. Foram estabelecidas três categorias de análise para os questionários, sendo estas: dominação masculina, valores tradicionais da família, virgindade feminina, abnegação feminina e obediência afiliativa.

sobre a estrutura e os papéis da família. Nenhuma das cinco categorias indicou resultados positivos nesse sentido:

“Esses dados parecem demonstrar que, apesar de o processo de socialização desses jovens ter se efetuado no período de transição de valores, ele ainda contém elementos tradicionais que perpassam as gerações, o que se coaduna com os achados obtidos em pesquisas brasileiras bastante recentes” (ASSMAR, op. cit., p. 94)

ROCHA-COUTINHO (1994, 2003), pesquisando o universo de mulheres de classe média da cidade do Rio de Janeiro com uma vida profissional ativa, tem observado também que a divisão de tarefas dentro do lar segue padrões tradicionais. O companheiro é ainda referenciado como “o chefe de família” - embora dediquem o mesmo tempo às atividades remuneradas e recebam salários semelhantes ou até superiores aos deles - vendo qualquer tipo de colaboração dele ainda como uma “ajuda”: *“A atuação do homem no espaço doméstico - mesmo quando elas atribuem a ele um grande número de tarefas - continua a ser vista como uma ajuda. Ou seja, eles não compartilham tarefas; a mulher “delega” tarefas ao marido”*. A autora afirma, como consequência disto, que *“o desafio da mulher carioca de classe média nos dias atuais parece ainda estar ligado à questão da “dupla jornada” de trabalho que ela continua a impor a si mesma”* (2003, p. 76).

A problemática que gira em torno da divisão das tarefas domésticas e as consequentes desigualdades de gênero que persistem nos dias de hoje foram cuidadosamente analisadas por COLTRANE (2000) para o caso dos arranjos familiares norte-americanos. Apesar de esta sociedade ter dado os primeiros sinais de crítica aos valores e papéis fortemente segregados por gênero, os resultados evidenciados atualmente não distam muito da realidade observada nos países da América Latina. COLTRANE fez um levantamento de mais de 200 obras dedicadas à questão da divisão do trabalho doméstico nos Estados Unidos, publicadas na década 1989-1999.

Segundo o autor, o interesse formal pelo assunto dentre os acadêmicos norte-americanos começou a ter resultados concretos a partir de 1990, seguindo a premissa de que este fenômeno doméstico se encontra intimamente entrelaçado a formas padronizadas de se relacionar socialmente. As pesquisas elaboradas ao longo desta década revelaram conclusões interessantes sobre o trabalho doméstico e qualidade de vida no matrimônio, as relações com os filhos, formas e usos do poder interpessoal, comparações sociais, avaliações de equidade dentro do relacionamento, a ideologia de

gênero, e o exercício e divisão do trabalho remunerado externo, dentre vários outros aspectos.

Os resultados obtidos confirmam o que já foi exposto em páginas anteriores para a nossa cultura: As mulheres, especialmente quando casadas e com filhos, se responsabilizam mais pelas atividades domésticas do que os homens, e eles, por sua vez, fazem muito menos dentro do lar quando se casam⁵⁴. Segundo o autor, “*as mulheres se sentiram obrigadas a realizar o trabalho doméstico, e os homens têm assumido que o trabalho doméstico é primeiramente uma responsabilidade das mães, esposas, filhas e empregadas domésticas baratas*” (COLTRANE, op. cit., p. 1209).

As conclusões revelam que as mulheres norte-americanas dedicam 3 vezes mais tempo às atividades domésticas de rotina do que os homens (32 horas semanais contra 10 h.). Apesar das estatísticas mais recentes apontarem uma leve queda no tempo geral que elas dedicam aos cuidados domésticos (em 1965, elas trabalhavam 24 h por semana, e em 1985, 16 h, ou seja, uma diminuição de um terço do tempo), as pouco significativas mudanças dos últimos 30 anos não chegam a equilibrar a situação entre o homem e a mulher. Ele, no mesmo período, passou de 2 h a 4 h de “ajuda” doméstica. Grandes avanços! Apesar de ter dobrado a sua participação, e de se sentir mais “justo” na colaboração dentro de casa, ainda está longe de permitir uma concreta reorganização dos valores e funções de gênero. De alguma forma, é possível sentir que não só os homens devem mudar, muitas destas mulheres ainda sentem essas funções como próprias, facilitadoras também de um tipo particular de poder e controle familiar.

Os resultados expostos através das pesquisas brasileiras revelam esta permanência de ideais tradicionais na subjetividade de homens e mulheres: apesar de exigirem maiores iniciativas por parte de seus companheiros, ainda convivem com a idéia de que os filhos são uma responsabilidade da mãe - sem comentar o grande peso que ainda recai sobre as mulheres sobre a necessidade de se tornarem mães para serem mulheres “plenamente satisfeitas”. O levantamento realizado pela DATAFOLHA em 1998 salientou, no mesmo sentido, que “*mesmo a idéia de que os homens estão ajudando mais em casa não se confirma (...) Poucas atividades domésticas incorporadas pelo pai são mais lúdicas do que as da mãe. Apenas 4% dos entrevistados dizem que o pai é o principal companheiro na hora de limpar a casa*”. De alguma forma, é como se o modelo de paternidade estivesse - ainda - absolutamente defasado

⁵⁴ Haveria sinais, segundo o autor, de que os casais que mantêm um relacionamento informal apresentam uma divisão de tarefas um pouco mais equilibrada dentro do lar.

com a complexidade de funções que lhe correspondem, brilhando somente nas horas de lazer e compras.

Certamente, a reprodução desta organização doméstica machista é viabilizada por ambos os membros do casal, homens que presenciaram as lutas femininas mas que não acharam necessário e urgente uma mudança profunda no seu papel social, e mulheres de uma geração ambivalente e contraditória, sem o parâmetro de um modelo norteador determinado e aceito como “normal” pela sociedade. Possivelmente, até que as mulheres e mães contemporâneas não deixem para trás as próprias culpas e frustrações por não estarem cumprindo “à perfeição” todas as responsabilidades e funções que vêm acumulando nas “duplas e triplas jornadas” das últimas décadas, os valores que conheceram na sua infância não deixarão lugar à reeducação e incorporação do homem como verdadeiro companheiro, dentro e fora do lar.

Vemos que esta reeducação entre os membros do casal é imprescindível. Com a maior conscientização social sobre o direito e a necessidade de equilibrar as responsabilidades e as funções entre os gêneros, a falta de reorganização doméstica é uma geradora potencial, como vários estudos têm apontado (sumariados por COLTRANE, 2000), de altos níveis de conflito conjugal (com o conseqüente incremento de separações e divórcios) e do aumento considerável da depressão nas mulheres.

V.

“HOMOGENEIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS?”

Temos que admitir que, no momento inicial em que foi elaborado o projeto desta pesquisa, o que mais pareceu motivar a nossa análise foi a busca de evidências divergentes nas formas em que estes dois países - ou melhor, os indivíduos destas grandes cidades (Buenos Aires e Rio de Janeiro) - estavam lidando com a reformulação da família, da intimidade e com os efeitos da globalização. Contudo, as formas culturais maravilhosamente diferenciáveis nestes dois países não são fenômenos suficientemente sólidos para fazer frente à avalanche de influências advindas da globalização de valores, das pressões e necessidades de mercado, dos meios de comunicação de massa e, também, das novas ordens jurídicas que deram lugar ao fim concreto da utopia romântica “até que a morte nos separe”.

A realidade é inegável, apesar de histórias, geografias e povos tão díspares, os indivíduos dos grandes centros urbanos do Brasil e da Argentina atravessaram mudanças muito semelhantes ao longo das últimas décadas, e a previsão é que a maioria dos países ocidentais expostos ao mesmo tipo de influências e pressões siga um caminho na mesma direção.

Como consequência, foi possível verificar que a instituição familiar, apesar de ter passado por fortes processos de influência, tanto de pressões econômicas como de valores sociais e tendências de consumo, continua representando a principal referência sócio-afetiva dos sujeitos. Ela é idealizada ainda, na maioria das vezes, na forma de um grupo nuclear reduzido, onde os dois cônjuges trabalham ao mesmo tempo em que exercem as funções paternas. Mas, sinal de novos tempos, as transformações nos levaram a confirmar que este modelo familiar perdeu espaço tanto no Brasil como na Argentina. Ao longo dos últimos vinte anos, os sujeitos destes dois países adotaram amplamente o divórcio e, como resultado ou como sintoma dos valores pós-modernos, aderiram a novos parâmetros para a convivência na vida íntima.

Os resultados de numerosos levantamentos estatísticos demonstram que os movimentos de mudança caminharam em direções muito semelhantes nos dois países vizinhos: não importando qual tenha sido o ponto histórico e sócio-cultural de partida, a vida familiar se "globalizou" com as pressões e as exigências do mercado de trabalho e

dos ideais defendidos nos últimos tempos. As formas de viver e estar em família, no Brasil e na Argentina, se multiplicaram: cresceram as famílias divorciadas, separadas, informais, monoparentais, sem filhos, com filhos de outras núpcias...Enfim, as referências e os caminhos que a intimidade seguiu nas últimas duas décadas ultrapassaram as fronteiras e homogeneizaram tanto os ganhos quanto as perdas de um processo de transformação contraditório, conflituoso e inevitável.

5.1.

É POSSÍVEL GENERALIZAR AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NO BRASIL E NA ARGENTINA?

A “GLOBALIZAÇÃO” DA CRISE NA INTIMIDADE: O CONTEXTO PÓS MODERNO.

Ulrich Beck (2003), sociólogo alemão, tentou descrever o momento contemporâneo como um período onde *“todo o mundo sente ameaçada a sua identidade diante do poderosíssimo rival que é a “globalização”*. Poderíamos dizer que até certo ponto nos sentimos expulsos da pátria, expostos aos mortificantes perigos da *assimilação incondicional*”. Este foi o sentimento que permeou a elaboração do presente trabalho, que almejou comparar dois grandes centros urbanos da América Latina e a forma em que seus indivíduos se inter-relacionam: uma sensação de diluição de fronteiras, de falta de limites precisos que pudessem distanciar e caracterizar como próprios os processos de transformação de valores, funções e expectativas vividos nas instituições familiares, tanto do Brasil como da Argentina.

O processo de globalização ao qual estamos nos referindo não se restringe à compreensão das forças e influências econômicas, ele também apresenta potencialidades importantes nos processos de significação cultural e na intensificação de uma consciência global. Nesse contexto, apesar dos indivíduos terem como referência primária o seu lugar, seus valores e tradições, estão cada vez mais envolvidos com redes

significativas que vão além das limitações e geografias físicas. Como diz BARKER (2003, p. 72)

“Pese a que el escenario de una cultura mundial unitaria relacionada con un Estado mundial sigue estando sólo en el reino de la imaginación, podemos, empero, identificar importantes procesos culturales globales, tanto de integración como de desintegración cultural, que son independientes de las relaciones interestatales”.

Segundo o autor, este processo, ao qual vinculamos as transformações no imaginário da intimidade, faria com que os sujeitos estivessem numa espécie de processo contínuo de aprendizagem “translocal”, assimilando e dando prioridade ao que vem de fora, essencialmente, através da televisão, rádio e centros comerciais. Estas novas tendências levariam a um domínio ocidental de cultura global, onde a produção de homogeneização e uniformidade nos valores, ideais, prioridades, modos de vida e mercadorias surgem, basicamente, de padrões ocidentais norte-americanos.

Dessa maneira, a sensação de estarmos diante de uma revolução social “sem pátria definida” se generalizou, à medida que fomos observando e compreendendo melhor o grande - e essencial - impacto das transformações nos níveis econômicos, jurídicos, sociais e tecnológicos nos grupos que aqui nos interessam. As sociedades com as quais nos deparamos se encontram diante das absorventes tendências da denominada “pós-modernidade”⁵⁵, que dissemina valores plurais em terrenos empobrecidos e divididos em seus valores tradicionais. Como diz Beatriz SARLO (2000, p. 9), “*a Argentina, como quase todo o Ocidente, vive numa crescente homogeneização cultural, onde a pluralidade de ofertas não compensa a pobreza de ideais coletivos, e cujo traço básico é, ao mesmo tempo, o extremo individualismo*”.

Este movimento sócio-ideológico foi observado em ambos os países, lugares onde a cultura pelo novo - incentivada pelo mercado consumista - encontra-se

⁵⁵ GIDDENS (1991, p. 52) procura definir a pós-modernidade desta forma: “*Afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo com freqüência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os “fundamentos” preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a “história” é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de “progresso” pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral. Dificilmente alguém hoje em dia parece identificar a pós-modernidade com o que ela tão amplamente já chegou a significar - a substituição do capitalismo pelo socialismo*”.

entrelaçada, segundo a mesma autora, a dois fantasmas: a liberdade de escolha sem limites como afirmação abstrata da individualidade e o individualismo programado:

“As contradições desse imaginário são as da condição pós-moderna realmente existente: a reprodução clônica de necessidades no afã de que satisfazê-las é um ato de liberdade e diferenciação. Se todas as sociedades têm se caracterizado pela reprodução de desejos, mitos e condutas (porque a continuidade também depende disto), esta sociedade o faz com a idéia de que a reprodução em pauta é um exercício da autonomia dos sujeitos. Neste paradoxo baseia-se a homogeneização cultural realizada sob as ordens da liberdade absoluta de escolha” (SARLO, op. cit., p. 9)

Os movimentos de mudança observados na instituição familiar e no casamento, tanto no Brasil como na Argentina, podem se enquadrar na tendência que seguem vários outros países ocidentais expostos às mudanças e necessidades econômicas, aos contatos com novas ideologias surgidas do feminismo e da contracultura e às influências da televisão e de outros meios de comunicação de massa (tais como internet, rádio, cinema, revistas, jornais e propagandas). A instituição familiar não pode se manter imutável a estas pressões sociais, que estão, por sua vez, em permanente transformação.

A repercussão que estes fenômenos tiveram na intimidade familiar e na estrutura social como um todo, conduzindo a um - praticamente - inevitável processo de absorção de valores e padrões mundiais vigentes, é inegável. Se até pouco tempo as tradições e valores característicos de certos países ocidentais eram mais marcantes e diferenciadas, hoje em dia, nos defrontamos com a pluralização das necessidades, das demandas, das liberdades e direitos, dos desejos e fantasias criadas por um mercado que se pretende universal.

Entretanto, esta assimilação de novos ideais que, ao mesmo tempo, são contraditórios com os modelos tradicionais conhecidos até poucas décadas atrás, não se produz sem conflitos. A “crise da família contemporânea” se insere na lista de conflitos subjetivos e práticos da vida moderna, crise aprofundada não só pelas limitações econômicas das últimas décadas como também relacionada a uma etapa sócio-ideológica mundial que questiona as bases, os modelos e os ideais da vida diária. A psicóloga cubana ARÉS MUZIO (2002, p. 10) afirma neste sentido que

“As crises sociais e as transformações do poder, com seu impacto nos ideais coletivos e subjetivos, nos levam hoje a um agudo conflito entre projetos de mudança e ceticismo. Esta crise social está representada por uma perda maciça de referentes, do colapso de ideais, da extensão de valores e surgimento de outros emergentes. Isto tem um impacto na subjetividade, já que aquilo que nos orientava, aquilo que formava parte do nosso ser no mundo e de ser o mundo para nós, é hoje vivido como insatisfatório ou destruído. A confusão e a incerteza emergem porque não há segurança nem apoio, nem no antigo nem no que se perfila como novo. Intensificam-se os sentimentos de vulnerabilidade (...) e a vivência de estar dentro de um jogo vertiginoso de continuidades e descontinuidades”.*

Assim, a temida e popular “crise da família” pode ser enquadrada dentro de um movimento de transformação social maior, uma crise de paradigmas e de referentes sociais, políticos e econômicos da contemporaneidade, também conhecida como o período do fim das utopias sociais. A nova ordem mundial com a qual convivemos estaria baseada em valores impregnados de fragmentação, dúvida, efemeridade e individualidade, ideais presentes nos discursos de massas e internalizados nas condutas individuais. Ainda segundo ARES MUZIO, o consumismo presente na ideologia do neoliberalismo promoveu esta situação “caótica” no panorama mundial ocidental, sinalizando o que vários outros pensadores e acadêmicos apontaram como o fim da história das utopias. *“Não há em quem acreditar nem no que acreditar, a não ser para consumo privado e individual. Estamos em plena crise da racionalidade moderna. As utopias se volatilizaram e os paradigmas se destruíram”* (Ares Muzio, *op. cit.*, p. 15) *

Concordamos que, do ponto de vista da transformação do conhecido e do tradicional, atualmente as referências de família e de casamento estão absolutamente abaladas. Entretanto, não fazemos parte do grupo que lamenta nostalgicamente a perda de velhas trilhas conhecidas até hoje. Preferimos observar este movimento de transformação - e a necessidade de tantos mais - como um sinal de vida, ou melhor, de “sobrevivência” das formas de nos manter vinculados afetivamente.

Resulta evidente que o modelo tradicional de família, com funções e responsabilidades marcadas por valores de gênero machistas e patriarcais, não pode conviver equilibradamente com as necessidades econômicas - e subjetivas - que o modelo de consumo capitalista gerou em nós, e nem pensar com os ideais defendidos pelos novos discursos de massas. Mulheres altamente instruídas da modernidade, que precisam sair dos lares para buscar satisfação e remuneração externa, mães e esposas ao

* A tradução é nossa

mesmo tempo, não podem continuar cumprindo com o que se espera delas no antigo modelo de família. As jornadas de trabalho deste tipo de mulheres são contraditórias em suas exigências, responsabilidades e pressões que se acumulam. Sem uma renegociação com seus pares, continuaremos a ser testemunhas dos sinais de crise da intimidade, que tantos autores atacam como sendo somente “filha” e resultado de tendências individualistas do novo ser contemporâneo.

Este momento histórico é, sem dúvida, sumamente interessante para os cientistas sociais interessados em analisar as formas em que os indivíduos estão encontrando para questionar antigos parâmetros e construir novos, mantendo uma linha de coerência entre ideais subjetivos e vida prática. Acreditamos que a perplexidade que os sujeitos estão atravessando como membros das famílias modernas faz parte de um processo contraditório e “natural”, característico daqueles que conhecem um modelo ainda fortemente influenciador dos ideais e valores, mas absolutamente defasado em relação à realidade das necessidades contemporâneas. Estamos diante de sujeitos, principalmente mulheres insatisfeitas, que assumem o “conhecido” como inadequado e inviável, mas que não sabem ao certo quais são os novos desejos e expectativas pelos quais vale a pena lutar. A crise do casamento e da família contemporânea fundamenta-se, basicamente, a nosso ver, nesta busca de novas referências para a vida íntima.

A observação das transformações da família e do casamento no Brasil e na Argentina nos conduz à necessidade de responder perguntas que fazem parte da essência dos estudos em psicologia intercultural. Após processos colonizadores e populações culturalmente tão diferentes, com modos de relacionamento, valores, religiões, gostos, músicas, políticas, economias e geografias tão divergentes, o que podemos atribuir hoje em dia a processos de transformação universais, capitalistas e globalizadores e o que faz parte do nosso próprio caldo cultural, que consegue resistir na intempérie homogeneizadora da contemporaneidade? O que é cultural e o que é universal? É possível generalizar?

Será que estes dois países, com originariamente fortes modelos patriarcais e tradicionais de família e casamento, irão evoluir no mesmo sentido em que o fizeram as famílias norte-americanas e européias expostas às influências modernas acima comentadas - resultando em famílias nucleares menores, divorciadas e/ou monoparentais; ou as particularidades culturais de cada região ainda conservam um papel diferencial na manutenção de aspectos tradicionais da estrutura e das funções, orientando ainda hoje a reorganização dos tipos de família?.

O que nos parece mais evidente, a partir do material observado nestas últimas duas décadas de evolução do casamento e da família no Brasil e na Argentina, é que os processos de des-traditionalização da instituição familiar, a partir essencialmente da revolução do papel da mulher na vida pública, chegam a muitos pontos convergentes.

5.2.

ANALISANDO A FAMÍLIA E O CASAMENTO: REPENSANDO AS MULHERES, OS VALORES E A INSTITUIÇÃO FAMILIAR.

Um fenômeno que defendemos ao longo do presente trabalho como estando na base da crise e da conseqüente transformação da intimidade, tanto no Brasil como na Argentina, relaciona-se diretamente com as mudanças ocorridas na participação da mulher na vida privada e pública. As bases deste processo encontram pressões e influências mescladas, múltiplas e por vezes, indiferenciáveis: foram os ideais promovidos pelas revoluções feministas e contraculturais que motivaram este profundo mal-estar nas mulheres, levando-as a buscar novos horizontes e novos direitos? Ou foram as pressões e necessidades do mercado de trabalho que criaram um novo espaço para que as mulheres se olhassem, descobrissem e questionassem?

HARRIS (1981, p. 29) argumenta a favor deste último aspecto, indicando que *“A liberação das mulheres não criou a mulher trabalhadora; em vez disso, a mulher trabalhadora criou a liberação da mulher”*. Segundo o autor, fazendo referência ao caso norte-americano, a crença de que os ideais feministas de liberação promoveram o aumento do mal-estar nas mulheres donas de casa, após o *baby-boom* e a reclusão nos labores domésticos, estaria essencialmente equivocada. A busca de trabalho externo remunerado - movimento iniciado nos Estados Unidos nos anos 50 e intensificado nas décadas seguintes - não teria sido resultado direto desta expansiva sensação de frustração feminina alimentada pelas críticas feministas. Ao contrário,

“Dada a natureza da economia norte-americana e seus altos níveis crônicos de desemprego, o simples desejo de encontrar um trabalho não é suficiente para achá-lo. Os empregos precisam estar lá. Entre 1947 e 1978, 25 milhões de novos empregos foram preenchidos por mulheres. E em 1979, dois de cada três novos empregos foram ocupados por mulheres. (...) Para compreender porque a rebelião feminista ocorreu precisamente naquele momento, devemos compreender os dois lados da equação: o que foi que levou as mulheres casadas a querer procurar empregos externos, e o que foi parte da economia nacional que criou vastos números de novos empregos que buscaram mulheres casadas”⁵⁶ (HARRIS, op. cit., p.34)

Desta forma, a sociedade norte-americana teria sido marcada pela saída - nos anos 50 - do lar de mulheres casadas e adultas - em torno dos 45 anos, com filhos que já tinham deixado o lar, em busca de empregos remunerados de meio período. Este primeiro movimento de mudança teria sido motivado, basicamente, por expectativas consumistas de mulheres que desejavam acompanhar os avanços da ciência e da tecnologia, sentindo-se parte do progresso da sociedade. Entretanto, o segundo movimento de busca de trabalho externo ao lar, a partir dos anos 60, foi integrado por mulheres mais jovens, com filhos ainda pequenos. Segundo o autor, este segundo tempo não foi causado por um aumento da consciência feminista e sim pelos primeiros sinais da Grande Inflação.

A realidade dos grandes centros urbanos do Brasil e da Argentina que aqui foram analisados seguiu um caminho semelhante, só que, como já foi ressaltado anteriormente, acreditamos que a revolução sentida na família foi uma combinação de pressões do mercado, necessidades econômicas advindas das crises e dos ciclos políticos mal sucedidos e de valores revolucionadores que avançaram paralelamente à reorganização da vida reprodutiva e sexual favorecida pela popularização da pílula. WAINERMAN (2003, p. 4) resume nestas linhas não só as forças que se conjugaram para sacudir a realidade da família e do casamento observada em vários países da América Latina, como também faz referência à nova “moda” de valores individuais que favorece este processo de mudança:

“A mudança se produziu por diversos motivos, e em momentos e ritmos diferentes, tanto nos setores socioeconômicos baixos como nos médios e nos altos, em mulheres com maior ou menor nível de educação formal, e tanto nas famílias na etapa de formação como de expansão (...) Trata-se de uma transformação social quase revolucionária, que coloca em questionamento os valores estabelecidos sobre a definição dos papéis de gênero e da divisão do trabalho extradoméstico. Foi consequência da crise econômica, e também de mudanças nos valores ligados à feminidade e masculinidade, à maternidade e

⁵⁶ A tradução é nossa.

*paternidade, no marco de uma mudança de valores mais básica sobre a individualidade, a busca da realização pessoal, de objetivos e de meios de busca de bem estar individual acima do social”**.

5.2.1

TRAÇANDO PARALELOS: TUDO MUDA PARA SEGUIR IGUAL?

A MULHER

Foi possível verificar que ambos os países enfrentaram ciclos repetitivos de crises econômicas e políticas, gerando altos índices de desocupação e desemprego masculino a partir da década dos anos 80. A alternativa de solução imediata para equilibrar estas perdas domésticas foi a incorporação da mulher casada, adulta, nos setores produtivos do mercado. Este processo, possivelmente motivado, num primeiro momento, pela necessidade de manter o padrão econômico ameaçado pelas crises e a inflação, gradativamente foi se fortalecendo com a recepção de ideais feministas e de novos valores consumistas característicos das tendências neoliberais de mercado.

É assim que nos surpreendemos verificando que não foram, na sua maioria, as mulheres mais necessitadas economicamente que saíram do lar e permaneceram no mercado de trabalho. Um dos primeiros paralelos que podemos traçar entre ambos os países é o ingresso e a permanência no mercado de um grupo de mulheres adultas, basicamente da classe média e com níveis consideravelmente altos de instrução formal. Ou seja, um grupo altamente exposto aos discursos influenciadores e consumistas dos últimos anos que soube também absorver os novos valores defendidos para o que era, agora, o ideal de mulher “(pós)moderna”. Assim, a mulher dos últimos anos se tornou um alvo interessantíssimo para o mercado que combinou promissores valores de sedução, provocação, liberdade e bem estar individual viabilizados através do trabalho e do próprio dinheiro.

Esta nova “mentalidade” feminina também caminhou de mãos dadas com a expansão dos horizontes educacionais, gerando uma mulher formalmente instruída tanto

* A tradução é nossa

ou mais do que os homens. O fator educacional deve ser considerado como um fenômeno diretamente relacionado com este acréscimo nas taxas de atividade feminina no mercado de trabalho. Este movimento na América Latina seguiu os passos de quem já estava “na frente” em questões de crítica de gênero, de reprodução e de organização social. Para o ano 1997, praticamente 89% das mulheres norte-americanas entre 25 e 29 anos tinham concluído o ensino médio, sendo que somente 86% dos homens na mesma faixa etária tinham um nível semelhante. No que diz respeito a níveis superiores, 46% do total de doutorados aprovados no país foi atribuído às mulheres. No Brasil e na Argentina, como já foi indicado com seus respectivos valores estatísticos, as mulheres ganharam a cena nos níveis educacionais médios e superiores nos últimos anos, processo afirmado na década dos anos 90 até o presente.

Contudo, sentimos algumas diferenças após as análises e levantamentos em ambos os países que nos sinalizam uma possível maior “guetização” feminina nos cursos universitários de o Brasil. Pareceria que, como foi salientado por pesquisadores brasileiros, apesar do Brasil e a Argentina apresentarem níveis muito semelhantes relativos ao ingresso maciço das mulheres no âmbito universitário durante os últimos anos, haveria uma presença muito mais marcante de mulheres em cursos de ciências humanas no Brasil, historicamente acoplados a valores de gênero tradicionais. Como também já foi mencionado em páginas anteriores, esses autores afirmam que o fenômeno da presença feminina na área de exatas - onde prevalecia o homem - seria um sinal de avanço contraditório, já que na prática, o exercício por parte das mulheres de tais profissões estaria vinculado principalmente às atividades educacionais e acadêmicas. WAINERMAN (2002) e TORRADO (2003) têm indicado que a divisão por gênero nos cursos universitários argentinos estaria de fato se “modernizando” e transformando, com resultados muito mais positivos.

Entretanto, como diz a jornalista mexicana Maria Antonieta BARRAGÁN (2003), a mulher estaria vivendo um grande paradoxo neste novo milênio, com o crescimento vertiginoso nas salas de aula, junto a excelentes resultados acadêmicos, o ingresso maciço no mercado de trabalho mas, ao mesmo tempo com uma certa “invisibilidade” nos mandos empresariais, com participações esporádicas no poder político, reduzidas presenças nos cargos universitários e educacionais mais altos (apesar da hegemonia nas salas de aula) e participações mínimas na repartição de justiça e nos projetos científicos relevantes. Isso tudo sem contar com a evidente desigualdade salarial que elas, ainda hoje, têm de enfrentar.

Sem dúvida, as transformações das mulheres são essenciais para compreender mudanças em outros aspectos institucionais da sociedade, particularmente nas relações no casamento e na família. Hoje em dia, como resultado desde novo contexto econômico e social, as mulheres urbanas de classe média dedicam muito menos tempo ao papel de mães e de esposas, transferindo as energias para o trabalho em outras funções sociais.

Como GOLDANI (1994) indica para o caso brasileiro, os estudos sugerem que as mudanças demográficas conduziram as mulheres a passar 48% de seus anos de vida adulta sem filhos e aproximadamente 45% sem marido. Embora as mulheres passem mais tempo cumprindo funções familiares, principalmente devido ao aumento da expectativa de vida e à maior permanência dos filhos no lar (recentemente um fenômeno muito relacionado às limitações econômicas), elas têm escolhido dedicar uma proporção menor de tempo ao longo da vida exercendo funções maternais e conjugais.

Um fenômeno semelhante foi observado na Argentina, após a transição demográfica das últimas décadas, e analisado pela demógrafa Susana TORRADO (2003). Esta reestruturação do tempo no “calendário” de vida das mulheres pode ser observada através das mudanças dos últimos vinte anos, em que as mulheres passaram a adiar em dois anos o ingresso no matrimônio (passando, em média, de 26 para 28 anos). Segundo a autora, com a transformação da situação da mulher modificou-se também a sua atitude em relação às formas de se estabelecer socialmente, posicionamento agora fundamentado muito mais no processo de trabalho do que no ciclo familiar. Isto equivale a dizer que

“Com a diminuição da dependência das mulheres, o matrimônio perde o caráter “protetor” que possuía antigamente, levando a uma maior igualdade nas relações de casal e uma mudança nos papéis tradicionais. É a mesma razão que explica o fato de a incidência do celibato feminino ser maior entre as mulheres com maior capital educativo. Em síntese, passamos de um sistema de complementariedade assimétrica (...) para um sistema de associação simétrica em que cada membro é ativo e conserva a autonomia de sua estratégia”.
(TORRADO, op. cit., p.318)*

Como observamos neste estudo, a convivência conjugal sob estes novos parâmetros - atividade remunerada externa de ambos os membros do casal, ideais de independência e individualidade conjugados com o projeto familiar - transcorrem num âmbito complexo e conflitante para a maioria das pessoas hoje em dia, exemplos de que

* A tradução é nossa

esta “associação simétrica” atrela-se muito mais, ainda, a um ideal subjetivo contemporâneo do que a uma realidade concreta.

FAMÍLIA, CASAMENTO E AS CONTRADIÇÕES DA INTIMIDADE

O que tem atraído a nossa atenção neste estudo são, essencialmente, as mudanças que ocorreram no modelo tradicional de família, modelo que predominou na nossa sociedade até poucas décadas atrás e que, certamente, ainda apresenta sinais de vida claramente identificáveis no grau de mal-estar e de contradição entre valores e atitudes contemporâneas.

Certamente, os progressos tecnológicos, os movimentos econômicos, e os novos ideais defendidos pelas diferentes instituições e meios de comunicação traduzem uma realidade social notadamente diferente daquela conhecida até algumas décadas atrás. Contudo, esta nova dimensão social transcorre num tempo muito mais acelerado do que o seu registro na subjetividade individual. Acreditamos que grande parte deste mal-estar contemporâneo radica-se no desequilíbrio deste processo de adaptação entre ideais coletivos e subjetividades individuais. Hoje em dia, o que conhecemos como crise das bases da família moderna radica-se, em grande parte, no conflito e na contradição dialética entre estes novos princípios e as práticas correspondentes. ARES MUZIO (2003, p. 17) indica neste sentido que

*“Do ponto de vista dos valores familiares (sexo, gênero, casal, família) apesar de as mudanças sociais permanecerem no plano da subjetividade, muitos dos valores da cultura patriarcal têm sido historicamente transmitidos em forma de estereótipos, com hierarquias e valorizações rígidas entre homem e mulher, entre pais e filhos. Esses valores milenares não chegam ainda a ser denunciados por uma revolução social e têm formas alternativas de persistir e se manter através da cultura” **

A análise das mudanças do modelo tradicional de família vincula-se estreitamente com as transformações nas formas de nupcialidade, tanto nos movimentos de ingresso no matrimônio como na permanência e saída do mesmo. Sem dúvida, o divórcio tem marcado a vida das sociedades tanto no Brasil como na Argentina, embora

no primeiro caso as repercussões do mesmo puderam ser sentidas com 10 anos de antecedência⁵⁷.

Observamos, como vimos para ambos países, a presença de tendências que caminham na mesma direção: aumento vertiginoso do divórcio - muito mais forte na primeira década dos anos 80, chegando a índices de aumento de 70%, para depois diminuir um pouco, e permanecer em taxas altas durante toda a década seguinte -, queda leve - mas contínua - dos índices de casamentos e, fundamentalmente, grande aumento dos recasamentos e das uniões consensuais. Em ambos os países, as mulheres dão os primeiros passos neste sentido, sendo elas as protagonistas nos pedidos de divórcio.

Vemos que o novo panorama familiar em ambos os países encontra-se vinculado às repercussões das mudanças nos índices de fertilidade e mortalidade e às novas formas de organização que as separações e a prática do divórcio têm produzido. A vida das mulheres nestas últimas décadas tem sido “bombardeada” pelos efeitos da participação no mercado de trabalho, pelo poder econômico que esta situação possibilitou e pela aceitação do divórcio como uma alternativa prática conveniente para muitos casos. Esta situação gerou, inevitavelmente, um fenômeno característico destas últimas duas décadas: o aumento considerável de famílias chefiadas por mulheres e os lares monoparentais.

As múltiplas possibilidades geradas a partir da adoção do divórcio demonstram que já não existe mais um caminho único para chegar e permanecer na vida familiar, nem existe um modelo “natural” de família e de união que deva ser seguido. De fato, para aqueles que vêm neste período de transformação somente um momento caótico e crítico de valores que deveriam permanecer imutáveis, lembramos o que muitos autores têm apontado: a sociedade contemporânea, com as múltiplas pressões do mercado - tanto seja para produzir, como para consumir - é absolutamente contraditória com um modelo antigo de divisão de funções e responsabilidades por gênero.

O grande aumento de indivíduos que decidem se separar, divorciar, ou viver sozinhos é sinal deste fenômeno. BECK (BECK, 1995) atribui esta situação, basicamente, à modernidade e ao mercado de trabalho. Segundo ele, as exigências do mundo de trabalho prescindem da família, do matrimônio, do exercício da maternidade e da paternidade, e das relações afetivas íntimas. O mercado com o qual lidamos - e do

* A tradução é nossa

⁵⁷ Lembramos que o divórcio foi oficializado no Brasil em 1977 e na Argentina em 1987.

qual também “sofremos” - exige jornadas de trabalho completas, dedicação absoluta de seus “súditos”, e mais do que promover a família, afasta e isola seus membros.

Por outro lado, o grande índice de términos de relações formais encontra-se profundamente relacionado aos discursos contraditórios que ainda proliferam nos meios de comunicação e na cultura popular como um todo. A valorização sobredimensionada da idéia de encontrar um companheiro perfeito, uma “alma gêmea”, com quem compartilhar as melhores experiências da intimidade (combinando amizade, companheirismo, sexo e amor dentro de um projeto familiar) cai numa armadilha contraditória: preservar a sensação de êxtase das emoções, sempre renovadoras, característica do período inicial do amor-paixão no marco da estabilidade conjugal e do projeto no longo prazo. Na verdade, pareceria que a maior fraqueza do casamento ainda hoje é o seu fundamento: a expectativa de que o amor romântico da fase inicial deva sobreviver à estabilidade e à rotina da vida diária, como sinal de que o casamento está nos seus trilhos saudáveis.

Neste sentido, GIDDENS (2000, p. 69) afirma que o casamento, de fato, nunca se baseou em bases tão delicadas quanto hoje em dia:

“O casal passou a se situar no centro da vida familiar à medida que o papel socioeconômico da família declinou e o amor, ou o amor somado à atração sexual, se tornou a base da formação dos laços de casamento.(...) Nunca no passado o casamento se baseou na intimidade - na comunicação emocional. Isso seria sem dúvida importante para um bom casamento, mas não o seu fundamento”.

HUSTON, CAUGHLIN, HOUTS, SMITH e GEORGE (2001), após o estudo de casais no dois anos iniciais de casamento e 13 anos depois⁵⁸, procuraram entender quais seriam as forças que intervêm na separação e divórcio de casais logo na primeira fase e daqueles que terminam o vínculo transcorrida mais de uma década juntos. Os questionamentos que nortearam a pesquisa foram: os casais com vínculos altamente afetivos, como os recém-casados, estão mais propensos do que outros a sustentar um casamento satisfatório, ou são os casais muito mais românticos susceptíveis de divórcio, especialmente se houver uma diminuição na intensidade do romance? Os autores indicam que ainda são pouco claras as motivações que levam os casais, juntos por um longo período, a se separar. Isto poderia estar vinculado a padrões não generalizáveis, i.é, contingências de cada caso em particular. Entretanto, as relações que terminam nos

⁵⁸ Pesquisa nos Estados Unidos com 168 casais que contraíram núpcias em 1981.

dois primeiros anos de casamento apresentaram sinais na mesma direção: essencialmente, incapacidade de adaptar a realidade do casamento e a realidade do “outro” às expectativas superestimadas com as quais se ingressou na vida matrimonial. Estas realidades observadas pela primeira vez após um certo tempo de casamento, colaborariam na sensação que os sujeitos têm de ter sido “enganados” em relação ao casamento ou melhor, em relação especificamente ao ser amado.

Pareceria que os casais, imersos na cegueira do amor-paixão, não pudessem (ou não quisessem) enxergar as verdadeiras características de personalidade e de comportamento do/a companheiro/a. A intimidade da rotina diária também impediria que os sujeitos continuem a mostrar “a sua melhor cara”, tendência observada pelos autores no início dos relacionamentos, dando lugar, em muitos casos, à perda da fantasia e da idealização do outro. A frase do cantor espanhol Joaquín Sabina ganha cada dia mais valor: *“tu pecado fue convertirme en azul cuando era aun príncipe gris...”*⁵⁹

Assim, as separações e divórcios logo nos primeiros anos de vida em comum apontam uma profunda desadaptação dos sujeitos às bases que devem fortalecer e manter um casamento no longo prazo. De forma geral, hoje em dia, pareceria que se o amor e o romantismo das fases iniciais não perduram na forma de um relacionamento intenso e arrebatador, o sentido pelo qual continuar juntos estaria perdido. Por isso, *“quando o amor “acaba”, ou melhor, se transforma, os casais se sentem traídos, tendendo a culpar seus pares - ou a si mesmos - pelo “fracasso”, e não à cultura que lhe empurrou um modelo (de amor romântico) não muito compatível com a própria realidade”*⁶⁰ (JABLONSKI, 1991, p. 85). Aqueles membros, então, que permanecem juntos teriam a capacidade de reestruturar o vínculo entre eles, essencialmente, na base de uma inter-relação de companheirismo e amizade, estabelecendo outras prioridades como motivos para continuar trilhando o caminho juntos.

⁵⁹ *“Teu pecado foi o de me converter em príncipe azul quando era ainda um príncipe cinza”*

⁶⁰ É interessante também lembrar outros motivos para a permanência, apesar de tantos fracassos na vida prática, do ideal de amor romântico. Eva ILLOUZ (1997, p. 66) aponta como fator importante, para a sobrevivência deste modelo, as necessidades do mercado de consumo:

“O consumo se tornou parte do romance com a difusão através da cultura de massa da noção de “sedução”, que podia ser alcançada e mantida graças aos produtos de consumo e de auto promoção. O marketing destes produtos empregou o assunto do amor como sua última justificativa. O romance se tornou gradativamente mais identificado com a participação nos reinos culturais do entretenimento e lazer. Pela sua própria natureza, estes dois objetos de consumo, produtos de beleza e lazer, implicam que o dinheiro é um componente central dos encontros românticos, antes e durante o relacionamento”. (A tradução é nossa)

VI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - HOJE: QUE FAMÍLIA?

A PERPLEXIDADE CONTEMPORÂNEA: OS VALORES QUESTIONADOS E A BUSCA DE REFERENCIAIS POSSÍVEIS

Falar de família, hoje em dia, é, antes de mais nada, complexo. Família, sim...mas qual? O conjunto de influências contemporâneas advindas do processo de globalização, das necessidades do mercado de consumo, dos discursos “vendidos” pelos meios de comunicação, e pelos novos âmbitos onde se inseriu a mulher (trabalho e educação) colaboraram no questionamento das bases e normas da intimidade. Como resultado deste choque é inegável que a estrutura tradicional de família foi revolucionada e obrigada a um movimento de adaptação. Além disso, durante este processo, a família teve que sobreviver à inadequação do modelo norteador que mantinha firmes os muros da intimidade: por um lado, a tradicionalidade das regras e papéis dentro do lar (entre os cônjuges e seus filhos) e por outro, o de amor romântico que se ancorou como base e justificativa do casamento.

Observar que a maioria dos países ocidentais segue uma direção de mudança familiar semelhante não é mais surpresa. Tanto o Brasil como a Argentina fazem parte do vasto grupo de culturas expostas às necessidades contraditórias dos novos tempos. Apesar de tantas revoluções, a família nuclear reduzida (mãe, pai e filhos) continua sendo a forma de convivência predominante para a maioria dos argentinos e brasileiros, pelo menos, das grandes cidades. Contudo, o grande sinal de mudança destes últimos tempos é a diminuição desta forma de vida dando lugar a outros tipos de família, que para muitos cépticos e críticos das transformações conjugais, têm sido evidência da morte lenta da instituição familiar.

Longe disso, tentamos apresentar neste trabalho que as variadas formas de família com as quais hoje nos deparamos - no meio do ritmo vertiginoso, e por vezes, isolador, das grandes cidades - são tentativas de reorganização da instituição familiar aos novos tempos. É claro que ainda todos nós, em alguma medida, conservamos algo

da idealização familiar que vê a família como a reunião de mãe, pai e filhos, morando juntos sob o mesmo teto, fazendo frente às desavenças e partilhando alegrias durante toda uma vida. E isto é assim não somente porque foi assimilado nos discursos das nossas próprias famílias, mas também porque ainda o encontramos nos modelos que consumimos na televisão, no cinema, e na imprensa.

Este referencial de família nuclear até pouco tempo manteve intactas as regras de convivência tradicionais que pouco correspondiam às novas exigências e responsabilidades do mundo (pós) moderno. A diversidade nos tipos de família surge exatamente neste período, onde se combinam as crises econômicas enfrentadas por ambos os países com as novas ideologias feministas e a busca por um equilíbrio maior entre os gêneros. Sem dúvida, grande parte motivadora destas transformações foi a frustração feminina diante do seu lugar dentro e fora do lar, lugar não mais visto como “natural” e sim como resultado da construção social.

Sinalizando as transformações, o rápido aumento das famílias monoparentais (em muitos casos relacionado com a alta adoção das separações e divórcios e da opção de união consensual informal) nos obrigou a pensar na crise da intimidade. O que estaria levando os sujeitos a deixar o modelo de família tradicional para optar por formas alternativas de intimidade? A necessidade e a importância de manter vínculos familiares estáveis estaria perdendo lugar no imaginário coletivo?

Certamente, a resposta seria não. Mas enquanto o ideal de casamento não for readaptado aos valores contemporâneos, deixando de lado o peso da união “até que a morte nos separe”, enquanto as regras e responsabilidades dentro do lar não forem reorganizadas viabilizando um maior equilíbrio na execução das funções, os membros das famílias vão continuar se dispersando e adotando formas mais individuais de convivência. Por outro lado, não podemos esquecer que os valores e ideais desta época não estão mais norteados por crenças religiosas predominantes, dando lugar a indivíduos que são mais propensos a seguir valores de auto-satisfação e independência do que manter a "institucionalidade" das relações a qualquer preço.

O problema ainda é que parecemos estar no meio da tormenta, e é típico deste momento o não visualizar claramente o horizonte. A frustração feminina diante do desequilíbrio e do acúmulo de funções dentro do lar: saber que quer outra coisa, mas não saber exatamente o quê. É como se ainda não tivesse sido achado um modo de estabelecer um vínculo afetivo que possa conjugar amor, satisfação, igualdade e estabilidade. Sem dúvida, a sensação de estar perdidos no meio desta tempestade é

normal. É difícil a tarefa de questionar os valores amplamente adotados até pouco tempo, onde as funções do homem e da mulher eram definidas sem muito questionamento. Difícil também é se aventurar diante do desconhecido, criando tipos familiares que respondem, basicamente, à falta de equilíbrio entre os membros do casal. Mas uma coisa é evidente: o modelo de família anterior não funciona mais, nem para a mulher nem para o casal contemporâneo.

Apesar de todos estes questionamentos e das formas alternativas que surgiram para a intimidade, os trabalhos apresentados ao longo deste estudo afirmam que, sem dúvida alguma, a família continua sendo a referência principal na vida das pessoas. O único que permanece estável, hoje em dia, são os vínculos de parentesco, sendo todo o resto suscetível de negociação e escolha entre os membros. Contudo, afirmar isso não significa que tenhamos atingido um certo nível equilibrado nos relacionamentos familiares. A negociação dos papéis e das funções para cada membro ainda faz parte da revolução crítica da família (pós) moderna e, se seguirmos as análises dos especialistas e as estatísticas, iremos evidenciar que ainda estamos longe de reestruturar o modelo de intimidade.

O vínculo familiar, seja na forma que for, permanece essencial. Exemplo disso é o alto número de famílias monoparentais: principalmente mulheres solteiras, separadas e divorciadas que passaram a criar sozinhas seus filhos (um fenômeno comum nestes países, já que após o término da relação, na sua maioria, quem permanece com os filhos são elas).

A escolha de muitas mulheres de terem filhos sem passar necessariamente pela experiência do casamento ou, de tê-los mesmo sabendo da efemeridade característica dos relacionamentos hoje em dia, é sinal de que as relações afetivas familiares básicas não perderam seu valor. O fato de ter um filho e criá-lo nestas condições, aceitando que a organização da conjugalidade seja desequilibrada e, em muitos casos, insatisfatória, pode evidenciar a necessidade das pessoas de ter um vínculo elementar, duradouro e indissolúvel apesar dos novos contextos. Características e valores que, de certa forma, perdeu a família contemporânea. Os cônjuges podem mudar, o ideal romântico pode não persistir, mas o filho sempre vai ser referência da esperança de ser emocionalmente necessário, permitindo a continuação de si mesmo e da sociedade.

Sem pretender elaborar conclusões definitivas (pois estamos inseridos num momento de transformação que não necessariamente persegue “um fim” e sim um

processo de mudança que acompanha os ritmos macro-sociais), vemos que a conjugalidade e a família fundamentadas no amor ainda são os ideais que reinam no ocidente contemporâneo. Contudo, o modelo de amor romântico tem de se defrontar com a busca cada vez mais intensa, por parte dos indivíduos, da liberdade, da individualidade e da auto-satisfação. E além disso, o indivíduo tem de encontrar seus parâmetros pessoais em meio a uma tempestade de influências contraditórias que combinam pressões mais tradicionais dos familiares, discursos consumistas e sedutores dos meios de comunicação de massa e as exigências do mercado de trabalho. Recriar a noção de “lar” neste contexto é, sem dúvida, motivo de angústias, conflitos e tensões. Mas certamente, também representa um grande potencial de viver mais equilibradamente, e como consequência, mais feliz.

O que esperar para o futuro? Enquanto os motivos desta crise familiar e conjugal não forem profundamente conhecidos e repensados, a tendência para o futuro próximo é, dentre alguns possíveis resultados: que as pessoas entrem cada vez mais tarde no casamento, para atender a necessidades individuais de educação e trabalho; que, devido às crises econômicas aqui apresentadas, os filhos permaneçam mais tempo na casa dos pais e se casem menos oficialmente, não só por limitações econômicas como também pelo aumento da informalidade das uniões de “teste” (além do fato de o casamento religioso ter perdido amplamente a sua “popularidade”); que continue a diminuir a quantidade de filhos por famílias; e que o divórcio continue a ser uma opção altamente praticada pela sociedade.

Este trabalho nos proporcionou indícios de que as famílias, nas grandes cidades do Brasil e da Argentina, caminham na mesma direção. Não há sinais de que esta instituição esteja perdendo importância, mas sim de que as normas do seu funcionamento devem ser analisadas e renegociadas pelos atores principais da cena, os indivíduos que sonham em ter uma união afetiva e que serão os responsáveis pelos parâmetros das famílias do futuro. Enquanto não houver uma maior conscientização dos complexos fatores envolvidos nesta crise, e enquanto as mudanças de conduta não acompanharem as mudanças nos discursos, devemos observar estas formas alternativas de família como o resultado direto de influências macro-sociais contraditórias e ambivalentes com as quais convivemos atualmente.

VII. BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Angela Mendes de. (org) “Notas sobre a Família no Brasil”. In: **Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.
2. ARES MUZIO, Patricia. “**La Globalización: su impacto en la relación Familia-Trabajo**”. Artigo de congresso ainda não publicado.
3. ARIÈS, Philippe. “**História Social da Criança e da família**”. São Paulo: LTC, 1981.
4. ASSMAR, M.L.E.; FERREIRA, Maria Cristina; NOVAES, Heliane e TOMAZ, Mariana. “**Premissas histórico-socioculturais sobre a família brasileira em função do sexo e da idade**”. In: *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.1, p.89-96.
5. BARG, Liliana. “**Los Vínculos Familiares: reflexiones desde la práctica profesional**”. Buenos Aires: Espacio, 2003.
6. BARKER, Chris. “**Televisión, globalización e identidades culturales**”. Barcelona: Paidós, 2003.
7. BARRAGÁN, María Antonieta. “**Soltería: Elección o circunstancia**”. Bogotá, Norma, 2003.
8. BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM. “**The normal chaos of love**”. Cambridge: Polity Press, 1995.
9. _____. “**La cuestión de la Identidad**”. In: *Diário El País / Opinión*. 11-11-2003.
10. BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. “**A Construção Social da Realidade**”. Petrópolis, Vozes, 1999.
11. BERQUÓ, Elza. “*Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*”. In: “**História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4**”. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
12. BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de. “*Casamento em tempos de crise*”. In: **REBEP** v.9, n.2 , jul./dez. 1992

13. BLUMBERG, R.L.; COLEMAN, M.T. “*A Theoretical look at the balance of power in the American couple*”. In: **Journal of Family Issues** **10**, 225-250, 1989.
14. BRUSCHINI, Cristina. “*O Trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes*”. In: SAFFIOTI, H.I.B.; MUÑOZ-VARGAS, M. “**Mulher brasileira é assim**”. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília D.F.: UNICEF, 1994.
15. BURIN, Mabel; MELER, Irene. “**Poder, amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad**”. Buenos Aires: Paidós, 1999.
16. CINTERFOR. Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional. “*Políticas de juventud en América Latina: evaluación y diseño. Juventude Brasileira. Um Estudo Preliminar, aspectos sócio-econômicos e demográficos*. In: <http://www.cinterfor.org.uy>
17. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “**Casamento e Família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**”. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
18. CARBAJAL, Mariana. “*Radiografía de la Familia Argentina: Entrevista con la Socióloga Susana Torrado*”. In: **Diário “Página 12”**, 16/05/2004.
19. CASTRO, Marcus Faro de; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. “**Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 1990**”. In: *Revista de Sociologia e Política n. 18: 109-129, Jun. 2002*.
20. COLTRANE, Scott. “*Research on Household Labor: Modeling and Measuring the Social Embeddedness of Routine Family Work*”. In: **Journal of Marriage and the Family** **62 (novembro 2000)**: 1208-1233.
21. FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. “*Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal*”. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) “**Casamento e Família: do social à clínica**”. Rio de Janeiro, NAU, 2001.
22. _____. *Prefácio*. In: “**Família em Cena: Tramas, dramas e transformações**”. Petrópolis, Vozes, 2002.
23. FLANDRIN, Jean Louis. “**Família : parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**”. Lisboa: Estampa, 1995.
24. GAY, Peter. “**A experiência burguesa : da Rainha Vitória a Freud. A Paixão Terna**”. São Paulo: Cia. das Letras, 1988-1990.

25. GEORGAS, James. **“Family: Variations and changes across cultures”** In: W.J. Lonner, D.L. Dinnel, S.A. Hayes, & D.N. Satter (eds) *“Online Readings in Psychology and Culture”* (unidade 13, capítulo 3). (<http://www.wvu.edu/~culture>) Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, USA.
26. GIDDENS, Anthony. **“Mundo em descontrole”**. Rio de Janeiro: Record, 2000
27. _____. **“As consequências da modernidade”**. Sao Paulo: UNESP, 1991.
28. GOLDANI, Ana Maria. *“As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas”*. In: **Cadernos de Pesquisa**, 91, p. 7-22, 1994
29. GOLDENBERG, Mirian. *“De Amélias a Operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais”* In: GOLDENBERG, M. **Os novos desejos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
30. GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. **“A Revolução das Mulheres”**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
31. GREENE, Margaret E. *“A compreensão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil”* . In: **REBEP** v.9, n.2 , jul./dez. 1992
32. HARRIS, Marvin. **“Why it’s not the same old America”**. In: *Psychology Today Magazine*, August 1981.
33. HOUAISS, Antonio. **“Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa”**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
34. HUSTON, Ted; CAUGHLIN, John; HOUTS, Renate; SMITH, Shanna e GEORGE, Laura. *“The connubial crucible: Newlywed tears as predictors of marital delight, distress and divorce”*. In: **Journal of Personality and Social Psychology”**. Vol. 80, n. 2, fev. 2001.
35. IBGE. *“Síntese de Indicadores Sociais 2003”*.
36. ILLOUZ, Eva. **“Consuming the romantic utopia: love and the cultural contradictions of capitalism”**. California: Univ. of California press, 1997.
37. INDEC. **“Matrimonios y uniones consensuales en Argentina según el Censo 2001”**. In: *“Aquí se cuenta”*. Revista Informativa del Censo 2001. Número 13, Julho 2004.

38. INDEC. “**Encuesta permanente de hogares. Indicadores socioeconómicos para los 31 conglomerados urbanos - Maio 2003**”. Informação de prensa, publicada em Agosto 2003.
39. INSTITUTO SOCIAL Y POLÍTICO DE LA MUJER. “**Paridad en el trabajo**”. In: http://www.ispm.org.ar/paridad_trabajo/index_trabajo.html
40. JABLONSKI, Bernardo. “**Até que a vida nos separe: a crise no casamento contemporâneo**”. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
41. _____. “*Atitudes frente à crise do casamento*”. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. “**Casamento e Família: do Social à Clínica**”. Rio de Janeiro: NAU, 2001.
42. _____. “*Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe media carioca*”. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. “**Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas**”. Rio de Janeiro, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
43. _____. “*Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos*”. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org). “**Casal e família: entre a tradição e a transformação**”. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
44. JELIN, Elizabeth. “Família, crisis y después...” In: WAINERMAN, C. (comp.) “**Vivir en Família**”. Buenos Aires: Losada, 1994.
45. KRMPOTIC, Claudia; ALLEN, Ivonne. “**Trayectoria familiar, ciclos políticos y bienestar**”. Buenos Aires: Espacio, 2003.
46. LEWIN, Helena. “*Educação e força de trabalho feminina no Brasil*”. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 32, p. 45-59, fev. 1980.
47. MESQUITA SAMARA, Eni de. “**A Família Brasileira**”. São Paulo: Brasiliense, 1983
48. _____. “*Tendências Atuais da História da Família no Brasil*”. In: “**Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade**”. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
49. MEZAN ALGRANTI, Leila. “*Famílias e Vida Doméstica*”. In: NOVAIS, Fernando (org.) “**Historia da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**” Vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

50. RIBEIRO, Rosa Maria et al. *“Estrutura Familiar, trabalho e renda”*. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (org). **“Família Brasileira, a base de tudo”**. São Paulo: Cortez, DF: UNICEF, 2004.
51. ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **“Tecendo por trás dos Panos: a mulher brasileira nas relações familiares”**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
52. _____. *“Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares”*. IN: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **“Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas”**. Rio de Janeiro, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
53. _____. **“Variações sobre um antigo tema: a maternidade e a paternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida”**. Artigo de Congresso ainda não publicado
54. ROSEMBERG, Fulvia. *“A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil”*. In: SAFFIOTI, H.I.B.; MUÑOZ-VARGAS, M. **“Mulher brasileira é assim”**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília D.F.: UNICEF, 1994.
55. ROUDINESCO, Elisabeth. **“A Família em Desordem”**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
56. SALVIA, Agustín. **“Bienestar Economico y Desigualdad Social en los Hogares del Gran Buenos Aires durante la Política Neoliberal”**. Documento de trabalho, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales-UBA, Buenos Aires, 1999.
57. SALVIA, Agustín; DONZA, Eduardo. **“Cambios en la Capacidad de bienestar y en la desigualdad distributiva bajo el nuevo modelo económico en el Gran Buenos Aires”**. Papeles de Población n. 29. CIEAP/UAEM, Buenos Aires, jul-set 2001.
58. SARLO, Beatriz. **“Cenas da vida pós moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina”**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
59. OMETTO, A.M.H.; FURTUOSO, M.C.O.; SILVA, M.V. da. **“Economia Brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população”**. In: *Revista Saúde Pública* 29 (5): 403-413.

60. TORRADO, Susana. **“Historia de la Familia en la Argentina moderna: 1870-2000”**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2003.
61. TOUFEXIS, Anastasia. **“When the ring doesn’t fit...”**. In: *Psychology Today*. Dezembro 1996.
62. VAINFAS, Ronaldo. *“Moralidades Brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”*. In: NOVAIS, Fernando (org.) **“Historia da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa”** Vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
63. VAITSMAN, Jeni. **“Flexíveis e Plurais: Identidade, casamento e família em circunstâncias pós modernas”**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
64. VELHO, Gilberto. **“Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea”**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
65. WAINERMAN, Catalina (comp.). **“Vivir en Familia”**. Buenos Aires: UNICEF, 1994.
66. _____. **“Familia, trabajo y genero: un mundo de nuevas relaciones”**. Buenos Aires: UNICEF & Fondo de Cultura Económica, 2003a.
67. _____. **“Conyugalidad y Paternidad: Una revolución Estancada?”**. Seminario Internacional. Género, Familias y Trabajo: Rupturas y Continuidades. Desafios para la investigación y la acción política. Montevideo, 2003b.
68. WAINERMAN, Catalina. **“Conyugalidad y Paternidad: Una revolución estancada?”** In: Seminário Internacional *“Género, familias e trabalho: rupturas y continuidades”*.
69. YALOM, Marilyn. **“A história da esposa: da virgem Maria a Madonna. O papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje”**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Outras fontes:

- *“Familia”*. **Folha de São Paulo**. 20/09/1998
- *“Un Horizonte Gris”*. FERREIRA, Pilar. **Diário “Clarín”**, 15/04/2001.
- *“A traição depende do sexo?”*. **Jornal da Família. O Globo**. 09/03/2003

- *“Infidelidade à brasileira”*. **Revista Época**. 20/10/2003
- *“Separação sem stress”* **Revista Época**. 26/07/2004
- **Diário “Rio Negro Online”**. 14/12/2002 e 19/07/2003



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225

22453-900 Rio de Janeiro Brasil

www.puc-rio.br